
INTRODUÇÃO

A Convenção dos Direitos da Criança (CDC), adoptado pela Assembleia-geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1959, concebe a criança como um sujeito de direito e membro activo da sociedade, enunciando os seus principais direitos, que nem sempre são respeitados, por isso devemos trabalhar de modo a tornar concretizáveis os direitos e defender a qualidade de vida das crianças.

Para Nelken (1998), a ideia de direitos das crianças apresenta-se com particular ênfase na nossa sociedade, porque fomos nós que inventámos o estatuto da infância como um momento de dependência e de necessidade de protecção e colocamos as crianças dentro “das instituições totais da casa e da escola” (idem, p. 329).

Podemos afirmar que o entendimento moderno da infância emerge em finais do século XVI, alcançando expressão social nos últimos 150 anos, quer ao nível discursivo, quer das práticas sociais (Pinto, 1997; Sarmiento, 2000; Martins, 2004; Soares, 2005; Tomás, 2006).

Segundo Hammarberg (1990) sendo a CDC um documento que reconhece um conjunto de direitos ao grupo social da infância, declara também a individualidade e personalidade de cada criança, incorpora também uma diversidade de direitos que têm sido agrupados, pelo menos do ponto de vista teórico, em três categorias:

Direitos de provisão – implicam a consideração dos programas que garantam os direitos sociais da criança, nomeadamente o acesso de todas as crianças a direitos como a saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura;

Direitos de protecção – implicam a consideração de uma atenção distinta às crianças, de um conjunto de direitos acrescidos, que, por motivos diversos, nomeadamente situações de discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito, se encontrem privadas ou limitadas no exercício dos seus direitos;

Direitos de participação – implicam a consideração de uma imagem de infância activa, distinta da imagem de infância objecto das políticas assistencialistas, à qual estão assegurados direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu benefício, que deverão traduzir-se em acções públicas para a infância, que consideram o ponto de vista das crianças.

Para Soares temos ainda que considerar “um conjunto de direitos relacionados com a prevenção, que pressupõem o estabelecimento de programas que permitam a despistagem oportuna de situações que coloquem em risco o exercício pleno dos direitos pelas crianças, obrigando, também, à definição de acções que tentem evitar tais situações” (2005, p. 36).

As imagens sociais da infância associam-se, na maioria das vezes,

“a características como a dependência e a falta de poder, em relação à infância em perigo, atributos como a desvinculação, a infelicidade, a marginalidade, entre outros, associados aos anteriores, traduzem situações de tal precariedade que deveriam conferir à criança um estatuto especial dentro do campo dos direitos. Quando isso falha, quando a criança não tem “*espaço*”, nem condições, no seio da família ou da sociedade para *ser* criança, quando os perigos e contingências externas acentuam a sua vulnerabilidade e propensão aos perigos, qual o âmbito, qual a natureza das respostas, dos direitos, que poderão dar resposta às necessidades destas crianças? O aparecimento de organizações internacionais de protecção da criança, nomeadamente a UNICEF, a *Save the Children*, o Comité dos Direitos da Criança, entre muitos outros, mas também a nível nacional, como, por exemplo, o Comité Português para a Unicef, a Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Instituto de Apoio à Criança, a Confederação Nacional da Acção sobre o Trabalho Infantil, entre outras, interessados na salvaguarda, protecção e encaminhamento de crianças, vêm demonstrar que existe, pelo menos, a sensibilidade e o empenhamento para dar respostas cada vez com maior acuidade às necessidades da criança” (2005, p. 57-58).

As famílias têm muitas vezes dificuldades em cumprir o seu papel. Para colmatar estas falhas foram criadas pelo Estado português entidades oficiais não judiciais que protegessem as crianças e jovens designadas: as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, conhecidas por CPCJ, criadas segundo a lei 147/99 de 1 de Setembro, para defender o superior interesse da criança, evitando assim sobrecarregar quem tem por obrigação de fazer cumprir as leis, neste caso, os tribunais ou o Ministério Público, em situações ou intervenções em que as famílias têm dificuldades em cumprir ou fazer cumprir o seu papel.

As CPCJ têm a sua intervenção concelhia tornando-se em cada concelho como verdadeiros fóruns de mobilização e sensibilização dos cidadãos para a promoção e defesa dos direitos da criança.

A dualidade e a natureza desta intervenção exigem de todas as entidades, que integram obrigatoriamente as Comissões, nelas participem com disponibilidade e com conhecimentos que, no âmbito das suas competências e áreas de intervenção, lhes permitam promover adequadamente os direitos das crianças e jovens e protege-los de acordo com o seu superior interesse.

Proteger crianças e jovens exige a criação de uma equipa multidimensional constituída por várias entidades com responsabilidade em matéria de infância e juventude, nomeadamente a Educação, a Saúde, Segurança Social, as Forças Policiais, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, os Tribunais, entre outras.

O facto de muitas vezes se confrontarem com casos de difícil resolução, em que os problemas apresentados ultrapassam as suas competências, torna-se necessário que os indivíduos que lidem com situações em que se encontrem crianças e jovens em perigo lhes seja exigido alguns conhecimentos, competências e capacidades de resolução de problemas, porque uma má decisão na resolução do caso, ou uma tardia intervenção pode por em causa a integridade física, psicológica e social das crianças.

A Escola como espaço privilegiado de socialização é também uma instituição privilegiada de prevenção primária e o lugar onde se podem detectar os primeiros indicadores de risco ou perigo¹.

Neste contexto, o papel do professor, como mediador e elemento de referência da família e da criança. Assim como também é fundamental a sua participação no diagnóstico global da situação e na escolha das medidas reparadoras que, face às limitações da família, tenham que ser decididas em sede da CPCJ competente.

É neste sentido que o sistema de protecção à infância e juventude em Portugal integra o sistema educativo como uma das entidades com competência em matéria de infância e juventude que é chamado a participar enquanto membro de pleno direito nas CPCJ. A representação do sistema educativo nesta estrutura organizativa decorre da aplicação da Lei de Protecção de Crianças e Jovens nº 147/99, consolidada na nomeação de um docente com especial interesse e conhecimentos na área de crianças e jovens, segundo determina a alínea c) do artigo 17º da referida lei.

Segundo Torres (2008),

“entre 2001 e 2006 constata-se um acréscimo significativo do volume processual. Em particular, é bastante evidente o aumento do número de processos instaurados, partindo-se de 9083 em 2001, para atingir os 15051 em 2005 e 25209 em 2006. Este último aumento exponencial poderá, por um lado, dever-se à abertura de processos imediatamente após a sinalização da situação, prática essa que teve início apenas a partir do ano de 2005, e, por outro, ao aumento gradual do número de comissões existentes e que enviaram o seu modelo de recolha de dados à CNPCJR. A estas razões acrescerá uma cada vez maior visibilidade das CPCJ nos contextos onde actuam, aliada ao crescente reconhecimento da sua legitimidade na protecção das crianças e jovens” (2008, p. 15).

¹ Sobre o conceito de risco ver Martins (2004)

Nos últimos anos as estatísticas referentes às sinalizações pelos estabelecimentos de ensino junto das estruturas de Protecção, têm revelado um claro aumento de casos de absentismo e abandono escolar que apontaram para medidas específicas ao nível do Sistema Educativo (CNPCJ, relatórios de actividades das CPCJ (CNPCJR/ISS, I.P, 2007, 2008).

Dando resposta a estas exigências legais e às que decorrem das entidades sociais, procedeu-se à assinatura do protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade Social, a 3 de Junho de 2006. Este momento marca o momento da viragem na participação activa dos professores representantes do sistema educativo na protecção de crianças e jovens em Portugal contemplando a afectação de recursos humanos da Educação para acções especificamente relacionadas com a protecção nas CPCJ.

Este protocolo decide a nomeação de professores representantes em todas as Comissões, e define as funções dos profissionais envolvidos, permitindo, pela primeira vez desenvolver acções locais concertadas com as CPCJ e que se dirigiam em especial a combater o absentismo e o abandono escolar, sem prejuízo da intervenção noutras situações de risco ou perigo.

O papel do professor é importante e deve funcionar em articulação e complementaridade com os restantes parceiros sociais valorizando o diálogo com os familiares das crianças e jovens.

Sabemos que nenhuma sociedade tem meios suficientes para suprir em tempo útil e de forma cabal as consequências do aumento de um conjunto de factores de risco para as nossas crianças e jovens como, a pobreza o desemprego, a falta ou má habitação. Assim o primeiro objectivo é sem dúvida a prevenção, reforçando as condições sócio económicas, as capacidades e as competências das famílias das crianças.

Como todas as crianças têm direito à educação, sendo que algumas, pelo contexto social onde vivem, estão por vezes em situação de risco relativamente ao futuro se não forem objecto de respostas educativas que concretizem, sem comprometer as raízes socioculturais a que têm direito. É o caso das crianças de algumas etnias, ainda que se reconheça não existir um total consenso em torno de respostas educativas, que por vezes não se consideram completamente ajustadas à promoção do direito à educação e simultaneamente ao direito ao reconhecimento da diferença, cabe às escolas, contando com o seu conhecimento profundo do contexto socioeducativo de cada criança ou de cada grupo, mobilizar recursos internos e externos para a eventual concretização de alguma das respostas educativas (Casa-Nova, 2007).

Cabe ao Estado promover políticas de apoio às famílias que possibilitem a colmatar as debilidades socioeconómicas e reforcem as competências das famílias e das instituições

que acolhem crianças. No que diz respeito às políticas de educação estas devem ser articuladas com as famílias promovendo a inclusão no projecto educativo.

Cabe à Escola dar iguais oportunidades a todas as crianças e jovens, independentemente, do sexo, da raça, e principalmente do seu extracto social e cultural. Cada vez mais a escola tem que ser um espaço aberto e onde as crianças e jovens encontrem um ambiente saudável e de plena integração na sociedade. Para que as aprendizagens sejam significativas, elas devem proporcionar às crianças uma variedade de actividades e de utilização de materiais, devem constituir um importante centro de recursos, que lhes possibilitem experimentar processos de realização de actividades e pesquisar individualmente e em grupo.

Cabe aos professores colocarem o seu saber científico e profissional bem como todas as suas competências científicas e pedagógicas ao dispor dos seus alunos, nunca devem assumir apenas o papel de emissor de ordens, corrector de processos e avaliador de produtos, a actividade docente não se limita às metodologias de transmissão de conhecimentos. Compete ainda aos professores, participar na melhoria das condições e do ambiente educativo da escola, desenvolver medidas de apoio aos alunos, nomeadamente a integração na turma e na escola, promover a articulação das actividades lectivas com outras actividades formativas escolares, desenvolver a sua actividade de forma articulada quer com a família, quer com outros serviços especializados de apoio educativo.

É da responsabilidade do professor:

- Contribuir para a formação integral das crianças e jovens, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, com vista à sua formação de cidadãos responsáveis e capazes de intervir na vida activa.
- Respeitar a dignidade pessoal e as diferenças culturais das crianças e jovens, valorizando os diferentes saberes culturais, prevenindo processos de exclusão e discriminação (Cury, 2003,p.66).

Quando analisamos o sistema de protecção infantil não podemos deixar de referir o papel do professor, nomeadamente quando integra as CPCJ. Segundo Farmer (1997), a reunião de diferentes profissionais representativos de sectores-chave da comunidade que visam a protecção das crianças e jovens em risco ou perigo é importante no sentido de partilharem informação relevante, o que permite:

- alertar as instituições assim representadas para a existência destas crianças e para a necessidade de lhes prestar uma atenção especial, acompanhando o seu percurso e dando-lhes prioridade na gestão de recursos;

- diminuir significativamente as recorrências de mau-trato mediante a elaboração de planos de protecção adequados para as crianças registadas;
- gerir a ansiedade dos profissionais, graças à partilha da responsabilidade pelas decisões tomadas.

A grande questão que se nos coloca é saber quais as representações e quais os discursos que os professores que integram as CPCJ têm da sua acção e da sua agência.

Deste modo, na introdução, apresentamos a relevância do estudo e definimos o problema e os objectivos da investigação. Terminamos com a apresentação de algumas limitações que, sabemos de antemão, nos irão acompanhar no percurso da investigação.

No capítulo seguinte procuramos fazer um enquadramento sobre o estado de protecção de crianças e jovens, tendo em conta a temática do nosso estudo. Deste modo, contextualizamos os direitos da criança, os meios de protecção, a situação escolar e familiar, o papel da escola, da família e do estado como meios interventivos na defesa dos direitos das crianças e jovens.

Seguidamente descrevemos e justificamos os aspectos relacionados com a metodologia do estudo e apresentamos o caminho que percorremos, os procedimentos e os instrumentos que utilizamos até chegarmos à análise dos dados obtidos.

No capítulo seguinte fazemos uma caracterização pormenorizada do meio e dos sujeitos da investigação e no último capítulo apresentamos a análise dos resultados de forma contextualizada com o segundo capítulo, concomitantemente a novas leituras que sentimos necessidade de fazer, incluindo as considerações finais do estudo desenvolvido.

1. Relevância do estudo

O interesse pelo tema desta dissertação resulta da minha participação como professor representante/tutor, representante do Ministério da Educação, numa CPCJ. Os anteriores representantes do Ministério da Educação eram por inerência do cargo os professores responsáveis pelo antigo ensino recorrente, ensino destinado a adultos, como se o exercício das funções estivesse relacionado, trabalhar com adultos não é propriamente o mesmo que trabalhar com crianças, não pondo nunca em causa as qualidades e capacidades dos professores em questão, era notório que a pouca disponibilidade para exercer o cargo de representante na CPCJ, porque só a partir de Junho de 2006, com a assinatura do protocolo entre os Ministérios da Educação, e do Trabalho e Solidariedade Social foram criadas condições de trabalho aos professores com a redução das actividades curriculares e com a respectiva redução de horário na escola. Temas como o absentismo e o abandono escolar não eram temáticas tratadas nas CPCJ. Também não existia formação

ao nível dos técnicos que trabalhavam nas comissões. Por termos encontrado alguns problemas por resolver no que concerne a contextos educativos, fomos induzidos e desafiados a realizar este estudo.

O ponto de partida é a análise do contexto que atribui às crianças uma nova responsabilidade: um estatuto participativo e autónomo, dotado agora de múltiplos direitos e deveres, que apelam, mais do que nunca, à mediação educativa (Sarmento, 2002; Tomás, 2007). Este novo estatuto de sujeito de direitos é resultado de uma evolução em que a criança abandona progressivamente a condição de objecto da intervenção de terceiros, para assumir um novo papel, em que participa activamente nas decisões que lhe dizem respeito. A criança não é mais incapaz, uma futura pessoa: pretende-se que seja um protagonista e cidadão, combatendo desta forma a ideia de *negatividade constituinte* (Sarmento, 2004) associada à infância. Comentar-se-á, igualmente, as consequências dessa individualização e os novos riscos, associados ao desafio, que esta transformação envolve.

Posteriormente, procurar-se-á evidenciar as causas que colocam as crianças e jovens em situação de risco, interligando-as entre si e analisando as diferentes relações adoptadas para responder ao problema. Para o efeito, destacaremos a família, a escola, o grupo de amigos, o bairro e as instituições para crianças e jovens, enquanto instâncias de socialização. Neste domínio, evidenciaremos o papel da participação como estratégia de prevenção dos factores de risco, de acordo com a perspectiva sistémica que defende uma intervenção no meio e não somente a criança.

As últimas reformas introduzidas no país, nomeadamente a reforma legislativa de 1999, no âmbito dos direitos das crianças e jovens merecem um destaque especial, atendendo à sua relevância jurídica e social e ao facto de revolucionar um sistema que implementou durante várias dezenas de anos uma intervenção proteccionista ou assistencial. As alterações legislativas foram determinadas, em grande parte, pela promoção da condição responsável e participativa da criança ou do jovem, enquanto sujeito dotado de autonomia e de discernimento.

Neste sentido, procuramos ter em conta a produção de conhecimento a partir da acção e dos contextos educativos enquanto realidade social (Afonso, 2005), sobre a agência e a acção dos professores na CPCJ como problemática de sentido “mais associada aos significados que os participantes atribuem aos fenómenos que os rodeiam, mais subjectiva, mais participada e partilhada por todos os intervenientes no processo” (Fernandes, 2008, p.41).

Por último, investigar o tema da avaliação das CPCJ a partir dos discursos dos professores, que consideramos actores importantes nas CPCJ, pela novidade da temática nos estudos sobre as CPCJ, pela retribuição do esforço, prazer e dedicação destes actores, com os saberes (Charlot, 1982). É um desafio ao nosso crescimento pessoal e profissional,

numa dimensão de pertinência socioprofissional reflexiva que desenvolve competências para melhor podermos lidar com o fenómeno das crianças e jovens em perigo.

Este caminho de iniciação à investigação científica terá como suporte reflexivo a ideia de que a investigação que tenha por único objectivo o aperfeiçoamento do discurso teórico sem a confirmação de uma transferência possível para as aplicações profissionais torna-se cada vez mais desacreditada. (...) A investigação deverá ter, acima de tudo, uma pertinência socioprofissional, ela deverá aderir à prática mais do que à estética da argumentação formal (Van der Maren, n/d, citado por Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2005, p.87).

2. Objectivos da Investigação

A proposta para o desenvolvimento da presente investigação procura caracterizar o papel do professor como membro activo na defesa dos superiores interesses das crianças e jovens, a partir da seguinte pergunta de partida:

- Como é que os professores que integram as CPCJ, dos distritos de Castelo Branco e Guarda respectivamente, caracterizam o seu papel e a sua acção?

Tivemos em conta na definição do problema e clareza (Flick, 2005; Lessard-Hébert, 1996), como fundamental para a precisão e pertinência dos objectivos de estudo e do caminho a seguir.

Esta investigação surge no contexto da importância do papel do professor representante do Ministério da Educação, como membro activo das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, ao abrigo do protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Do ponto de vista operativo, impõe-se que os representantes dos vários serviços e instituições se organizem de modo a responderem não só às exigências da intervenção das CPCJ, mas também em consonância estratégica com as preocupações e responsabilidades de cada uma das várias áreas que as integram.

É sabido que, a par da família, a Escola é um espaço fundamental para a socialização da criança e para o seu desenvolvimento. A escola é igualmente uma instituição privilegiada na prevenção primária e o lugar onde precocemente se podem detectar indicadores de risco/perigo que, em respeito ao superior interesse da criança, implicam uma intervenção de protecção imediata.

Strecht (1998) refere os riscos da inexistência de intervenção especializada juntos destas crianças.

No caso presente, interessam, em especial, os riscos que as crianças correm sempre e quando o seu meio familiar não constitui um contexto favorável ao seu desenvolvimento, podendo mesmo comprometer a sua viabilidade e integridade física, cognitiva ou psicológica.

Neste sentido, o papel do professor, como mediador e elemento de referência da família e da criança, é essencial, sendo também indispensável, a sua participação no diagnóstico global da situação e na escolha de medidas reparadoras, que, face às limitações da família, tenham de ser decididas em sede da CPCJ competente.

Procuramos compreender o problema da nossa investigação através de um “processo de análise da realidade que se apoia em evidências e argumentações sujeitas ao rigor” (Guerra, 2003, p. 118), e deste modo, visando os seguintes objectivos:

- Caracterizar o professor representante do Ministério da Educação na CPCJ.
- Conhecer e avaliar as funções e o papel que o professor tem na CPCJ.
- Analisar as características profissionais do professor colocado na CPCJ.
- Conhecer o desenvolvimento das acções efectuadas pelo professor, enquanto membro da CPCJ.
- Diagnosticar eventuais constrangimentos sentidos pelo professor no desempenho da função.
- Conhecer a importância ou não da presença do professor na CPCJ.
-

3. Constrangimentos e limitações da investigação

As limitações deste estudo decorrem, em primeiro lugar nas dificuldades em obter colaboração dos professores representantes do Ministério da Educação nas CPCJ locais, como se verificou que nem todos os professores representantes das CPCJ colaboraram neste estudo, um porque nos disse textualmente que não tinha tempo para a entrevista, outros que depois de terem aceite colaborar na investigação, sistematicamente adiavam o encontro para a realização das entrevistas até expirar o tempo para a realização das mesmas, depois vieram as dificuldades em se conciliarem datas para a realização das entrevistas, que com algum esforço foi conseguido. Por último, o pouco à vontade com que alguns entrevistados se apresentavam para a realização das entrevistas, tendo em alguns casos termos que fazer algumas interrupções na realização das mesmas.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA

1. Protecção de Crianças e Jovens: algumas notas sócio-históricas

“Há um mundo a ser descoberto dentro de cada criança e de cada jovem. Só não consegue descobri-lo quem está encarcerado dentro do seu próprio mundo” Cury (2004, p.11)

1.1. Direitos da Criança

Todas as crianças são concebidas como tal no que diz respeito ao dado biológico, mas nem todas vivem a infância da mesma forma, no que se refere às condições sociais e económicas (Tomás, 2007; Marchi e Sarmiento, 2008).

Nos últimos duzentos anos as crianças passaram de um estatuto pessoal e social enquanto indivíduos com direitos, sendo encaradas essencialmente enquanto propriedade dos pais, para um estatuto pessoal parcial com alguns direitos de autodeterminação associados a crescentes direitos de provisão e protecção. Landsdown refere que “reconheceu-se que os direitos dos pais sobre as crianças não são invioláveis e que o Estado tem direito de intervir para proteger as crianças” (1994, p.33) e que, por outro lado, se assistiu ao reconhecimento de que os pais têm a responsabilidade isolada das suas crianças, cabendo ao estado um papel importante de apoio às famílias.

Ferreira refere “se outro sentido é permitido à expressão, o século XX é o século da criança, deve-se ao”corpus” de conhecimento construído, principalmente por médicos, psicólogos, psicanalistas e outros cientistas sociais que através de estudos sistemáticos a elegeram como objecto a observar e a descobrir” (2000, p.10).

Os direitos vinculam-se ao respeito, por si e pelos outros, de acordo com o princípio da igualdade que impõem a responsabilidade de ouvir e de aceitar a expressão dos pontos de vista diferentes. Respeitar o outro significa respeitar a sua própria dignidade e integridade (Flekkoy e Kaufman, 1997) e no caso concreto da relação entre as crianças e as gerações que detêm o poder, representa vencer a incomunicabilidade que os afastam e os remetem para uma percepção estereotipada de estilos de vida e modos de apreensão do mundo (Sarmiento, 2001).

Vítimas de condições sociais que não escolheram, quer na saúde, quer na educação, as crianças sofrem primeiro as consequências materiais e, depois, afectivas. Se isto é

flagrante nas sociedades periféricas, também o é, de forma mais velada, nas centrais que deveriam, com mais força, combater estas exclusões. Uma das premissas do presente é a luta contra a violência de que as crianças são vítimas.

Cada vez mais, existem organizações a dar vida a um lema de esperança para um mundo melhor para as nossas crianças e jovens, onde a paz, a dignidade, a igualdade, a solidariedade, a equidade sejam uma realidade, num movimento que Tomás denomina *cosmopolitismo infantil*² (2007).

Eglantine Jebb³ foi a responsável, em 1923, pela redacção da Acta sobre os direitos da Criança que no ano seguinte viria a ser adoptada pela Liga das Nações.

Tendo presente a necessidade de garantir uma protecção especial à criança foi enunciada a Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e a Declaração dos Direitos da Criança adoptada pelas Nações Unidas em 1959, reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada por Portugal em 1990 (resolução nº 20/90, da Assembleia da Republica, publicada no D.R. nº 211, 1ª série, 12/09/90) (Tomás, 2007).

A CDC é pois um produto de intensas e prolongadas negociações, devido à complexidade que levantaram as diferenças culturais e religiosas de alguns de alguns assuntos e aspectos como: a liberdade de pensamento, consciência e religião⁴.

No novo quadro jurídico aberto pela Convenção dos Direitos da Criança, a atribuição às crianças e jovens do estatuto de actores sociais, participantes activos e recíprocos. O seu reconhecimento como sujeitos de direitos sociais, culturais, económicos e civis, cuja realização é condição do seu pleno desenvolvimento, abre novos e mais complexos entendimentos sobre as modalidades concretas de exercício do direito de protecção, desde há muito admitido (Sarmiento, 2004; Fernandes, 2005; Tomás, 2007).

Assim, para que a criança tenha um desenvolvimento harmonioso, deve crescer num meio familiar, em clima de felicidade e compreensão. Importa promover com as crianças o processo e os caminhos para viver no espírito dos ideais declarados na Carta das Nações Unidas.

² Conceito que reapropria e reinterpreta a concepção de Boaventura de Sousa Santos de cosmopolitismo como a “organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupo sociais vitimizados pelas trocas desiguais” (2001: 74-75), ou seja, são todas as formas de intensificação das acções (solidariedade global), contra a opressão, a exploração, contra as situações de poder desigual, de inclusão subalterna, de despromoção, sobre as “vítimas, por exemplo, de discriminação sexual, étnica, rática, religiosa, etária, etc” (ibidem). Ainda que se encontre numa fase incipiente, consideramos o cosmopolitismo infantil como um movimento transnacional de luta pelos Direitos das Crianças.

³ (1876-1928) Reformista social britânica.

⁴ Para uma leitura crítica da CDC ver Tomás (2008)

Neste contexto e no que diz respeito ao direito à educação, esta deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social, tornando-a num membro útil à sociedade.

O interesse superior da criança ou jovem deve ser o início de quem tem a responsabilidade da sua educação e orientação, responsabilidade essa que cabe, em primeiro lugar, aos pais e à família.

À criança e jovem deve ser-lhe dada a oportunidade para brincar e para se dedicar às actividades recreativas, que devem ser orientadas para os mesmos objectivos da educação. A sociedade e as autoridades públicas deveram esforçar-se por fomentar esses direitos.

Nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança: “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo, se nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.”

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (lei n.º 45/86), um amplo conjunto de princípios e finalidades afirma o direito de todos os portugueses à educação, a responsabilidade do estado na democratização do ensino, comprometendo-se o sistema a responder às necessidades resultantes da realidade social e a contribuir para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos. Contribuindo para a realização do indivíduo através de um processo de formação, integral e aberto, tanto no que diz respeito aos valores e às culturas, como no que respeita aos saberes e aos domínios da aprendizagem.

Assim, a chamada “crise social de infância” tem sido também entendida como uma “crise da autoridade” e uma crise da Educação em sua dupla face (escolar e familiar) (Renaut, 2005). Para alguns analistas, os indícios de crise são controversos, podemos assim resumir; o acesso ilimitado das crianças a certos saberes da vida adulta (a relevação de “segredos” proporcionada pelos meios de comunicação), a crise das instâncias de legitimação da infância (família, escola) através dos novos papéis e estatuto social atribuído às crianças; a diversidade e a desigualdade de condições sociais entre infâncias e crianças; a individualização da criança e a sua descoberta como activa participante do mundo em que vive.

Sarmiento entende que, ao contrário do “fim da infância”, estamos a assistir a processos de “reinstucionalização” tanto no plano estrutural como simbólico: “mudanças que conjugam a plena expansão dos factores de institucionalização da infância com a crise das instâncias de legitimidade e com as narrativas que a justificam, têm sérias implicações

no estatuto social da infância e nos modos, diversos e plurais, das condições actuais de vida das crianças”. (2004, p.7)

1.2. Protecção das Crianças e Jovens

Segundo Soares o discurso científico acerca da família e das crianças não se pode reduzir realidade social a uma única imagem de família, protectora e cuidadora das suas crianças, “porque a realidade social tem espelhado, desde sempre, práticas de parentalidade diversas. Para além dos indicadores culturais, também os económicos e os sociais introduzem marcas bastante heterogéneas na forma como as crianças experienciam o seu percurso de vida na infância” (2005, p. 300).

A família nem sempre está em condições ou aptos para exercerem os seus papéis de protecção dos seus filhos, de os poderem ajudar, por falharem na satisfação das condições básicas de sobrevivência ou por impasse na sua relação com a criança e jovem. Historicamente, foram assim criadas instituições, capazes de garantir os direitos das crianças. A actuação, os princípios e as metodologias seguidas é que se foram alterando no tempo e no espaço. É importante ainda referir que a imagem da infância nestas instituições também se foi alterando de acordo com as condições sócio-culturais, politico-normativas e ideológicas. Da imagem hegemonia de que a criança é um ser imaturo e incompetente também coexiste, e tem vindo a ganhar terreno, a imagem da criança actor social. A produção normativa tem contribuído para esse caminho assim como o papel de alguns campos do saber como a Sociologia da Infância. Segundo Sarmiento, uma das tarefas é ultrapassar a ideia de negatividade da infância que “ a criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância regista especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano “completo” (2000, p.155).

De acordo com Almeida (2000), no nosso país observa-se a coexistência da criança dos tempos pré-modernos, cuja função instrumental para a família se sobrepõe à consideração das suas necessidades pessoais, com a criança cumpridora de um projecto de escolarização e sucesso valorizado e investido pelos pais e a criança da pós-modernidade, voraz consumidora e hábil utilizadora das tecnologias de informação.

Parece-nos indispensável para a consolidação da imagem da criança actor de direitos sociais o contributo da infância reflexiva, que convoque e rentabilize a complexidade e diversidade de saberes que são produzidos sobre as crianças e que, para além do mais, seja socialmente implicada e responsável num trabalho de parceria e articulação interinstitucional e interdisciplinar.

Sarmento (1999) discute ainda na emergência de um novo conjunto de imagens que configuram a criança como cidadã, sujeito de participação activa, uma representação cuja substancia envolve uma verdadeira transformação sociocultural que promova a inclusão social plena de todas as crianças, a evolução para instituições que garantam a defesa do seu superior interesse, e a aceitação da sua opinião, como forma de participação no espaço que habitam e ajudam a construir.

Portugal, apesar de ser um dos países pioneiro na aprovação da lei de Protecção à Infância em 1911, só na revisão constitucional de 1976, e após a revolução do 25 de Abril, é que são pela primeira vez consagrados na Constituição da Republica, como direitos fundamentais, á infância e á juventude artigos 69º e 70º respectivamente.

O desenvolvimento político, científico, cultural e social que se verificou em Portugal, nos anos subsequentes à Revolução, impôs ao país a ratificação das regras e convenções internacionais, em matéria de Infância. Em 1986, Fausto Amaro, realiza o primeiro estudo relacionado com “crianças em perigo”, com o titulo “Criança maltratada, negligenciada ou praticando a mendicidade”.

Só nos anos noventa se verifica o aparecimento de (quase) políticas sociais tendo em vista a protecção e o acompanhamento da infância e da juventude. É em 1990 que Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança, e em 1991, são criadas as Comissões de Protecção de Menores, para em 1995 ser extinta a direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores que dá lugar ao Instituto de Reinserção Social.

Finalmente, em 1999 se verifica a última grande reforma no que diz respeito aos Direitos dos Menores, com a redacção e criação do diploma legal de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Com a evolução dos tempos e com todas as mutações sócias, económicas e políticas que se vivia foram vários os documentos que procuravam legislar o direito á protecção de crianças e jovens em perigo.

Assim a redacção da lei de protecção à Infância, de 27 de Maio de 1911, só veio a ser regulada, pelo Decreto-lei n 10767, de 15 de Maio de 1925. O Estado assumia assim uma responsabilidade sobre as crianças ao nível de sua educação, formação e desenvolvimento social, que deveria ser inculcada aos progenitores. Quando se considerava que “só com crianças educadas nu, regime disciplinado, com uma higiene moral escrupulosa, instruídas no conhecimento das causas e na prática das leis sociais que formam actividades positivas, se poderá construir uma sociedade que à salubridade dos costumes reúna as ansiedades fecundas do saber e do trabalho.” (preâmbulo, da lei de protecção à infância, de 27 de Maio de 1911)

Em 1962 foi aprovada e regulada a Organização Tutelar de Menores (OTM), cujo modelo seguido foi o aplicado em países de regime político autoritário. Neste diploma a

actuação do estado visava a “*prevenção criminal através da aplicação de medidas de protecção, assistência e educação, e no campo da defesa dos seus direitos e interesses, mediante a adopção de providências adequadas*” (Decreto-lei nº 44288, de 20 de Abril de 1962).

Com a revolução democrática de Abril de 1974, ocorreram naturalmente outras formas e maneiras de encarar a situação das crianças, aparecendo nova legislação, que veio rever e alterar em 1977, a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais. Aparecendo os Tribunais de Família e os tribunais Tutelares de Menores, passando estes a decidir nas situações de “*menores em risco*” simultaneamente é revista a OTM, regulamentada pelo Decreto-lei n 314/78, de 27 de Outubro. No artigo 15º deste diploma é estabelecido que os Tribunais de Menores passam a ter competência relativamente aos menores até aos 18 anos, até então era 16 anos (Rodrigues, 1997; Vidal, 1998; Tomás, 2000).

As últimas décadas do Século XX, foram uma crescente preocupação no que diz respeito à infância em todo o Mundo, Portugal não fugiu à regra, e em 1999 verificou-se uma nova reforma no que concerne aos direitos dos menores, criando-se a Lei 147/99 de 1 de Setembro, que veio regulamentar uma nova abordagem à protecção e promoção das crianças e jovens em perigo.

1.2.1. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

A Lei 147/99 de 1 de Dezembro surge da reformulação da “Comissão de Protecção de Menores”, Decreto-Lei 189/91 de 17 de Maio, ao abrigo da portaria nº 12226 – CZ/2000 de 30 de Dezembro com efeitos a partir de 1 de Janeiro

De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º da lei 147/99, a CPCJ é uma entidade oficial não judiciária e com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem (até aos 18 anos, ou até aos 21 quando solicitado), prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação, ou desenvolvimento integral, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento

1.2.2. Objectivos das CPCJ

É objectivo da CPCJ promover e proteger os direitos das crianças e jovens em perigo do seu concelho, trabalhar conjuntamente com as famílias ou quem tenha a guarda de facto das crianças ou jovens no sentido de os proteger das situações de risco, promovendo o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

1.2.3. Princípios Orientadores da Intervenção das Comissões

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e jovem em perigo obedece aos seguintes princípios, (previstos no Artigo 4º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens, aprovado pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro):

- 1- **Interesse superior da criança.** A intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e jovem.
- 2- **Privacidade.** A promoção dos direitos da criança e jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.
- 3- **Intervenção precoce.** A intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida
- 4- **Intervenção mínima.** A intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo.
- 5- **Proporcionalidade e actualidade.** A intervenção deve ser a necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na sua vida e na vida da sua família na medida em que for estritamente necessário a essa finalidade.
- 6- **Responsabilidade Parental.** A intervenção deve ser efectuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem.
- 7- **Obrigatoriedade da informação.** A criança e o jovem, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.
- 8- **Audição obrigatória e participação.** A criança e o jovem, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e protecção.
- 9- **Subsidiariedade.** A intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

1.2.4. Funcionamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

A Comissão de Protecção funciona em modalidade alargada e restrita, designadas respectivamente, por **comissão alargada** e **comissão restrita**.

1.2.4.1. Competências da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

A intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude actuar de forma adequada e suficiente, a remover o perigo em que se encontram.

À Comissão alargada compete desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para o jovem e criança (art.18,º nº1 da Lei 147/99 de 1 de Setembro), nomeadamente:

- Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades.
- Promover acções e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detecção dos factos e situações que afectem os direitos e interesses da criança e do jovem.
- Colaborar com as entidades competentes no estudo e a elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos factores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais e adequadas.

À Comissão Restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo (art. 21.º, n.º1 da Lei 147/99 de 1 de Setembro), nomeadamente:

- Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de protecção.
- Apreciar liminarmente as situações de que a comissão de protecção tenha conhecimento.
- Proceder à instrução dos processos
- Decidir a aplicação, acompanhar e rever as medidas de promoção e protecção.

1.2.5. Legitimidade da Intervenção da CPCJ

A intervenção das CPCJ depende do consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, conforme o caso (art.9.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro).

De acordo com os artigos 3º e 8º da Lei n.º 147/99, após a recepção de sinalização de situações que envolvam crianças ou jovens em perigo, por parte de qualquer pessoa ou entidade, e quando as entidades com competência em matéria de infância e juventude não

poderem intervir, depende do consentimento expresso dos pais, representante legal ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto da criança, conforme previsto no Artigo 9º da LPCJP.

Assim, a comissão procura desenvolver um trabalho com familiares, aplicando as medidas adequadas para afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, procurando garantir as condições que protejam e promovam a sua segurança, saúde, formação, educação e bem-estar.

A intervenção da comissão passa também pelo trabalho com os familiares, no sentido de colaborar na sua reorganização em termos emocionais, sociais e relacionados, de forma a ultrapassar a situação de risco.

1.2.6. Quando se considera uma Criança e Jovem em Perigo?

O conceito de risco ou perigo está associado a um período temporal, que pode circunscrever-se a uns meses ou prolongar-se por vários anos, até ao limite da maioridade (Martins, 2004).

Considera-se que uma criança ou jovem está em perigo quando:

- Está abandonado ou vive entregue a si próprio.
- Sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais.
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade, e situação pessoal.
- É obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação no desenvolvimento.
- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional.
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto lhes oponham de modo adequado a remoção desta situação.

As crianças e jovens em risco são regra geral pertencentes a famílias carenciadas ou desestruturadas, nomeadamente as que não dispõem de recursos económicos básicos ou aquelas onde se detecta a existência de maus-tratos físicos, abandono, negligencia, alcoolismo, toxicodependência, deficiências mentais, entre outras características (Delgado, 2006, p.66-67).

1.2.7. Medidas de Promoção dos Direitos e Protecção

A aplicação das medidas de promoção e de protecção das crianças e dos jovens é da competência exclusiva das CPCJ e dos tribunais, e visam afastar o perigo em que estes se encontram. Sendo as seguintes medidas de promoção, previstas no Artigo 35º da LPCJP:

- Apoio junto dos pais.
- Apoio junto de outro familiar.
- Confiança a pessoa idónea.
- Apoio para a autonomia de vida
- Acolhimento familiar.
- Acolhimento em instituição.

1.2.7.1. Retirada Urgente de Crianças

A retirada urgente de uma criança do seio familiar é sempre uma situação de último recurso e, se possível transitória, que só deve ser decidida por uma equipa devidamente preparada para analisar a situação de risco e avaliar as hipóteses de alternativas mais adequadas, desenvolvendo estratégias de apoio às famílias, tendo em conta o conceito de vinculação e de reparação afectiva e tendo a noção dos riscos da ruptura de vínculos.

A articulação entre as CPCJ e as instituições de apoio é essencial, assim como foi importante a criação da figura de *tutor* ou *gestor de caso*, como participante activo ao longo do processo de mediação familiar e apoio à criança.

O importante é dar esperança, dar afecto, dar rumo. Fazer sentir à criança que ela é importante para alguém, criando vínculos, evitando as rupturas sucessivas que vão perpetuar um vazio afectivo e dificultar os processos de integração social.

Se a retirada for inevitável, o regresso depende de uma mudança de atitude que as famílias não conseguem normalmente alcançar sozinhas, porque carecem nomeadamente de conhecimentos elementares que não tiveram oportunidade de aprender. Deveriam existir programas de educação familiar para atenuar estas situações.

1.2.8. Como Denunciar Casos de Crianças e Jovens em Perigo

A lei de protecção de crianças e jovens estabelece que qualquer pessoa que tenha conhecimento destes casos deve comunicá-los à Comissão de Protecção de Crianças e

Jovens, tendo o direito de manter o anonimato, se assim o entender, actuando a Comissão com sigilo absoluto. A mesma lei refere que “ a comunicação é obrigatória para qualquer pessoa que tenha conhecimento de situações que ponham em risco a vida, a integridade física ou psíquica ou a liberdade da criança ou jovem”. A Comissão de Protecção intervém a partir do conhecimento de situações que envolvam crianças ou jovens em perigo baseada em informação ou participação tão fundamentada quanto possível, por:

- Qualquer dos seus membros
- Familiares da criança ou jovem
- Qualquer membro da comunidade
- Própria criança ou jovem
- Tribunais
- GNR / PSP
- Entidades com competência em matéria de infância e juventude

Carneiro afirma que “no limite, o desafio que nos é cometido é este: o de fazer da sociedade portuguesa, como um todo, numa sociedade, onde nenhum acto seja destituído de intencionalidade formativa; uma comunidade que vê na educação a sua alavanca de futuro; uma comunidade viva em que a sua «respiração» social é constantemente perpassada de propósito cultural e de conteúdo educativo”. (1990, p.9)

1.2.9. A relação entre a CDC e a Escola

A Educação é a área fundamental da sustentação de uma sociedade que se quer justa, equitativa, participativa, crítica e responsável (Afonso, 1999). A escola tem um importante papel enquanto espaço essencial para o processo de socialização da criança. A escola desempenha um papel fundamental na promoção do conhecimento social, no grande desenvolvimento das capacidades cognitivas que vai incidir, claramente, na compreensão que as crianças têm do mundo social e suas particularidades.

A escola “é o espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano” (Fávero, 2004, p. 53).

O crescimento e desenvolvimento sustentado de uma sociedade só sucedem assentes na aposta fundamental na educação e qualificação dos cidadãos.

Consideramos que esta linha de sociedade é bem clara e por isso não tem equívocos em relação ao papel fundamental que a Escola, nomeadamente, a escola pública deve ter para a concretização destas intenções.

Nos últimos anos, em Portugal, tem sido feito algum esforço no sector da educação, que tem produzido resultados positivos, principalmente no que diz respeito às taxas de conclusão do Ensino Secundário, vindo ao encontro da média europeia e da média dos países da OCDE (Educacion at a Glance, 2007).

Neste sentido, deverá continuar a ser feito um grande investimento, no que à educação diz respeito visando a melhoria de resultados da escola pública associados à elevação da qualidade das aprendizagens, à elevação da exigência e do rigor.

O que está a ser feito ao nível do reordenamento escolar, é procurar garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, com qualidade, por todos, nomeadamente no 1º ciclo e no acesso às actividades de enriquecimento curricular. As ofertas profissionalizantes no ensino secundário de forma a dotar as escolas de respostas mais adequadas aos anseios dos alunos e desta forma contribuir para combater o insucesso e o abandono escolar.

Também os docentes devem ter consciência de que o trabalho organizado nos estabelecimentos de ensino constitui o principal recurso para promover o sucesso dos alunos, melhorando a qualidade das aprendizagens e prevenindo o abandono escolar precoce.

A classe docente deve-se pugnar pela valorização da experiência profissional, deve lutar por dotar cada estabelecimento de ensino de um corpo de docentes reconhecidos, com mais experiência, mais autoridade e mais formação, que assegure em permanência funções de maior responsabilidade, contribuindo para a promoção da auto-estima e motivação dos professores, e visando a elevação da qualidade, a credibilização e a melhoria de resultados da escola pública.

Educar é fomentar a auto-estima, o desenvolvimento da solidariedade, do reconhecimento das diferenças (Stoer e Magalhães, 2001; Stoer e Magalhães, 2002), da segurança, do raciocínio esquemático, da capacidade de gerir os pensamentos nos focos de tensão, da habilidade de trabalhar perdas e frustrações. Tem por objectivo formar pensadores e cidadãos participativos.

A escola é um espaço privilegiado para a evocação de exemplos que dão expressão aos valores éticos, ao sentido da justiça e ao desenvolvimento da crítica social, tão necessários ao exercício da cidadania participativa e fundamentais para mudar mentalidades e práticas assentes em chavões e preconceitos que impedem o combate à discriminação

Na prática, muitas das escolas têm dificuldades em intervir, porque os professores estão “engolidos” por uma *racionalidade burocrática* (utilizando o conceito de Weber) e não recebem formação adequada na área psicossocial.

Esta situação torna-se ainda mais acentuada no caso das escolas que servem populações carenciadas. Quando as questões básicas, no que diz respeito a satisfação das necessidades de bem-estar físico e psicológico das crianças e jovens, não estão resolvidas, a escola encontra-se impossibilitada de desempenhar as suas funções educativas. Por isso, quer seja ou não sua intenção manifesta, a escola tem vindo, progressivamente, a actuar no campo do apoio social, apesar de para isso dispor de meios diminutos.

Recorrendo quase sempre ao professor Tutor/Representante, destinado a fazer a ponte entre a CPCJ e a escola, ajudando esta a reforçar a componente pedagógica e a articulação com os recursos que dispõe, no sentido de melhorar e reforçar o rendimento escolar do aluno, bem como reforçar a sua auto-estima e inculcando-lhe o gosto pela escola.

As escolas deviam usufruir todas dos Serviços de Psicologia e Orientação, criados através do Decreto-lei nº 190/91 de 17 de Maio de 1991, são estruturas especializadas de apoio e orientação educativa que visam: contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal, apoiar-los no processo de aprendizagem e na integração na comunidade, prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica, no contexto das actividades educativas.

1.2.9.1. Os Problemas na Escola

Do ponto de vista escolar, a ambição foi construir a escola fundamental, escola de nove anos que começa aos seis anos e vai até aos quinze. Prolonga-se a escolaridade obrigatória, abre-se o primeiro segmento do que era o ensino secundário e acontece uma massificação da escola, com efeitos de reprodução social, mas também de democratização. Aparecem novos problemas materiais e financeiros, muito difíceis de ser superados. Surgem novos problemas pedagógicos ao passo que ingressam na nova escola novos tipos de alunos. Espalhou-se a ideia de que se abriu uma escola para o povo, sem que mudasse a escola.

Muita coisa mudou na relação pedagógica, a forma como os alunos se relacionam com os professores nada tem a ver com os métodos usados nos anos cinquenta. Os métodos de ensino são diferentes. A escola passa a ser percebida como elevador social, as questões do fracasso escolar, da desigualdade social face à escola e dentro da escola, da “igualdade de oportunidades” impõem-se, logicamente, como principais temas de debate.

A escola passa a ser interpelada sobre a qualidade de ensino. Por isso, passa a elaborar projectos, celebrar contratos, firmar parcerias e colaborar cada vez mais com o meio local. Estas novas alterações atropelam o funcionamento tradicional da escola e a identidade dos seus professores.

É um novo desafio, em que o professor hoje é considerado um profissional, o seu trabalho já não é cumprir tarefas predefinidas, é também, e antes de tudo, resolver os problemas. Pode inovar, pedir conselhos a quem quiser, mobilizar recursos locais.

É importante que ele tenha capacidade para resolver os problemas na sua classe e entregue alunos bem sucedidos.

A escola deve valorizar e respeitar a dignidade de cada ser humano e a solidariedade entre os homens.

Com a evolução das sociedades, aparecem novos desafios às escolas, o desenvolvimento económico e social, requer um maior nível de formação da população, a escola deve resolver os problemas oriundos da democratização escolar. Há cada vez mais alunos que vão à escola apenas para “passar de ano”, sem encontrar nela sentido nem prazer.

A escola actual pretende ser democrática e inclusiva mas “o Estado só cumpre a primeira parte: recebe os alunos, matricula-os, distribui-os pelas turmas, manda para lá professores a quem entrega toda a responsabilidade do sucesso, insucesso [...] manda que todos os alunos se incluam nas turmas e ignora os problemas de muitos deles”. (Benedito, 2008).

1.2.9.2. Programas para Combater o Absentismo, Inclusão Social e Abandono Escolar

Tendo em vista reduzir e combater o absentismo e o abandono escolar, foi criado pelo parecer nº 7/2004, publicado no Diário da república 2ª serie de 25 de Agosto o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, que visa o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas sistematizadas de combate ao abandono escolar durante a escolaridade obrigatória.

Uma das iniciativas é o programa “*eu não desisto*”, tem como objectivo reduzir para metade as taxas de abandono escolar e da saída precoce até 2010.

Neste programa destaca-se:

- A criação da figura do professor tutor, para acompanhamento das crianças e jovens em risco de abandono escolar.
- O desenvolvimento de um programa específico de formação de professores.
- A dinamização de um programa de Apoio a Actividades Extra-Curriculares.
- A criação de um plano de Português – língua não materna.
- O plano de Promoção da Leitura e da Escrita.
- O Plano para o apoio ao ensino e aprendizagem da matemática.

Com vista a combater o insucesso escolar e a saída precoce do sistema educativo, criou-se condições nas escolas para reorganizarem o trabalho escolar de modo a criarem as condições de aprendizagem dos alunos do ensino básico (Despacho nº 50/2005, de 9 de Novembro).

Este despacho define princípios e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação sumativa interna, dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento dos alunos do ensino básico.

Foi criado o Despacho conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho, (2ª Série), o regulamento dos Cursos de Educação e Formação, que define a organização, desenvolvimento, avaliação e acompanhamento, dos cursos no âmbito dos percursos de educação e formação profissionalmente qualificantes, destinados, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram, antes da conclusão da escolaridade obrigatória.

Também foi concebido um programa “Escolhas”, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2001, de 9 de Janeiro, cuja última resolução é a nº 80/2006, de Junho, e que procede à renovação, para o período de 2007 a 2009. A renovação do Programa visa reforçar o apoio a projectos de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis. Estes projectos têm a duração mínima de um ano e máxima de três.

Foram igualmente criadas uma diversificação de ofertas curriculares, para combater o abandono escolar:

O jovem e a formação profissional

O artigo 11º do DL nº 6/2001, de 18 de Janeiro, alterado pelo DL.nº.396/2007, de 31 de Dezembro, visa assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão. As escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especificamente a alunos que revelem insucesso escolar ou problemas de integração na comunidade educativa, cabendo às escolas, o desenvolvimento da sua autonomia no âmbito do seu projecto educativo.

Iniciativa Novas Oportunidades

Esta iniciativa tem como objectivo contribuir para a qualificação dos portugueses, dando, aos jovens com baixos níveis de escolaridade, oportunidade de prosseguirem os estudos.

Neste contexto, destaca-se o objectivo de inverter a tendência do aumento do número de jovens que não conclui o ensino obrigatório, aumentando a oferta de cursos com dupla certificação para os jovens sem escolarização ao nível do secundário.

Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)

O PIEF é o programa integrado de educação e formação, medida de excepção que se apresenta como remediação quando tudo o mais falhou.

Este programa foi criado pelo Despacho conjunto nº 882/99, tendo sido revisto e reformulado pelo Despacho Conjunto nº 948/2003 publicado a 26 de Setembro (2ª série).

Os Principais objectivos do PIEF são os seguintes:

- Favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos, em situação de exploração de trabalho infantil.
- Favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória associada a uma qualificação profissional relativamente a menores com idade igual ou superior a 16 anos, que celebrem contratos de trabalho.

Um processo de integração social, não pode assentar unicamente em mudanças e adaptações dos indivíduos. A sociedade deve, então, modificar os pressupostos do seu funcionamento, no sentido de reduzir ou eliminar os factores que produzem situações de exclusão social e marginalidade e facilitar, através das políticas sociais que define, a inclusão dos indivíduos excluídos.

Parece-nos essencial que, nomeadamente as escolas, realizem um esforço de integração destes jovens muitas vezes problemáticos e avessos ao seu funcionamento padronizado e “normalizado”, que evite ou minorize o insucesso e o abandono escolar precoce.

Todos estes programas visam a inclusão social e caracterizam-se por integrarem uma componente de escolarização que favorece o cumprimento da escolaridade obrigatória uma componente de formação para a ocupação e orientação vocacional, de acordo com os interesses e expectativas evidenciadas durante a intervenção, e uma componente de educação para a cidadania com o desenvolvimento de actividades, de interesse social, comunitário e de solidariedade, com a finalidade de promover a integração social, com a mobilização de saberes relacionais e sociais (Almeida, 2009).

Não deixar de ser referido, contudo, que a Escola tende a reproduzir as desigualdades económicas e sociais que a envolvem, sendo reflexo tradicional da incidência

de níveis mais elevados de insucesso e abandono escolar precoce junto de crianças e jovens originários de grupos sociais mais desfavorecidos.

Todas estas medidas podem ser consideradas a partir de uma:

lógica de (re)socialização resultante do trabalho pedagógico assenta no princípio de uma socialização primária deficitária a qual é necessário corrigir. A ausência de uma socialização primária eficaz resulta da não “imersão dos indivíduos naquilo que se chama “mundo da vida” o qual é simultaneamente um “universo simbólico e cultural” e um saber sobre este mundo” (Dubar, 1997: 94) e que estaria numa primeira instância reservada à família o qual não foi consolidado. Neste sentido o trabalho (pedagógico) desenvolvido consiste numa (re) socialização dos indivíduos em causa, torná-los bons cidadãos, o que significa a adopção de regras e comportamentos socialmente aceites, complementando em larga medida a socialização oriunda do seio da família (Almeida, 2009, p.302)

Raramente a escola é visitada por estas famílias, só quando são ameaçados do possível corte nos subsídios que recebem é que procuram a escola para apresentarem possíveis justificações.

A relação com a escola está claramente associada ao desinteresse e à desmotivação, sendo que o abandono é mais motivado por estes aspectos do que, por exemplo, os motivos económicos ou problemas individuais.

“ É um bocado culpa do ensino, o modo de ensino tradicional. Acho que está um bocado antiquado, que se devia modernizar um bocado.” (Sampaio, 2003, p. 31).

1.3. O Papel desempenhado pelo Professor na CPCJ

O professor ocupa a cena como o actor principal, o detentor do conhecimento, dos saberes e da cultura a transmitir, a reproduzir ou a recriar. Como se afirma num projecto, as funções da escola são, sobretudo, produto da actividade dos professores, neste contexto, por em causa a escola é, também, por em causa o professor, e “garantir a eficácia da escola é, também garantir a eficiência dos professores”. Os apelos à participação de todos são muitas vezes, uma questão formal. Num certo sentido, no passado, o aparelho escolar edificou-se sem a participação das famílias e das comunidades, “dispensadas”, ora com o argumento político (a legitimidade do Estado para decidir), ora com o argumento profissional (a competência dos professores), hoje, tais argumentos não bastam, mas não é fácil fazer a transição.

O professor é habitualmente entendido como um profissional que estabelece uma relação pedagógica entre os alunos, visando a aquisição de determinados conhecimentos e/ou competências e o desenvolvimento de atitudes e formas de comportamento adequadas, visando o desenvolvimento das potencialidades dos jovens

O perfil do professor, as competências do domínio interpessoal e as competências técnicas específicas, muitas vezes, não são suficientes para atingir os objectivos pedagógicos.

Compreendemos a formação docente como um conjunto de experiências sociais e culturais, individuais e colectivas, que vamos acumulando e modificando ao longo da nossa existência pessoal e profissional. Entendo que este processo é inacabado e consiste, portanto, em constantes indagações, incertezas e ambiguidades.

Como professores vinculados à educação de crianças e jovens, percebemos o quanto ainda desconhecemos os saberes que as crianças têm sobre o mundo e até sobre nós adultos, saberes esses que são traçados socialmente e conferem identidades culturais às crianças (Sarmiento, 2004).

Quantas vezes são negadas as experiências e os saberes das crianças e jovens, são muitas vezes essas experiências que viabilizam reflexões sobre as crianças e suas culturas. Isto demonstra muitas vezes uma atitude paternalista ou autoritária, uma vez que somos adultos e supomos que tudo sabemos sobre as crianças e jovens.

Foram construídas práticas pedagógicas e ideologias que nos marcaram como indivíduos e assim as questões de classe, género e raça deixaram marcas sobre a nossa forma de pensar e agir.

É fundamental incluir, na formação de professores, a questão da infância como uma questão social, fomentando nas escolas a informação e provocando o debate sobre os direitos da criança e a forma de os colocar na prática.

Podemos afirmar que só por volta dos anos noventa do século XX é que a infância passou a merecer a atenção por parte da investigação sociológica, enquanto objecto de estudo com especificidades (Sarmiento, 2002; Fernandes, 2005; Tomás, 2007).

O professor precisa de incorporar os hábitos dos educadores fascinantes para actuar com eficácia no pequeno e imenso mundo da personalidade dos seus alunos.

O professor, no desenvolvimento do plano de trabalhos da turma e no âmbito da sua autonomia pedagógica, é responsável pela regulação dos comportamentos na sala de aula, competindo-lhe a aplicação de medidas de prevenção e remediação que propiciem a realização do processo de ensino e aprendizagem num bom ambiente educativo, bem como a formação cívica dos alunos com vista ao desenvolvimento equilibrada das suas personalidades, das suas capacidades de se relacionarem com outros, das suas plenas integrações na comunidade educativa e dos seus sentidos de responsabilidade.

Precisamos conhecer, aprender e apreender a realidade de uma maneira diferente para a entendermos e a sabermos melhor comunicar e partilhar quer através dos conhecimentos quer emocionalmente.

O professor deve contribuir para a formação e realização integral das crianças e jovens, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, com vista à formação de cidadãos responsáveis e capazes de intervir na vida activa.

O professor deve respeitar a dignidade pessoal e as diferenças culturais das crianças e jovens valorizando os diferentes saberes e culturas, prevenindo processos de exclusão e discriminação.

O professor deve colaborar com todos os intervenientes do processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de comportamentos de respeito mútuo entre todos os intervenientes da comunidade educativa.

O professor deve cooperar na promoção do bem-estar das crianças e jovens, protegendo-os de situações de violência física ou psicológica, se necessário solicitando a intervenção de pessoas e entidades alheias à instituição escolar.

O professor deve ainda colaborar na prevenção e detecção de situações de risco, e se necessário participar às entidades competentes.

Os professores devem estar cientes da importância e responsabilidade social que detêm, devem falar com uma voz que expresse emoção, devem ser capazes de resolver os conflitos dentro e fora da aula.

Por detrás de cada criança que erra, de cada jovem agressivo, há uma criança e jovem que precisa de afecto. Como afirma Cury, “a confiança é um edifício difícil de ser construído, fácil de ser demolido e muito difícil de ser reconstruído” (2004, p.99).

Os professores representantes do ministério da educação nas CPCJ têm uma tarefa para realizar muito difícil, exigente e complexa. Como se irá demonstrar mais detalhadamente ao longo deste trabalho. Lidar muitas vezes com situações de risco ou perigo, não é fácil e pode-se por em causa a vida das crianças.

É neste sentido que pretendo com este trabalho avaliar a importância e fundamentalmente o papel que o professor desempenha na CPCJ local.

Segundo Cury:

Os professores são tão ou mais importantes do que os psiquiatras, os juizes e os generais. Os professores lavram os solos da inteligência dos jovens para que eles aprendam a ser pensadores, para que eles não adoeçam e sejam tratados pelos psiquiatras, para que eles não cometam crimes e sejam julgados pelos juizes, para que eles não desencadeiem guerras e sejam comandados por generais. (2006,p. 151)

1.4. Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação

Como já referimos anteriormente, numa reunião da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco realizada a 15 de Fevereiro de 2005, foi alertado o facto dos representantes da Educação nas CPCJ não terem dispensa de serviço, sendo por isso, sugerido à Comissão Nacional que solicitasse à Ministra da Educação que os representantes tivessem dispensa de serviço para se dedicarem à Comissão de Protecção.

Foi o início de um processo que obteve resultado com a assinatura do protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Se tivermos em conta que os representantes da Educação eram por inerência do cargo os professores destacados no Antigo Ensino Recorrente (ensino este que estava vocacionado para adultos), compreende-se bem a dificuldade que algumas CPCJ tinham na resolução dos problemas com as suas crianças e jovens.

A existência deste protocolo veio na sequência do Art.20º da Lei nº 147 Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, ao consagrar que a comissão, a funcionar na modalidade restrita, devia integrar pessoas com formação na área da educação.

Os relatórios dos últimos anos, (2001-2006) da CNPCJR, mostravam que são as escolas as principais sinalizadoras de crianças e jovens em perigo, sendo o absentismo e o abandono escolar⁵, a seguir à negligência a problemática dominante nos processos de promoção e protecção, instaurados pelas CPCJ (Torres, 2008).

Assim tornou-se necessário a existência permanente de um professor, que estabelecesse uma articulação directa entre as escolas do concelho e a CPCJ local.

O ponto número três da primeira cláusula do protocolo define que: “ao representante do Ministério da educação é assegurada a disponibilidade mínima de tempo para o trabalho, a meio horário (17 horas e meia) na CPCJ, tendo esta função precedência em relação às que exerce na escola a que está afecto, cabendo ao respectivo Conselho Directivo zelar pela rigorosa observância deste compromisso”.

A cláusula numero quatro do respectivo protocolo, define como funções do professor:

1. Proceder ao diagnóstico das causas das situações de absentismo/abandono/insucesso escolar, em acompanhamento na CPCJ;

⁵ O abandono escolar tem sido motivo de preocupação nos últimos anos. Entende-se por abandono escolar o deixar de frequentar as actividades escolares antes de o aluno completar o percurso escolar obrigatório ou não tenha atingido a idade para o fazer (Benavente et.al, in Sousa, 2003).

2. Colaborar, em articulação com as escolas do respectivo Agrupamento e com outros estabelecimentos de ensino existentes no concelho, na concepção e execução de projectos de prevenção primária de absentismo, abandono e insucesso escolar;
3. Articular com as escolas do respectivo Agrupamento e com outros estabelecimentos de ensino existentes no concelho, onde se identificam casos ou tipologias de casos de crianças sinalizadas à CPCJ, para a elaboração de planos de intervenção específicos e posterior acompanhamento dos mesmos, numa perspectiva de prevenção secundária e terciária;
4. Criar e acompanhar a aplicação de um guião para sinalização e caracterização de situações de crianças em perigo em contexto escolar;
5. Acompanhar de forma individualizada as crianças ou jovens com maiores dificuldades de integração na comunidade educativa.

1.5. Factores que podem vulnerabilizar as Crianças e Jovens

Diversos são os factores de risco que pela sua presença ou ausência constituem o terreno propício para um aumento da probabilidade de ocorrência de maus-tratos à - factores de risco - ou que, por outro lado, por outro lado diminuem a probabilidade da sua ocorrência - factores protectores.

Numa tentativa inicial de explicação dos maus-tratos considerava-se que a existência de factores isolados (e. g. inicialmente considerava-se que a doença mental do maltratante seria a principal causa deste fenómeno) poderiam resultar na ocorrência de maus-tratos (Machado, 1996). Contudo, progressivamente adoptou-se uma visão multisectorial deste fenómeno. Começa a considerar-se que os maus-tratos podem estar etiologicamente relacionados com uma pluralidade de factores (e. g. individuais, familiares, sociais, culturais, legislativos, precipitantes, etc.) os quais são abordados pela perspectiva ecológica (Gustavsson & Segal, 1994).

Estes factores podem funcionar como indicadores inespecíficos e aparecem, frequentemente, associados, sendo que a sua associação potencia o risco de se verificarem situações de maus-tratos (Magalhães, 2002).

Os factores que podem vulnerabilizar socialmente os jovens e conduzem muitas vezes a situações de risco e de exclusão social são os seguintes:

1.5.1. A Família

A família é uma instituição fundamental para o aperfeiçoamento da intervenção, ao nível preventivo, em primeiro lugar, de modo a diminuir as circunstâncias em que geram o risco.

Outrora foi considerada a relação causal entre doença mental dos pais e o mau trato à criança. Apesar desta linearidade não ser defendida actualmente a presença de determinadas perturbações psicopatológicas podem constituir um factor de risco à ocorrência de mau-trato. Em específico, a desordem de personalidade anti-social, o abuso de substâncias psicoactivas, a sintomatologia depressiva da mãe, surgem muitas vezes relacionadas com a ocorrência de maus-tratos físicos ou negligência (Almeida, 1995, Kotch, 1995, cit. Figueiredo, 1998; Salgueiro, 1999, Berns, 1997).

Pais abusivos apresentam muitas vezes um reportório limitado de competências parentais, o que aliado à frustração e incapacidade de lidar adequadamente com os problemas da criança parecem levar ao uso da punição corporal severa com forma de manter o controlo sob a criança. Grande parte das vezes a falta de competências resulta do facto dos progenitores apresentarem uma personalidade imatura e impulsiva, serem novos, de se tratar de mães solteiras, sós, dos próprios progenitores terem sido vítimas de maus-tratos na sua infância e, não terem aprendido formas de interacção adequadas (Salgueiro, 1999; Canha, 2000).

Outro dos factores de risco referidos na literatura prende-se com pais maltratantes que têm expectativas irrealistas relativamente aos filhos, sobretudo devido a falta de informação quanto ao desenvolvimento da criança (Figueiredo, 1998).

Os pais que maltratam fisicamente os seus filhos são na maioria dos casos caracterizados por serem impulsivos e por terem pouca tolerância ao stress e à frustração, e o que os leva frequentemente a actos violentos perante qualquer acontecimento stressante (Mitchel, 1997, Green, 1993 cit Berns, 1997; Canha, 2000).

Foram ainda identificadas como características deste indivíduos, a falta de auto-estima, o baixo auto-conceito, a falta de autoconfiança (Milner, 1988, Fuster, 1988, Ochotorena & Madriaga, 1989 cit. Machado, 1996).

Dados empíricos têm demonstrado que os progenitores que abusam dos seus filhos tendem a reduzir a expressão de emoções e a estabelecer com as crianças uma relação caracterizada por interacções negativas, pautadas pela agressividade (Camras, Ribordy, Hill, Martio, Spaccarelli & Stefani, 1988 cit. Machado, 1996). Esta é a principal característica que os diferencia dos pais negligentes, os quais tendem simplesmente a não interagir com os seus filhos (Wolfe, 1988, McDonald, 1987, Lyons-Ruth, Conell, Zoll & Stahl, 1987 cit. Machado, 1996), havendo um total desinvestimento dos progenitores na relação. As

crianças fisicamente maltratadas ou negligenciadas são caracterizadas por um padrão de vinculação inseguro, no entanto, enquanto as mães negligentes sub-estimulam os filhos, sendo inconsistentes e pouco responsivas, são intrusivas, controladoras, punitivas e comunicam hostilidade à criança (Figueiredo, 1998).

Para Fernandes, “as relações contemporâneas entre pais e crianças implicam, assim, a assumpção de novos papéis relacionados, não com o exercício da autoridade clássica por parte dos pais, mas sobretudo com o reconhecimento das competências das crianças na interpretação da realidade social e, ainda, da identidade pessoal e social da criança, dos seus direitos e também dos obstáculos com que se confronta, para que possam emergir espaços de participação infantil” (2005, p. 298).

Em Portugal a estrutura familiar predominante continua a ser a família nuclear (INE, 2001), mas a família alargada muitas vezes de composição muito diversificada, incluindo muitas vezes avós, tios, sobrinhos etc. Ou monoparental, em que quase sempre a figura presente é a mãe, a ausência da figura do pai contribui em muitas situações para fragilizar a estrutura familiar.

Gavarini (1998) refere, a propósito, que a visibilidade do fenómeno dos maus tratos a crianças nos fez confrontar com uma imagem de família distinta daquela que era alvo de reflexões através das teorias sociológicas funcionalistas, a qual era essencialmente considerada enquanto família conjugal e nuclear.

Deparamo-nos, então, com uma dimensão contraditória de família que é, o mesmo tempo, conhecida e estranhamente inquietante. Da dita família ‘normal’, com uma vida privada normal, partilhada por pais, avós, crianças, irmãos, destaca-se uma outra imagem, mais sórdida, caracterizada por desafeições, carências distintas, abusos e negligências que parecem, afinal, ser imagens de não-família, uma vez que apesar de partilharem ligações biológicas, não partilham qualquer ligação emocional. Esta (não) família não permite à criança vê-la como núcleo de identidade, de protecção ou de partilha de valores ou projectos. (2005, p. 300)

Nem sempre o papel de pai ou mãe implica a prestação de cuidados básicos de alimentação e higiene, de ternura, segurança ou amor, pode envolver também actos de violência, desespero, indiferença. Vários progenitores (ou outros que desempenham este papel) lesam os direitos das crianças e não lhes prestam as necessidades básicas para o seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, afectivo e relacional – actos denominados como violência parental (Costa & Duarte, 2000).

Considera-se mau-trato infantil como qualquer acção ou omissão, dos progenitores ou seus substitutos, não acidental e inadequado, que impeça ou ponha em perigo a

segurança da criança e a satisfação das suas necessidades (Alarcão, 2000). Segundo Magalhães (2002) podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (negligência, omissão de cuidados e afectos). Convém salientar, que inerente a esta definição estão noções de frequência, severidade e intencionalidade (Costa & Duarte, 2000), sendo que o conceito é variável de cultura para cultura e difere em função dos diversos sistemas legais existentes (Costa & Duarte, 2000).

A violência para com os menores manifesta-se por formas muito diferentes, como maus tratos físicos, abuso emocional ou psicológico, abuso sexual, negligência, abandono, exploração no trabalho, exercício abusivo da autoridade e tráfico de crianças e jovens entre outras formas de exploração (Magalhães, 2002). De acordo com a mesma autora, estes conflitos podem observar-se em diferentes contextos: familiar, o social e institucional.

Esta realidade assume contornos ainda mais marcados porque a situação em que muitos vivem de privação económica, de famílias em desestruturação, de repetidos insucessos escolares e ausência de futuro.

1.5.2. Características sociais, culturais e económicas

Nas sociedades modernas, o Estado estabelece com as crianças em desenvolvimento uma variedade de relações. A diversidade de acções sociais promovidas pelas instituições articula-se de forma progressiva mais coerente, até culminar na definição de políticas para a infância, ou seja, de um “conjunto de actuações avalizadas pelas instâncias públicas que têm como propósito a repercussão positiva nas circunstâncias de vida da população infantil” (Casas, 1998^a, p. 305).

Se, nos vários países europeus, as políticas para a infância diferem significativamente, todas elas contemplam um sistema social [*social welfare*], no qual se inserem os sistemas de protecção da infância, que apresentam uma notável diversidade de serviços e prestações (Casas, 1998a). De acordo com Madge (1994), a qualidade dos serviços prestados às famílias e às crianças depende, sobretudo, da relevância que o Estado do bem-estar assume em cada país e da organização dos serviços em termos centrais e regionais. Todavia são uma minoria os governos que dão prioridade à protecção infantil na definição das suas políticas.

A partir da década de 1980, a prática da prevenção assume formas progressivamente reveladoras de entendimento cada vez mais redutor

Na opinião de Packmam e Randall (1992), a protecção da criança no seio da própria família apenas poderá beneficiar de uma série completa e flexível de serviços de apoio. Parton e Parton (1992), defendem uma compreensão e prática alargadas da noção de

prevenção, baseada num sistema de serviço universal, disponível para quem tem menores sob a sua responsabilidade. Criar mecanismos facilitadores do acesso das crianças e jovens aos recursos disponíveis, tendo em consideração a sua posição social, é a tarefa que, na opinião destes especialistas, se impõe, uma vês que, mais do que as medidas pontuais e particulares de avaliação do perigo e de intervenção no seu desenvolvimento, poderiam reduzir substancialmente as necessidades de protecção (Magalhães, 2002,) defende que os técnicos que trabalham com estas crianças devem possuir formação profissional específica, capacidade técnica, competência relacional, e conhecimento social e experiencia neste domínio.

Parton & Parton (1992) analisam a evolução das prioridades do trabalho social, circunscrevendo-as actualmente à protecção dos menores em situação de perigo – decomposta em duas fases: a identificação e avaliação do risco e a protecção da criança/Jovem propriamente dita. A adopção de uma atitude consistente de prevenção do perigo e da aplicação de medidas de protecção eficazes.

Assim se justifica a necessidade de um trabalho de prevenção da acumulação de factores de risco e de facilitação da superação das dificuldades psicossociais e materiais com que estas famílias se confrontam, que deverá articular num mesmo programa de intervenção coerente o trabalho dirigido à criança e aquele que tem por objecto a família (Casas, 1988).

O papel da rede de suporte social tem sido um dos principais factores sociais apontados, como apresentando uma estreita relação com a ocorrência de maus-tratos infantis. As famílias abusadoras, geralmente não têm próximo delas amigos ou familiares a quem possam recorrer para os orientar, apoiar, confortar ou dar assistência quando necessitam (Berns, 1997), sendo, frequentemente, caracterizadas como isoladas socialmente (Machado, 1996; Berns, 1997; Canha, 2000; Costa & Duarte, 2000).

A falta de recursos económicos é outro dos aspectos que parece caracterizar muitas das famílias (idem). Muitas vezes a pobreza aparece aliada ao desemprego, ao analfabetismo ou instrução escolar muito baixa, e/ou um baixo nível económico e profissional, uma vez que desempenham frequentemente, profissões menos qualificadas ligadas ao sector primário (Machado, 1996, Costa & Duarte, 2000). Poder-se-á afirmar que as famílias mais pobres tentam criar os filhos com menos recursos económicos e muitas vezes, sem suporte estando conseqüentemente mais susceptíveis ao stress e aos efeitos dos factores do meio que contribuem para o abuso e negligência (Gustavsson & Segal, 1994, cit. Machado, 1996).

Para além das situações já referenciadas, outras situações de stress poderão favorecer a ocorrência de maus-tratos, tais como problemas conjugais (Costa & Duarte, 2000); vizinhança disfuncional (Gustavsson & Segal, 1994 cit. Machado, 1996); problemas

habitacionais, perda de emprego; diagnóstico de doença grave ou falecimento de um familiar; agravamento das dificuldades económicas; separação ou divórcio dos progenitores, conflitos conjugais, etc. (Canha, 2000).

Algumas vezes estas famílias possuem também valores culturais e religiosos que defendem a punição corporal como uma forma de correcção e disciplina que é necessária e aceite como forma de educar.

Uma vez apresentadas algumas das características que poderão aumentar a probabilidade de ocorrência de abuso físico ou negligência, convém salientar que tais características não desencadearão através de um processo de causa-efeito e de forma isolada, a ocorrência de maus-tratos. Isto é, é a conjugação de vários aspectos, atrás descritos, que aumentaram o risco e poderão impulsionar a ocorrência de maus-tratos físicos e/ou negligência.

No entanto, não existem muitos estudos que façam referência aos factores protectores dos maus-tratos, pelo que a sua identificação, tem sido feita através dos factores de risco. É d ressaltar ainda que, os factores mencionados são apresentados como factores de risco, no entanto, estes poderão ser também entendidos como factores protectores se considerarmos a possibilidade da sua transformação.

1.5.3. Consequências dos maus-tratos na criança

Os maus-tratos têm repercussões no desenvolvimento emocional da criança. Normalmente, crianças maltratadas e/ou negligenciadas são caracterizadas por demonstrarem “pouca expressão afectiva, falta de prazer e de envolvimento, comunicação de afectos negativos, inconsistência e imprevisibilidade, ambivalência e ambiguidade” (Figueiredo, 1998, p. 206). O facto de crescerem num meio caracterizado pelo medo, desconfiança e/ou indiferença, não só vai tornar a criança menos capaz de reconhecer as expressões emocionais dos outros, como vai levar à manifestação de um excesso de expressões negativas (Alarcão, 2000). Assim, “o retraimento social e os comportamentos de evitamento face a outras crianças são frequentes entre as vítimas de negligência.” (Alarcão, 2000, p. 301).

Quer as crianças maltratadas, quer as crianças negligenciadas têm “dificuldade em compreender situações sociais e interpessoais complexas” (Figueiredo, 1998, p. 204), uma vez que apresentam dificuldades de controlo de impulsos, *locus* de controlo externo (Figueiredo, 1998), poucas competências sociais, dificuldades ao nível do equilíbrio afectivo, e poucas capacidades ao nível da resolução de problemas (Machado, 1996).

As relações interpessoais são assim muitas vezes entendidas como desconfortáveis, suscitando ansiedade e mal-estar, pelo que raramente respondem com prazer às interacções que lhes são suscitadas (Figueiredo, 1998).

As crianças negligenciadas tendem a desenvolver baixa auto-estima, baixa autoconfiança e confiança nos outros, podendo mesmo levar em casos extremos à depressão e a pensamentos suicidas (Gustavsson & Segal, 1994 cit in Machado, 1996).

A nível cognitivo e escolar, segundo Alarcão (2000), as repercussões dos maus-tratos são visíveis principalmente nos casos de negligência.

Mais, estas crianças, sobretudo vítimas de negligência têm habitualmente dificuldades de atenção e concentração, hiperactividade, indisciplina e absentismo (Alarcão, 2000). Paralelamente, estão associadas às crianças mal tratadas, baixa motivação, pouca criatividade e pensamento concreto, dificuldades de adaptação à escola e baixo aproveitamento escolar (Figueiredo, 1998).

A negligência parece levar, habitualmente, a atrasos no desenvolvimento intelectual e ao nível da linguagem, sendo diversos os estudos que têm demonstrado que as crianças negligenciadas apresentam dificuldades quer a nível da compreensão linguística, quer ao nível da linguagem expressiva no que se refere à linguagem verbal ou escrita (Figueiredo, 1998).

Segundo Alarcão (2000), pensa-se que o atraso a nível cognitivo poderá resultar do baixo nível socioeconómico, do isolamento e da escassez das interacções verbais entre pais e filhos e das limitações do conhecimento social.

Alguns estudos referem a existência de uma interdependência entre afecto e cognição, isto é, são vistos como aspectos complementares de um processo de desenvolvimento unificado. Esta interdependência reforça a ideia de que as crianças vítimas de maus-tratos têm dificuldades em ambos os níveis: afectivo e cognitivo.

A literatura reforça ainda que os maus-tratos trazem consequências a longo prazo, tais como, o comportamento agressivo e delinvente e o abuso de álcool e drogas, fugas de casa, tentativas de suicídio e outros comportamentos auto agressivos (Alarcão, 2000), ou ainda a perpetuação do ciclo intergeracional dos maus-tratos, pois, muitas vezes na ausência de contacto com outras formas de interacção mais adequadas, estas crianças tendem, quando adultos, a adoptar os mesmos comportamentos com os seus próprios filhos (Figueiredo, 1998).

Os maus-tratos intra familiares são aqueles que apresentam consequências mais graves, o que se ficará a dever a uma grande perda de confiança e segurança. A longo prazo a gravidade das consequências prendem-se com diferentes factores, tais como: tipo e duração do abuso, grau do relacionamento com o abusador, idade do menor, personalidade

e nível de desenvolvimento da criança e nível da violência e das ameaças (Magalhães, 2002).

CAPÍTULO II ESTUDO EMPÍRICO

2. Enquadramento Metodológico

2.1. Procedimentos Metodológicos

Esta investigação, enquanto processo empírico, e considerando os objectivos que nos propomos atingir, situa-se epistemologicamente no paradigma da investigação qualitativa, que é a compreensão mais profunda dos problemas, é investigar o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes ou convicções. Não havendo, em geral, qualquer preocupação com a dimensão das amostras nem com a generalização dos resultados.

Tomamos como linha orientadora da nossa investigação qualitativa, no âmbito da investigação feita em contexto educativo, as características defendidas por Bogdan & Biklen (1994): i) a fonte directa dos dados é o contexto natural e o investigador é o instrumento principal; ii) os dados recolhidos são descritivos; iii) os processos merecem maior interesse do que os produtos; iv) os dados são analisados de forma indutiva; e v) o ponto de vista dos participantes e o seu significado assume importância vital na abordagem qualitativa.

A realização de um trabalho científico requer da parte do investigador uma decisão do modo como o vai realizar, para poder alcançar os objectivos a que inicialmente se propôs.

Nos últimos anos, temos assistido a um aumento de investigadores que utilizam os métodos qualitativos para os seus trabalhos científicos, principalmente nas Ciências Sociais, isto porque os métodos qualitativos têm muita validade interna, uma vez que evidenciam as particularidades e as especificidades dos grupos sociais estudados. Como refere Bogdan e Biklen:

Um campo que era dominado pelas questões de mensuração, definições operacionais, variáveis, teste de hipóteses e estatística, alargou-se para completar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais (1994, p.11).

Do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade entre a investigação quantitativa e qualitativa, já que ambas são de natureza

diferente mas complementares. A investigação quantitativa actua em vários níveis de realidade e tem como objectivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com crenças, valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

Os métodos qualitativos não estão relacionados com a sensibilidade e intuição do pesquisador. A sensibilidade é um atributo necessário e desejável em todos os tipos de pesquisa social.

Os métodos qualitativos analisam o comportamento humano, do ponto de vista do actor, utilizando a observação naturalista e não controlada. São subjectivos e estão perto dos dados, orientados ao descobrimento, são exploratórios, descritivos e indutivos, orientados ao processo e assumem uma realidade dinâmica.

O centro da investigação qualitativa é a compreensão mais profunda dos problemas, onde o investigador está por trás de certos comportamentos, atitudes ou convicções. Neste tipo de investigação, a informação que obtemos é descritiva e resulta da interacção entre o sujeito e o investigador.

É a partir dos dados recolhidos, após a realização de todas as entrevistas e da sua validação pelos respectivos participantes, que os dados são sujeitos a uma análise de conteúdo, que na perspectiva de Quivy e Campenhoudt (2003) é o método que melhor permite a análise sistemática de informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade. Partilhamos com Bardin (1994) que o entendimento de que o objectivo primeiro da análise de conteúdo é a inferência e que esta se realiza tendo por base indicadores de frequência, o que facilita a consciência dos resultados e das suas causas.

A interpretação dos dados partindo dos temas organizadores das entrevistas: a caracterização do profissional e a sua intervenção como elemento efectivo da Comissão Restrita e como representante do Ministério da Educação nas CPCJ iniciou-se com o processo de análise vertical e horizontal. Este processo consiste numa primeira selecção e organização dos dados identificados nos diversos discursos, na posterior análise aprofundada de cada um dos discursos e a comparação entre todos, salientando semelhanças e divergências significativas. Criou-se, assim, um corpo homogéneo e comum a todos os textos das entrevistas (anexo III).

Quando falamos em análise de dados qualitativos, falamos da análise de conteúdos dos textos resultantes da transcrição das entrevistas

Passou-se à análise do processo de categorização, um mecanismo fundamental na análise de dados qualitativos, uma vez que é através da caracterização dos dados que é possível reduzir a informação neles retida, diferenciando unidades de sentido e identificando

os significados que estas suportam. Segundo Afonso (2005, p.119) as categorias "permitem organizar o texto descritivo com maior profundidade analítica"

Tomámos como unidade de sentido a parte de conteúdo necessário à compreensão do significado da unidade de sentido. Considerámos a relação produzida pelo contexto criado pelas perguntas efectuadas e pelas respostas obtidas, como o *corpus* que nos permitiu compreender a unidade de sentido. A extensão da unidade de sentido foi variável, uma vez que, como já explicámos, as entrevistas aos sujeitos fluem de acordo com as suas reflexões, o que motivou a existência de alguns teores precisos nas respostas, o que fez que as questões e as respostas não se prolongassem umas nas outras, evitando um constante viajar pelo texto.

Apurou-se o número de vezes, entrevista a entrevista, que um indicador foi mencionado e elaborou-se uma grelha estruturada em temas, categorias, subcategorias e indicadores, onde esses valores foram recolhidos.

Numa fase posterior, procedemos a uma nova leitura da listagem de categorias formadas, de forma a garantir a sua adaptação ao material analisado.

A categoria é, como se sabe, uma estrutura convencionada, criada para classificar e sistematizar a informação recolhida. A categoria não se encontra no texto, é operacionalizada por meio de indicadores, estes sim presentes no texto. Foi, então, necessário materializar as categorias pelo levantamento dos seus indicadores. Deste modo, procedemos à codificação do material em análise, isto é, à transformação dos dados do discurso em bruto, o que, como diz Bardin (1994) "permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analisador acerca das características do texto que podem servir de índices (p.103). A identificação dos índices permite, por sua vez, pela frequência simples do tema, a construção do indicador. Assim, prosseguimos com o recorte do conjunto de entrevistas com a análise sobre todos os segmentos portadores de uma unidade de sentido.

Tendo em conta os aspectos referidos, optamos por fazer um estudo exploratório do tipo qualitativo, inspirado no estudo de caso. Para Merriam (1988), citado por Bogdan e Biklen "o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico" (1994, p.89). Neste caso, trata-se de conhecer o papel dos professores representantes do Ministério da Educação nas CPCJ de Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova, vila de Rei, Almeida, Aguiar da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Meda e Sabugal (distritos de Castelo Branco e Guarda).

2.2. Instrumentos

Para a realização de qualquer investigação é sempre necessária a utilização de técnicas e de instrumentos para a recolha de dados, que posteriormente serão matéria de análise e de interpretação.

A escolha dos métodos qualitativos para a investigação deste trabalho deve-se ao facto dos métodos qualitativos terem muita validade interna, focalizam as particularidades e as especificidades dos grupos sociais estudados.

A utilização dos métodos qualitativos servem fundamentalmente para analisar o comportamento humano, do ponto de vista do actor, utilizando a observação naturalista e não controlada, são exploradores, descritivos e inspiradores.

Das várias técnicas de recolha de dados nos métodos qualitativos, uma das mais frequentes é a realização de entrevistas”consiste numa interacção verbal entre o entrevistador e o respondente, em situação de face a face ou por intermédio do telefone” (Afonso, 2005,p.97), que não é mais do que uma conversa entre duas pessoas, em que uma delas pergunta e a outra responde.

È através da entrevista que o investigador procura respostas para as questões que o levaram ao tema da sua investigação.

Segundo Bogdan e Biklen, a entrevista é utilizada para “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam os aspectos do mundo” (1994, p.134).

As entrevistas podem ser estruturadas, semi-estruturadas ou não estruturadas, variando a sua estrutura e a forma conforme a queremos conduzir ou apresentar. Assim, uma entrevista estruturada corresponde a um conjunto de questões cujo modelo, não permite alterações à sua sequência ou à ordem das questões. Já uma entrevista semi-estruturada permite ao entrevistador alterar ou questionar o entrevistado, de acordo com o sentido da conversa, podendo alterar a ordem das questões a colocar ao entrevistado, podendo introduzir ou deixar de fora alguma questão que em determinada altura se revele mais ou menos apropriada ou adequada. A entrevista não estruturada é aquela em que o entrevistador solicita ao entrevistado para falar livremente de um tema do seu interesse.

No caso deste estudo, utilizamos a entrevista estruturada, enquanto instrumento de recolha de dados, pois pareceu-nos ser a mais adequada, dado serem vários os participantes e como tal pretendia-se a resposta às mesmas perguntas e, para um melhor e mais rápido tratamento, optou-se pela rigidez das questões.

Antes do contacto com os professores intervenientes no estudo, endereçamos um pedido formal por escrito, apresentando sumariamente os objectivos da investigação.

Foi também previamente elaborado e preparado um guião (anexo III), para servir de guia no desenrolar das entrevistas, em que as questões colocadas se enquadravam nos objectivos da investigação. Nesse guião constava uma parte em que se pediam os dados demográficos e um pequeno texto sobre o porquê da investigação, bem como as garantias da confidencialidade e anonimato, isto no rosto da folha. No verso, constava o guião propriamente dito, que foi dividido em quatro grupos de modo a ajudar na escolha das categorias representativas.

Finalmente, e antes de passar à fase das entrevistas, tivemos que aferir o instrumento de recolha de dados com dois colegas de escola ocasionalmente escolhidos, onde me foi possível apurar que estava na posse de um instrumento capaz de satisfazer os meus propósitos.

De referir que o guião da entrevista foi elaborado de modo a facilitar a construção de categorias representativas dos objectivos definidos. Assim foram criados quatro blocos:

1. Integração na CPCJ – respeitante ao cargo e nomeação.
2. Formação – respeitante à formação que possuía e à que adquiriu.
3. Actividade – respeitante à actividade desenvolvida enquanto membro da CPCJ.
4. Realização – respeitante às dificuldades e êxito.

2.3. Procedimentos

Para iniciar este estudo empírico foi efectuado um contacto formal com todos os professores intervenientes no estudo, endereçando-lhes um pedido por escrito, apresentando sumariamente os objectivos da investigação, a garantia da confidencialidade do seu anonimato (anexo II).

De realçar que a maioria dos professores contactados manifestaram de imediato a sua disponibilidade para a realização das entrevistas e para a colaboração nesta investigação.

As entrevistas foram efectuadas entre os dias 15 de Maio e 15 de Junho de 2009, individualmente, com dia e hora acordados entre o entrevistado e o entrevistador. Todas as entrevistas foram realizadas pelo investigador, em local escolhido pelos entrevistados, mantendo assim o *critério de fidelidade* referenciado por Afonso “à qualidade externa dos dados, ou seja à garantia de que os dados se referem a informação efectivamente recolhida e não foram fabricados” (2005, p.112).

Depois de lido o texto introdutório, foi preenchido o pequeno questionário referente à sua identificação, foi obtida a sua autorização para a gravação da entrevista em áudio.

Procurou-se ouvir o entrevistado atentamente, sem a nossa intervenção, utilizou-se uma linguagem clara, precisa e concisa.

Durante a gravação das entrevistas houve momentos em que alguns dos entrevistados perante a presença do gravador sentiram algum constrangimento, sendo necessário num caso ou noutro interromper a entrevista para ser recomeçada momentos depois de se ter criado um clima de descontração.

Concluída a realização das entrevistas, foi feita a transcrição integral dos registos em áudio (anexo III), tornando-se num processo muito moroso, mas proveitoso para o nosso estudo. Tivemos o cuidado de facultar aos entrevistados a transcrição dos dados para uma validação por parte destes, não se tendo verificado alterações.

Seguidamente, procedemos à leitura exaustiva dos textos resultantes da transcrição das entrevistas

Para podermos passar ao tratamento de toda a informação recolhida nas entrevistas, recorreremos à análise do conteúdo, por um processo de categorização.

Elaboramos uma grelha de categorização, seguindo o proposto por Afonso (2005, p. 205-208). Tornou-se importante construir quatro categorias, que por sua vez se dividiram em subcategorias, nas quais se incluíram diferentes unidades de sentido que foram retiradas dos textos referentes às entrevistas dos sujeitos.

Assim, a primeira categoria, *Integração na CPCJ*, faz parte do primeiro bloco de entrevistas do guião e diz respeito ao modo como os professores são nomeados e ao cargo que exercem nas respectivas Comissões. Esta primeira categoria foi dividida por sua vez em duas subcategorias: *Nomeação*, onde os entrevistados nos indicam a forma como foram nomeados para a CPCJ e o *Cargo* onde são agrupadas as respostas respeitantes ao cargo que cada entrevistado ocupa na respectiva Comissão.

A segunda categoria, *Formação*, condiz com o segundo bloco do guião da entrevista e diz respeito à formação específica dos professores enquanto representantes do Ministério da Educação nas CPCJ. Esta categoria foi subdividida em duas subcategorias: *Anterior*, referente à formação específica que cada professor possuía para lidar com crianças e jovens em perigo e *Adquirida*, respeitante à formação específica adquirida depois de serem nomeados como representantes do Ministério da Educação nas CPCJ.

A terceira categoria, *Actividades*, corresponde ao terceiro bloco do guião das entrevistas e diz respeito às actividades desenvolvidas pelos professores enquanto membros activos da Comissão Restrita da respectiva CPCJ. Esta terceira categoria foi por sua vez subdividida em seis subcategorias: *Sinalização*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos no que respeita às entidades que mais sinalizações fazem; *Decisões*, onde se agrupam as respostas dos sujeitos no que respeita às tomadas de decisão; *Estratégias*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos respeitantes às estratégias utilizadas por cada

comissão para combater o absentismo e o abandono escolar; *Medidas Aplicadas*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos no que respeita às medidas de promoção e protecção aplicadas por cada comissão; *Situações de Perigo*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos no que respeita às situações de perigo identificadas por cada CPCJ e, finalmente, *Divulgação*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos no que respeita à forma como é efectuada a divulgação da respectiva Comissão.

A quarta categoria: *Realização*, corresponde ao quarto e último bloco do guião de entrevistas e diz respeito à colaboração, às mudanças e à importância dos professores nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Esta quarta categoria foi subdividida em três subcategorias: *Colaboração*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos, no que respeita à colaboração dos professores interlocutores das diversas escolas com os professores representantes do ministério da educação nas respectivas comissões; *Dificuldades*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos, no que respeita às dificuldades encontradas pelos professores representantes no desenvolvimento das actividades de cada CPCJ; *Mudança*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos no que se poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens do Concelho a que pertence cada CPCJ e, por último, *Importância*, onde se agrupam as afirmações dos sujeitos, no que respeita à importância da presença dos professores nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.

A grelha final de análise de conteúdos das entrevistas encontra-se em anexo (anexo IV).

Os resultados alcançados, assim como as conclusões neles encontradas, serão apresentados nos capítulos seguintes deste estudo.

2.4. A análise dos dados

Segundo Guerra,

A análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrada e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teóricos-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência (2005, p.62).

Realizou-se uma abordagem descritiva simples e interpretativa de análise de conteúdo, utilizando a técnica da análise categorial⁶ considerando Afonso, que “ uma grelha de categorização é um instrumento que se vai construindo, que cresce a partir de uma fase embrionária até ser dado por terminado, não se elabora rapidamente e de uma só vez (2005, p.121).

De referir ainda que a análise dos dados e o processo de escrita foi também feita considerando a fundamentação teórica, num trabalho de vaivém reflexivo.

Como afirma Santos “escrever sob algo, significa escrever do lado desse algo, e nunca do centro. É por isto que a perspectiva é a essência da escrita” (1995, p. 235).

A “escrita tem deste modo o pendor de mostrar que toda a realidade é (re)construção, na qual existe não apenas compreensão, mas também explicação na escrita da narração e que a singularidade, da situação contada pode tocar no nível do geral, onde muitos se reencontram. É a este preço que a narrativa figura entre os instrumentos de inteligibilidade” (Almeida, 2009, p.89).

⁶ Segundo Bardin (1997), a análise categorial é a primeira fase da análise de conteúdo e assume forma descritiva.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO E DOS SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO

3. Caracterização

3.1. Breve caracterização do meio

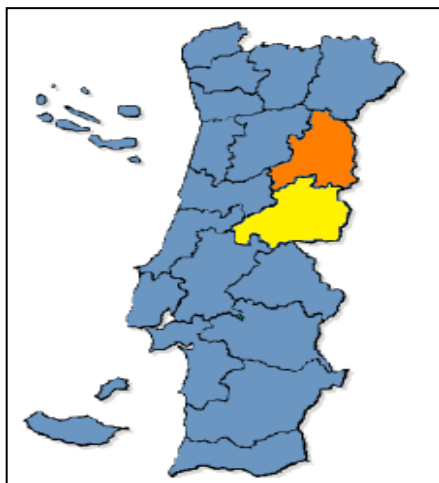


Figura 1 - Localização dos Distritos de Castelo Branco e Guarda

O distrito de Castelo Branco encontra-se situado no interior centro do país, mais propriamente dito na Beira Baixa.

O distrito da Guarda encontra-se também no interior centro do país, mais concretamente na Beira Alta.

3.1.1. Caracterização do distrito de Castelo Branco



Figura 2 - Representação do distrito de Castelo Branco por concelhos

O distrito de Castelo Branco é constituído por três zonas: Beira Interior Sul, Cova da Beira e Pinhal Interior Sul, e por onze concelhos, apenas em três concelhos ainda não estão instaladas as CPCJ (Belmonte, Penamacor e Vila Velha de Ródão).

A desertificação e o desemprego têm aumentado nos últimos anos, devido ao constante encerramento de fábricas de lanifícios e do sector têxtil, pela crise na agricultura e pela crise no sector madeireiro que afecta principalmente toda a zona do pinhal.

3.1.2. Caracterização do distrito da Guarda

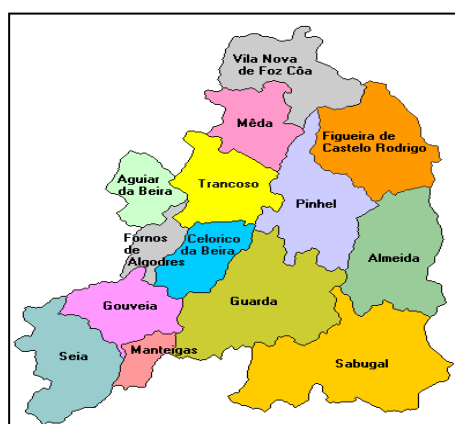


Figura 3 - Representação do Distrito da Guarda por concelhos

O distrito da Guarda comporta um concelho que pertence à Região Norte – Vila Nova de Foz Côa, os restantes pertencem à Região Centro. Apenas num concelho ainda não está instalada a CPCJ – Manteigas.

É um distrito em que três dos seus concelhos fazem fronteira com Espanha, com alguma população de etnia cigana.

Vive muito do sector lácteo devido fazer parte do seu distrito o grande maciço da Serra da Estrela (INE, 2001).

3.2. Caracterização dos Sujeitos da Investigação

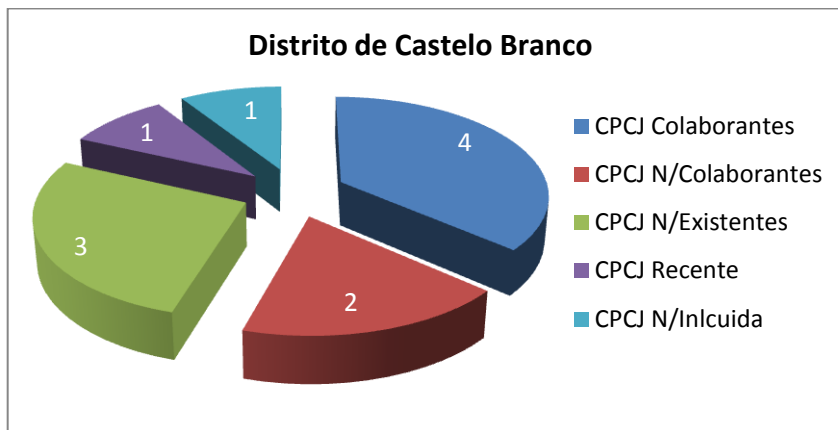
Pretendendo caracterizar o papel dos professores representantes do Ministério da Educação, nas CPCJ dos distritos de Castelo Branco e Guarda. Para o efeito, realizamos catorze entrevistas estruturadas a professores na sua condição de elementos activos nas CPCJ dos distritos considerados. Estes informadores chave apresentavam alguma heterogeneidade quanto à idade, ao tempo de serviço como professor, à área de formação, à situação, à função e ao tempo de serviço de cada um na CPCJ.

Assim, optámos por fazer as entrevistas a todos os professores representantes do Ministério da Educação nas CPCJ dos concelhos, pertencentes aos distritos de Castelo Branco e Guarda.

Esta investigação desenvolveu-se nos concelhos de Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova, e Vila de Rei (Distrito de Castelo Branco) e dos concelhos de Almeida, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Meda, Sabugal e Seia (Distrito da Guarda).

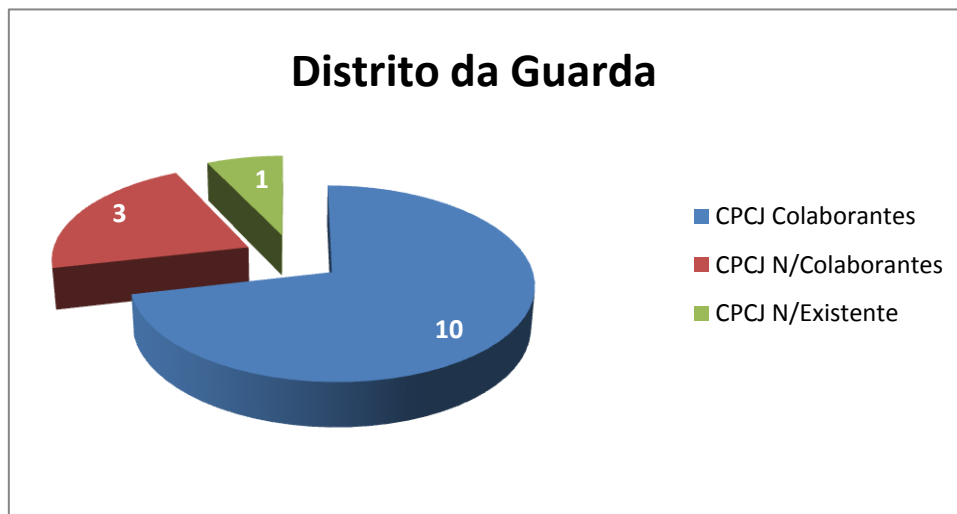
Nos concelhos de Belmonte, Penamacor e Vila Velha de Ródão ainda não existem CPCJ; no concelho de Oleiros foi instalada há cerca de dois meses; os concelhos de Proença-a-Nova e Sertã não se mostraram disponíveis para colaborar e no concelho da Covilhã, pelo facto de ser eu o representante, entendemos que não deveria ser incluído no estudo. Os concelhos referidos pertencem ao distrito de Castelo Branco.

Gráfico 1- Colaboração das CPCJ do distrito de Castelo Branco



No distrito da Guarda apenas os concelhos de Pinhel, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa se mostraram indisponíveis para a realização do estudo, no concelho de Manteigas ainda não existe CPCJ.

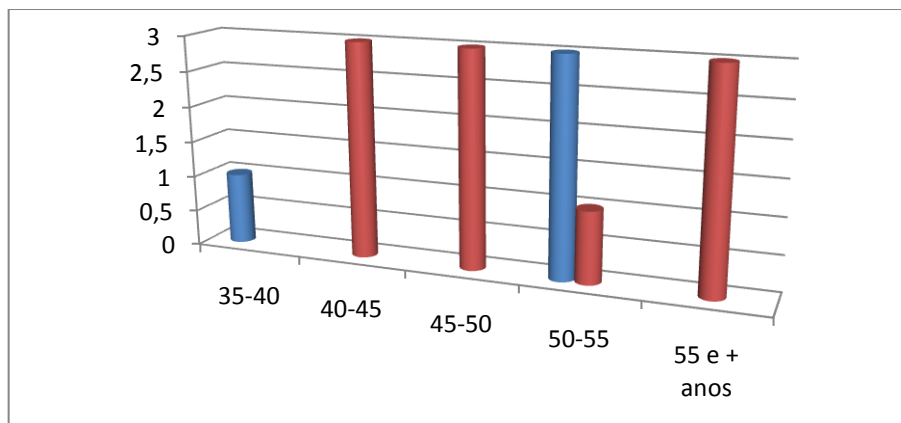
Gráfico 2- Colaboração das CPCJ do distrito da Guarda



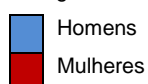
Passamos de seguida a descrever sucintamente os sujeitos intervenientes no estudo.

O grupo é constituído por 4 homens e 10 mulheres.

Gráfico 3 – Caracterização dos professores, em função do sexo e idade



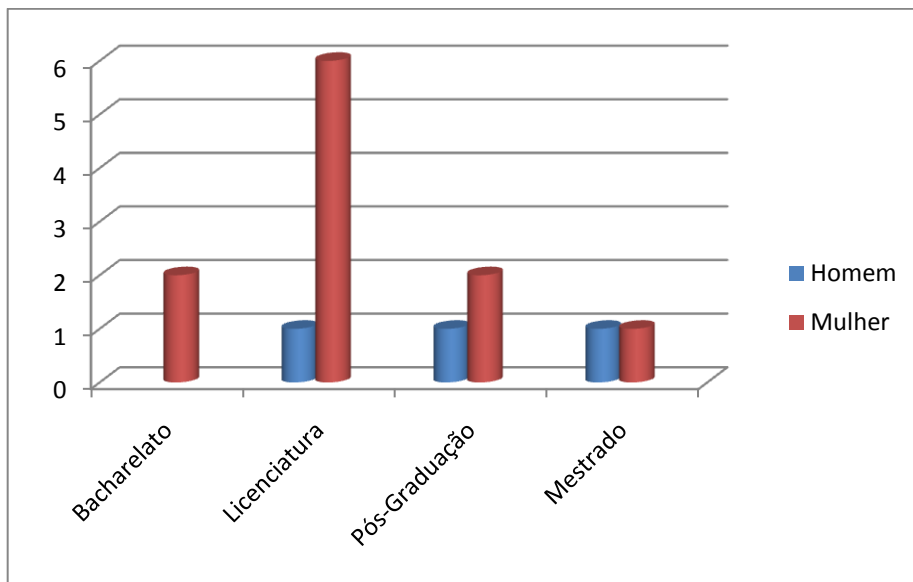
Legenda:



Relativamente à idade, verifica-se tratar-se de um grupo de profissionais com alguma experiência no ensino uma vez que a média da idade ronda os 40- 45 anos de idade.

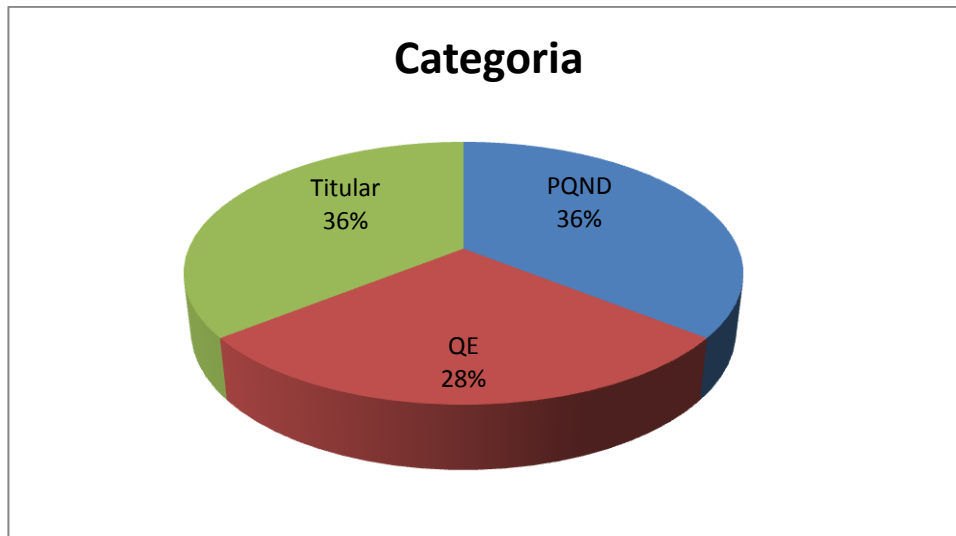
A referência à experiência é neste contexto importante porque constitui-se como uma maneira de compreender o mundo e a acção do indivíduo no mundo, o que engloba uma componente subjectiva e uma componente cognitiva (Almeida, 2009). A primeira “é uma “representação” do mundo vivido, individual e colectiva” (Dubet, 1994, p. 93) e a segunda, “uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam a sua experiência e a definem” (Dubet, 1994, p.95). É este sentido que se encontra na noção de experiência social de Dubet, ou seja, “são as condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das sua práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (1994, p.15).

Gráfico 4 – Caracterização dos professores, em função das habilitações académicas



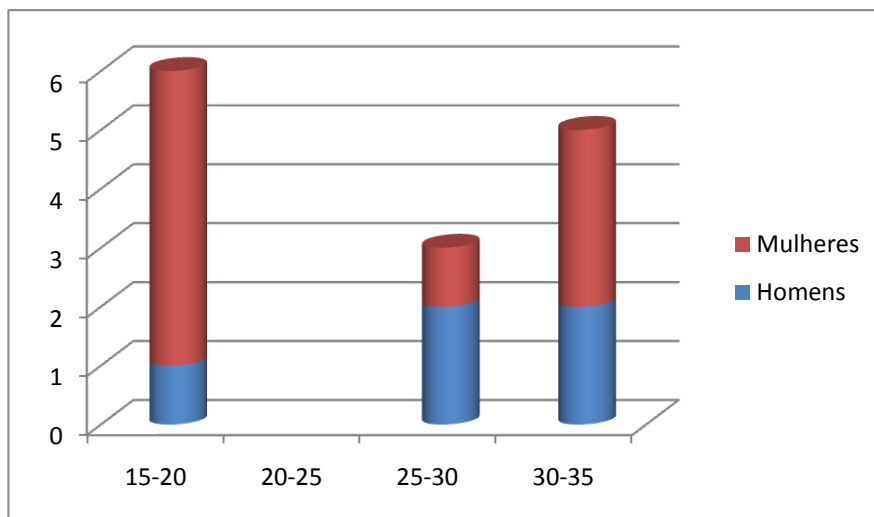
Relativamente às habilitações académicas de registar que a maioria dos professores tem uma licenciatura.

Gráfico 5 – Caracterização dos professores, em função da categoria profissional



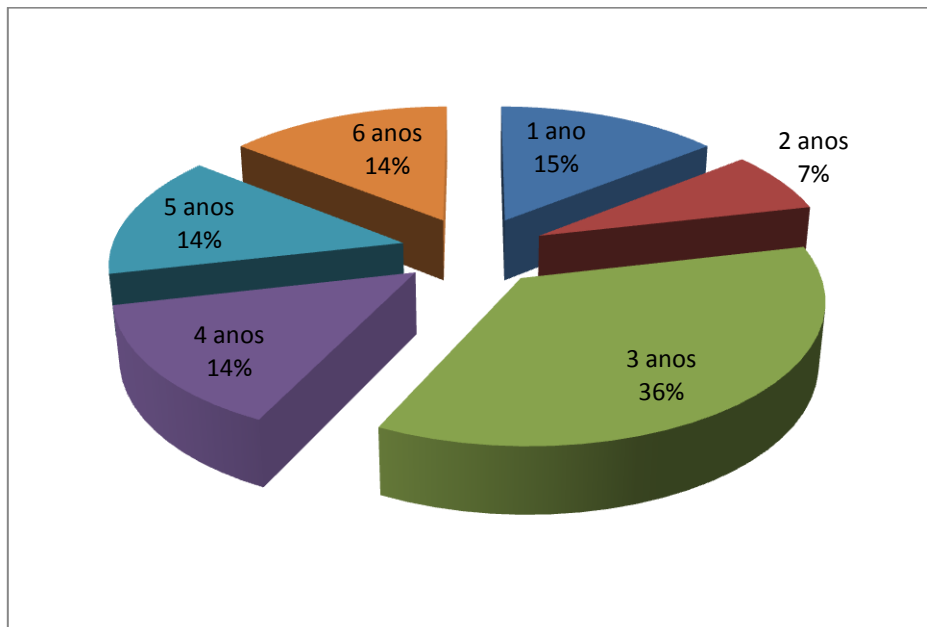
Na categoria profissional, verifica-se que todos os professores pertencem ao quadro de escola, varia apenas a situação de serem titulares ou não.

Gráfico 6 - Caracterização dos professores, em função do tempo de serviço



O tempo de serviço varia entre os 15 e os 35 anos de idade, o que significa que se trata de um grupo de profissionais com experiência de ensino.

Gráfico 7 - Caracterização dos professores, em função do tempo de serviço na CPCJ



Podemos observar no gráfico7, que a 36% está há 3 anos na CPCJ, 15 há um a no e 14% há 4 anos e 5 anos respectivamente. Estes dados indicam-nos que a maioria está prestes a deixar a CPCJ, pois o tempo máximo de permanência é de seis anos.

CAPÍTULO IV RESULTADOS

4. Apresentação de Resultados

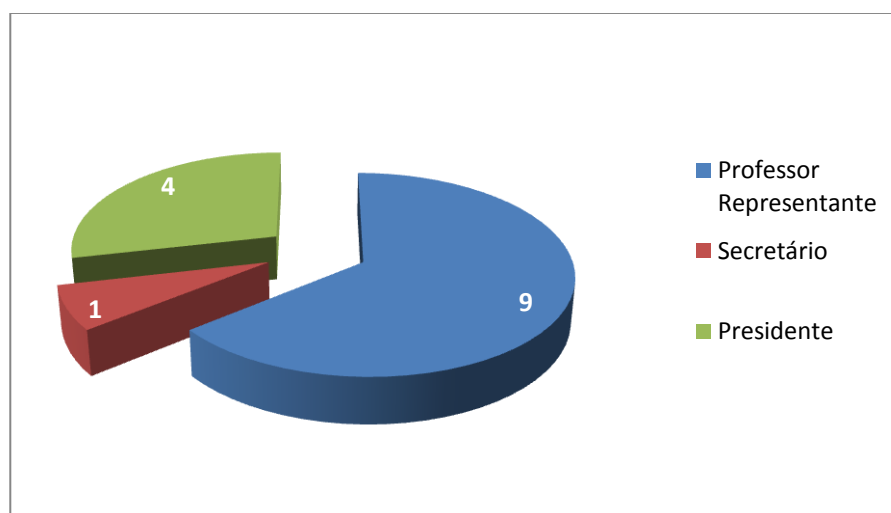
Na apresentação dos resultados tivemos em conta as categorias de análise anteriormente definidas: Integração; Formação; Actividade e Dificuldades /Realização.

4.1. Integração na CPCJ

Começamos caracterizar qual o cargo que ocupa cada um dos professores nomeados, representantes do ministério da educação, em cada CPCJ.

Verificamos que a maioria dos professores ocupam o cargo de professor representante/professor tutor, no entanto verificamos também que um dos professores ocupa o cargo de Secretária (S13) e que os restantes quatro ocupam o cargo de Presidente da respectiva CPCJ, nomeadamente os sujeitos: (S8); (S10) e (S12).

Gráfico 8 – Cargo ou função de cada professor na CPCJ



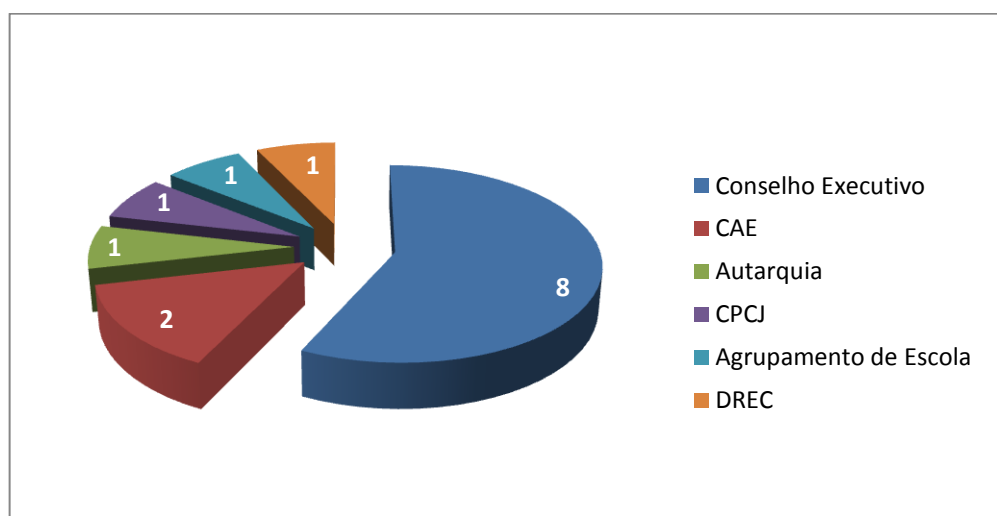
No que diz respeito à forma como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ, aqui verifica-se que são diversas as formas como foram propostos e nomeados os professores para exercerem estes cargos. Assim temos:

- Nomeação através de proposta do Presidente do Conselho Executivo da respectiva escola e, posteriormente, aprovada ou aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), exemplos (S1); (S2); (S3); (S4); (S6); (S7); (S9) e (S14).
- Nomeação através de proposta do Centro de Área Educativa (CAE) e, posteriormente, aprovada e aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), nomeadamente o (S5) e (S12).
- Nomeação pela Autarquia local, ratificada pela Comissão Alargada e, posteriormente, aprovada e aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), o (S8).
- Nomeação através de proposta da própria CPCJ e, posteriormente, aprovada e aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro, o (S10).
- Nomeação através de proposta apresentada pelo Agrupamento de Escolas e, posteriormente, aprovada e aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro, o (S13).
- Nomeação directa pela Direcção Regional de Educação do Centro, o (S11).

Observamos que a maioria dos professores foi nomeada para este cargo através de proposta do presidente do Conselho Executivo (hoje designado por Director), para a Direcção Regional de Educação do Centro.

Na primeira categoria são muito semelhantes as posições dos entrevistados, a maioria exerce o cargo de professor representante/professor tutor, verificando-se a excepção de uma professora que desempenha o papel de secretária, quatro que exercem o cargo de presidente, no entanto todos eles desempenham um papel activo na promoção e protecção de crianças e jovens. De igual modo, se mantêm as semelhanças no que respeita à forma como foram propostas as suas nomeações, a maioria foram por proposta do órgão de gestão da própria escola, com as excepções das propostas pela Autarquia local (uma), pelo Centro da Área Educativa (duas), pela própria Comissão (uma), pelo Agrupamento de Escolas (uma) e pela própria Direcção Regional de Educação do Centro (uma).

Gráfico 9 – Colocação dos professores na CPCJ



4.2. Formação

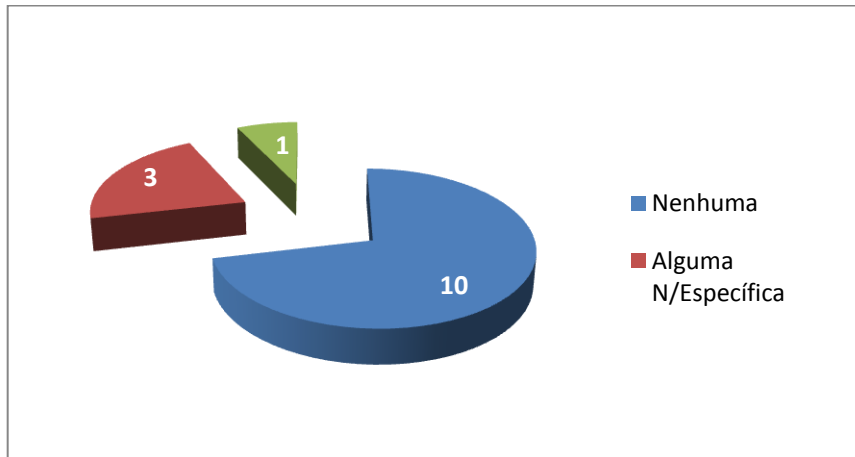
A noção de “relação com o saber”, tal como foi construída na literatura (Charlot, 1982) pressupõe a existência de um sujeito que constrói uma relação específica com o conhecimento que lhe é proposto ou que procura, neste caso concreto, quer pela CPCJ, quer no trabalho que desenvolve na CPCJ e que pressupõe formação contínua em matéria de infância e juventude. Logo, o interesse da noção de relação com o saber é colocar o problema em termos de relações, e não de traços, ou de características individuais (Almeida, 2009).

Esta segunda categoria de análise compreende a formação específica de cada professor representante do Ministério da Educação para o cargo que desempenha no âmbito da infância e juventude. Assim e, em primeiro lugar, procurámos saber qual a formação específica que cada um dos entrevistados possuía para lidar com crianças e jovens em perigo. Em segundo lugar procurámos saber qual a formação específica que cada um dos entrevistado realizou para o exercício do cargo que desempenha na CPCJ.

Verificámos que, em relação à formação específica que cada um dos entrevistados possuía antes de serem nomeados para o cargo, são unânimes ao referirem não possuírem nenhuma formação específica, embora alguns dos entrevistados tenham dito que possuíam formação na parte pedagógica e toda uma experiência adquirida ao longo de vários anos de ensino.

No entanto, alguns sujeitos (S2), (S7) e (S8) referem possuir alguma formação no âmbito do ensino especial. O sujeito (S10) refere possuir alguma formação no âmbito de um Mestrado “As Famílias e Sistemas Sociais”.

Gráfico 10 – Formação específica que os entrevistados possuíam.

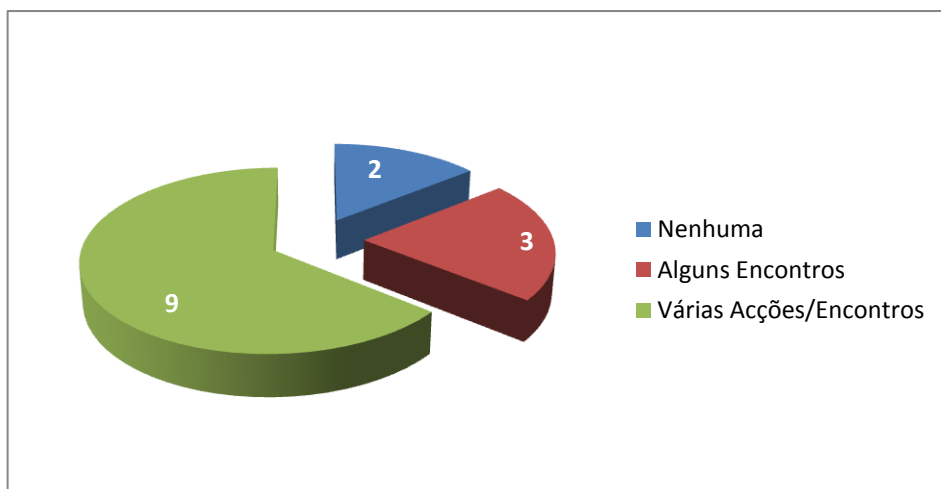


Já quanto à formação adquirida pelos entrevistados depois de serem nomeados como professores representantes do Ministério da Educação se notou alguma divergência. Há professores que continuam a não frequentarem acções de formação específica, como é o caso dos sujeitos (S4) e (S11), outros estiveram apenas presentes num ou noutra encontro, como os sujeitos (S6), (S8) e (S9), e houve, ainda, professores que frequentaram duas ou mais acções de formação e estiveram presentes em encontros, cujos temas sejam a infância e a juventude, como os sujeitos (S1), (S2), (S3), (S5), (S7), (S10), (S12), (S13) e (S14).

Podemos então concluir que, nesta categoria de análise e embora todos os entrevistados já possuam vários anos a leccionar, nenhum deles tinha obtido ou frequentado qualquer formação específica no âmbito da promoção e protecção de crianças e jovens em perigo, no entanto verificámos um interesse e um esforço enorme da maioria dos entrevistados em frequentarem e assistirem acções de formação e encontros cuja temática é a infância e a juventude, com excepção dos sujeitos (S4) e (S11), que referem mesmo:

“também nenhuma e acho que só irei frequentar se for obrigado”(S4 p.1).

“não frequentei nenhuma acção específica”. (S11 p.1).

Gráfico 11 – Formação específica adquirida depois da colocação na CPCJ

4.3. Actividades

Esta terceira categoria de análise engloba as posições assumidas pelos entrevistados relativamente a: sinalização; decisões; estratégias; medidas aplicadas; situações de perigo e divulgação.

Esta categoria de análise compreende as actividades realizadas pelos professores como elementos activos na promoção e protecção de crianças e jovens, na CPCJ local.

Procurámos saber, em primeiro lugar, quais as instituições que mais sinalizações fazem. De um modo geral, a ordem das entidades que mais sinalizam é muito idêntica em todos os entrevistados, sendo as escolas ou os agrupamentos escolares. Os primeiros a sinalizarem em todas as CPCJ, pois as escolas são uma instituição com um papel muito importante no que concerne à prevenção primária.

Em seguida, aparecem as forças policiais, a Segurança Social, os Centros de Saúde, a Autarquia, o Ministério Público e só depois vêm os vizinhos e a própria família.

Depreende-se com estes dados que os vizinhos e a própria família têm algum receio em consumarem alguma sinalização. O receio de serem identificados e o medo de represálias futuras levam a que, quer a própria família quer os vizinhos, não efectivem as sinalizações. Tal como referimos anteriormente este facto pode também estar associado às imagens sociais da infância, a ideia do paternalismo (Tomás, 2000, 2007) e a uma privatização da vida familiar que faz com que do ponto de vista social e cultural ainda seja uma espaço privado e fechado.

Procurámos também saber, nesta categoria de análise e no âmbito das funções de professor representante, como eram tomadas as decisões, se individualmente ou em grupo. Todos respondem inicialmente e de uma forma convicta que as decisões são sempre tomadas em grupo, por maioria e sempre em reunião da comissão restrita. No entanto, existem dois entrevistados que em casos excepcionais decidem individualmente:

[...] em grupo, no entanto, em muitos aspectos que estejam relacionados com problemas nas escolas, tento resolvê-los ou encaminhá-los individualmente (S2, P.2).

[...] em grupo, no entanto, quando a situação requer carácter de urgência, pode ser decidido individualmente, sendo o mais rapidamente possível comunicado aos elementos da comissão restrita (S9, p.2).

Constata-se assim que em todas as CPCJ as tomadas de decisão são efectuadas sempre em grupo, por maioria e em reunião da comissão restrita. O que esta de acordo com a alínea f) do artigo 31º da lei nº147/99.

Procurámos ainda saber, nesta categoria de análise, quais as estratégias que têm sido implementadas por cada comissão para combater o absentismo e o abandono escolar. Nesta subcategoria encontrámos um conjunto de estratégias, desde as mais simples em que apenas envolve a comunidade escolar até à família:

- Promoção de encontros na escola com sessões de esclarecimento, onde se esclarecem as actividades da comissão (S1).
- Divulgação no meio da comunidade escolar nos primeiros dias de aulas, através dos Directores de Turma e professores interlocutores (S4).
- Recurso ao acompanhamento por parte do Psicólogo da escola (S8).
- Diligências junto dos professores interlocutores, Directores de Turma, Órgãos de gestão e Comissão Alargada (S6).
- Diálogo com os Directores de turma, alunos e familiares (S9).
- Contacto com os professores interlocutores, Directores de Turma e familiares. (S11).
- Convocatória dos pais e encaminhamento dos jovens para cursos de novas oportunidades (S13).
- Convocatórias dos progenitores e menor (S14).

Há comissões que envolvem a comunidade escolar, a comunidade local e a Segurança Social:

[...] sensibilização dos alunos para a importância de escola; contactos com os encarregados de educação, quer por via correio, quer por visita domiciliária, bem como comunicar à Segurança Social quando se trata de famílias que beneficiam de RSI (S3, p.2).

Existem outras comissões que envolvem a comunidade escolar, a comunidade local e outras instituições:

[...] articulação com o agrupamento de escolas, com a associação desportiva local na implementação/dinamização de Cursos Profissionalizantes, nomeadamente os EFA. Têm sido feitas acções de sensibilização nas escolas, em conjunto com a associação de estudantes (S10, p.2).

[...] procuramos encaminhar estes jovens em situação de abandono escolar para cursos de profissionalização, no âmbito da medida 6.1 – formação para a inclusão – POPH. São normalmente efectuados contactos com os encarregados de educação e com instituições relacionadas com a problemática em referência, por exemplo o PETI (S7, p.2).

[...] distribuído um desdobrável à comunidade escolar, com o que se propõem levar por diante [...] levantamento de absentismo e abandono escolar, que é residual e está consignado à etnia cigana, e proposta ao PETI, a constituição de uma turma PIEF (S5 p.2).

[...] entendimento com a equipa de PETI e com a equipa de apoio às escolas (S12, p. 2)

[...] realização de entrevistas individuais, implementação de medidas[...] orientação no estudo e tarefas escolares, promoção e articulação de actividades, articulação quer com a família quer com os serviços de apoio especializados, serviços de psicologia, reuniões com o professor interlocutor, reuniões com o Núcleo da Escola segura, implementação do Plano Tutorial e encaminhamento para cursos EFA (S2, pp.2-3).

Como se pode verificar, as estratégias implementadas pelas diferentes comissões são diversas e recorrem a diversos meios.

Em comum temos o facto de todos os entrevistados referirem que o início das estratégias está na própria escola e em colaboração com toda a comunidade escolar. As

restantes estratégias dependem, fundamentalmente, dos meios que cada comissão possui, da experiência dos elementos que compõem as comissões, da imaginação de cada um e da colaboração que recebem principalmente dos elementos que compõem a Comissão Alargada.

Analisámos, também, quais as medidas de promoção e protecção mais aplicadas por cada CPCJ. Todos os entrevistados responderam que a principal medida aplicada pela sua comissão é “ o apoio junto dos pais”, prevista na alínea a) do artigo 35º da Lei 147/99, sendo também esta a primeira medida prevista na lei de promoção e protecção de crianças e jovens. Seguem-se “ o apoio junto de outro familiar” e a “ confiança a pessoa idónea”. Previstas nas alíneas b) e c) do mesmo artigo. De referir que todos os entrevistados referem aplicar a medida da “institucionalização” prevista na alínea f) do artigo acima mencionado, em último recurso, estando de acordo com a lei.

Procurou-se ainda saber, nesta categoria de análise, quais as principais situações de perigo identificadas por cada comissão. Nesta situação, o absentismo, o abandono escolar e a negligência são referidos pelos entrevistados como sendo as principais situações de perigo detectadas pelas comissões, seguindo-se os maus-tratos, a falta de competências parentais, a violência doméstica, o abuso sexual, os comportamentos desviantes, o consumo de álcool e drogas e o abandono.

Seguidamente, procurámos saber, ainda dentro desta categoria de análise, como era feita a divulgação da CPCJ na comunidade local. De um modo geral, todos os entrevistados referem a importância que a divulgação tem nas escolas, onde é feita através da reunião geral de professores, do Conselho Pedagógica, dos Directores de Turma, de toda a comunidade escolar em geral e dos alunos nos primeiros dias e aulas em particular. Constata-se, também, que alguns entrevistados referem outras formas de divulgação como: folhetos, site da CPCJ e Comunicação Social (S2); Comissão Alargada (S4); distribuição de panfletos e publicidade no rádio local (S7); distribuição de panfletos, site da Câmara e divulgação em datas festivas, nomeadamente no “Dia Mundial da Criança” (S10); através de painéis publicitários colocados nas juntas de freguesia (S11); e através de Acções de sensibilização, distribuição de desdobráveis e panfletos (S12) e (S13).

Como se pode constatar, as diferentes maneiras de se divulgar e fazer chegar a mensagem de cada comissão à opinião pública depende fundamentalmente das pessoas, das suas capacidades de trabalho e de imaginação, dos meios ao seu dispor e das formas como se faz a divulgação.

4.4. Realização

Na quarta e última categoria de análise, vamos procurar saber através dos professores entrevistados qual a colaboração dos professores interlocutores, quais as dificuldades, o que poderia ou deveria mudar e a importância da presença dos professores nas comissões de protecção de crianças e jovens. Procuramos saber em primeiro lugar a opinião dos professores entrevistados sobre se tem ou não existido colaboração dos professores interlocutores. As posições da maioria dos professores entrevistados são idênticas em relação à colaboração do professor interlocutor, que entendem existir uma boa colaboração por parte deste na resolução dos problemas de absentismo e abandono escolar, no entanto temos aqueles que entendem existir pouca ou nenhuma colaboração, assim:

[...] mas não necessariamente com os professores interlocutores, mas antes com os directores de turma ou com outros professores através das comissões executivas dos agrupamentos (S5, p.2).

[...] nem sempre tem existido uma boa colaboração, entendo que os professores interlocutores também deviam ter mais sensibilidade para trabalhar com estas crianças e jovens (S12, p.2).

[...] pouca colaboração. Apenas existe a comunicação à CPCJ dos casos de absentismo e abandono escolar (S13,p.2).

Por outro lado temos o caso de uma entrevistada que também exerce o cargo de professora interlocutora (S14, p.2).

Em suma, a maioria dos professores entrevistados considera salutar e benéfica a colaboração dos professores interlocutores com os professores representantes nas CPCJ, e aqueles que entendem não haver cooperação entre os professores interlocutores e os professores representantes.

Procuramos saber também quais as principais dificuldades que os professores representantes do ministério da educação nas CPCJ encontram no seu desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertencem. Neste tema as opiniões dos entrevistados divergem, no entanto existem respostas em comum ou muito parecidas. Assim: temos quem refira a falta de colaboração das famílias como principal dificuldade (S3); (S6) e (S8) e (S9). Temos quem refira a falta de condições técnicas e a falta de condições de trabalho nomeadamente: transportes, material informático (S2): (S4). Temos ainda quem entenda

que a falta de colaboração da comissão alargada, é a principal dificuldade (S11) e (S12). Temos ainda quem acha que a falta de disponibilidade e coordenação dos elementos da comissão restrita, seja a principal dificuldade (S5); (S9) e (S12). As respostas Sociais e das entidades como a Segurança Social e o Ministério Público são motivos para alguns dos entrevistados apontarem como as principais dificuldades (S7) e (S13). Temos ainda:

[...] falta de técnicos a tempo inteiro, nomeadamente psicólogos, assistentes sociais e as demoras da justiça portuguesa (S1, p. 3).

[...] na minha perspectiva, são a não prioridade do trabalho na CPCJ e o não reconhecimento da sua importância por parte dos serviços envolvidos. [...] é também a insuficiência de apoio jurídico (S10, p.3).

Constata-se assim que as maiores dificuldades encontradas pelos entrevistados nas respectivas CPCJ, são de vária ordem, desde as dificuldades de colaboração e cooperação com as famílias, falta de meios e de material para poderem exercer condignamente a tarefa para que foram nomeados, a falta de transportes para as deslocações ao serviço da CPCJ, a falta de colaboração da comissão alargada, a falta de respostas pelas instancias sociais nomeadamente Autarquias, Segurança social e Tribunais ou Ministério Público, a falta de meios humanos como psicólogos e assistentes sociais até á falta de coordenação das diversas instituições.

Quisemos ainda saber a opinião dos entrevistados sobre o que deveria ou poderia mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens do respectivo concelho. As respostas dadas pelos entrevistados foram divergentes, enquanto que um grupo de entrevistados refere que com a criação e realização de cursos de competências parentais, ou cursos que ajudassem as famílias a saberem gerir o seu dia a dia incluindo as questões monetárias, (S3); (S7); (S9); (S13) e (S14). Outros entrevistados entendem que uma maior colaboração da comissão alargada poderia empreender algumas mudanças (S 2) e (S10).

No entanto há um grupo de entrevistados que entende que com técnicos a tempo inteiro na CPCJ, com mais condições de trabalho na CPCJ, maior disponibilidade dos elementos da CPCJ e com mais técnicos como: psicólogos e assistentes sociais se mudariam alguma coisa nas CPCJ (S6); (S5); (S4); (S12) e (S8). No entanto temos ainda outras opiniões:

[...] comportamento da Segurança Social e a existência de uma IPSS para acolhimento de jovens adolescentes do sexo masculino no concelho (S1, p.3).

[...] mais disponibilidade dos técnicos da CPCJ, maior colaboração da comissão alargada [...] trabalhar ao nível da prevenção e da sensibilização para os direitos das crianças ou intervir a nível da principal problemática: a negligência familiar (S10, p.3).
[...] diminuir o consumo de álcool no seio familiar e aumentar a oferta de emprego, talvez assim contribui-se para melhorar as condições familiares (S11, p.3).

Constata-se que embora exista alguma semelhança nas soluções dadas por alguns dos entrevistados, continua a haver diversas opiniões sobre o tema, estas respostas são muitas vezes reflexos do meio ambiente em que as CPCJ estão inseridas, e por isso as respostas estão longe de serem idênticas ou parecidas.

Finalmente quisemos caracterizar a opinião dos professores entrevistados sobre a importância da presença dos professores nas CPCJ. De uma forma geral ou unânime se quisermos utilizar o termo todos os entrevistados, realçam a importância da presença dos professores nas CPCJ, como meio de veículo de comunicação entre as escolas a CPCJ e as famílias, e que têm fundamentalmente contribuído para o combate ao absentismo e abandono escolar.

[...] é algo de relevante, pois trata-se de alguém que possui formação e capacidades para lidar com crianças e jovens e, ao mesmo tempo, estão de uma forma geral habituados a lidar com as famílias destas crianças, o que torna muitas vezes mais fácil a resolução de problemas, algo complicados (S7, P.3).

[...] é de uma enorme importância. É pena, como já disse anteriormente, que não estejam a tempo inteiro, com a falta de psicólogos nas comissões muitas vezes são os professores a desempenharem esse papel (S6, p.3).

[...] estarmos mais preparados pedagogicamente para lidar com crianças e jovens, pelo facto de lidarmos com eles, para além de podermos fazer a ponte entre a escola/família e a comissão (S2, p.5).

Nesta subcategoria constatou-se que todos os entrevistados por unanimidade entendem que é importante e fundamental para o bom funcionamento das CPCJ a presença dos professores representantes do ministério da educação nas CPCJ locais.

CAPÍTULO V

RESPOSTAS E DISCUSSÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Passamos de seguida a apresentar a resposta e discussão das questões de investigação.

Constata-se que os professores representantes colocados nas CPCJ, a maioria são do sexo feminino, esta situação condiz com a situação real no ensino em que a maioria dos docentes é do sexo feminino. A idade varia entre os 39 e os 58 anos de idade, ou seja os professores nomeados para as comissões são professores com muita experiência no ensino, o tempo de serviço varia entre os quinze e os trinta e quatro anos. Em muitos casos a longa experiência pode ser um factor fundamental para uma melhor compreensão dos problemas das crianças e jovens.

Os dados obtidos relativamente a esta questão, mostra-nos que para além das funções para que cada professor foi nomeado: professor representante/professor tutor, existe uma CPCJ em que o representante do Ministério da Educação ainda exerce o cargo de Secretária, este cargo è indicado pelo Presidente da Comissão, existe ainda quem exerça o cargo de Presidente da CPCJ. Este cargo é eleito pela comissão alargada por votação da maioria dos seus representantes. Isto demonstra a confiança que os parceiros têm na presença dos professores como membros activos na defesa dos interesses das crianças e jovens em perigo.

Como verificámos foram diversas as formas como os professores foram nomeados para representantes do Ministério da Educação, através de proposta do Presidente do Conselho Executivo da Escola a que pertencem, através de proposta da própria CPCJ, através do Agrupamento de escolas a que o professor pertence, através de indicação do CAE a que pertence, através da Autarquia local e através da indicação da própria DREC. Isto mostra-nos não haver uma uniformidade na indicação de propostas a indicar á DREC para serem oficialmente nomeados os professores representantes nas respectivas CPCJ.

O papel do professor representante do ministério da educação nas comissões de protecção de crianças e jovens, só pode ou deve ser desempenhado por quem acredite e não por quem se limite a transmitir e cumprir um conteúdo programático, mas sim por alguém que contribua para a formação integral dos jovens e adolescentes como pessoas e cidadãos, e seja capaz de defender os seus superiores interesses, e ao mesmo tempo ter esperança numa sociedade mais justa e solidária que saiba evoluir no respeito pela tradição e pela identidade individual.

Em relação à formação dos professores ficou bem patente a lacuna que existe na formação inicial dos professores quanto a formação específica para lidar com crianças e jovens em perigo. O estudo mostra-nos que a totalidade dos entrevistados não possuía nenhuma formação específica, apenas um entrevistado referiu ter obtido alguma formação no âmbito de uma pós-graduação, no Ensino Especial, por isso não se trata de formação inicial para o cargo de professor.

Ainda em relação à formação, mas na adquirida depois da sua colocação, as respostas dadas pelos entrevistados diferem umas das outras, são respostas muito diferentes, desde os entrevistados que continuam a não frequentar nenhuma acção, aos que apenas assistiram a alguns encontros, àqueles que frequentaram uma ou outra acção e aqueles que se preocuparam em frequentar acções de formação, que participarem em encontros e em colóquios sobre o tema “crianças e jovens”.

Pode-se concluir pelos dados obtidos que os professores que continuam a não frequentar acções de formação específica, são professores em fim de carreira.

Relativamente às entidades que mais sinalizam, nesta questão existe uma unanimidade na resposta dada pela totalidade dos entrevistados referindo a escola como a instituição que mais sinalizações fazem às CPCJ. Seguem-se as forças policiais incluindo os tribunais e o ministério público, a segurança social a saúde (hospitais e centros de saúde), as famílias, as autarquias através da acção social e os vizinhos ou particulares.

Podemos afirmar que é a Escola é o espaço onde para além do habitat familiar a criança passa mais tempo e por isso o local ideal para se detectarem alguns problemas que as nossas crianças e jovens acarretam consigo. É, pois, o espaço privilegiado para se realizar a prevenção primária, no que diz respeito à prevenção.

Também na questão das tomadas de decisão, existe unanimidade na resposta dada por todos os entrevistados, todas as decisões são tomadas em grupo e em reunião da comissão restrita, é esta comissão que tem capacidade para tomar decisões, alínea f) do artigo 31º da Lei 147/99. No entanto, dois dos entrevistados referem que em casos excepcionais decidem sozinhos dando conhecimento de imediato aos restantes elementos da comissão restrita.

Quanto às actividades ou estratégias que têm sido implementadas nas CPCJ para combate ao absentismo e abandono escolar, são diversas as formas que as CPCJ encontraram para as suas actividades e estratégias, dependendo muito da imaginação e capacidades dos seus elementos, estando sempre em primeiro lugar a própria escola e envolvendo sempre a comunidade escolar, recorrendo ao professor interlocutor, aos directores de turma, ao psicólogo da escola quando existe, ao envolvimento da escola segura, à associação de estudantes, à articulação e envolvimento das famílias, à promoção de actividades na escola, ao recurso da equipa do PETI - Programa de Erradicação do

Trabalho Infantil e às visitas domiciliárias e ao encaminhamento para: cursos de novas oportunidades, e cursos: CEF- Cursos de Educação e Formação; EFA- Educação e Formação de Adultos; e PIEF- Programa de Integração de Educação e Formação.

Ao perguntarmos se tem existido colaboração entre os diversos professores interlocutores, a opinião da maioria dos entrevistados é muito idêntica e está de acordo com a criação da figura do professor interlocutor, que é a pessoa que na própria escola faz a primeira triagem se deve ou não sinalizar a criança ou jovem, ou seja a maioria entende haver uma boa coordenação e colaboração por parte dos professores interlocutores, na resolução dos problemas e no combate ao absentismo e abandono escolar. No entanto há entrevistados que referem não existir quaisquer colaboração por parte dos professores interlocutores, pondo mesmo em causa a escolha do professor interlocutor, em que em muitos casos serve para completar horário, o que, a ser assim está completamente errado no que se quer desta personagem, chegando mesmo alguns dos entrevistados a afirmarem que os professores interlocutores também deviam ter mais sensibilidade para trabalhar com estas crianças e jovens.

Relativamente às medidas mais aplicadas por cada comissão, assistiu-se novamente a uma resposta unânime quanto á primeira medida aplicada por todas as comissões, é o apoio junto dos pais prevista na alínea a) do artigo do artigo 35º da Lei 147/99, seguindo-se o apoio junto de outro familiar e a confiança a pessoa idónea, previstas nas alíneas b) e c) do mesmo artigo. De realçar também o facto de todos os entrevistados referirem como ultima medida aplicada a institucionalização prevista na alínea f) do artigo acima mencionado.

Ao perguntarmos quais as principais situações de perigo identificadas, pelas CPCJ, houve alguma divergência apenas na ordem de identificação das diversas situações, dado que as situações são as mesmas apenas diverge a sua ordenação assim, a maioria indica como principal causa o absentismo e abandono escolar, outros indicam como principal causa a negligencia, seguindo-se os maus-tratos, a falta de competências parentais, a violência doméstica, o abuso sexual, os comportamentos desviantes, o consumo de álcool e drogas e por último todos os entrevistados referem o abandono.

Perguntamos também como era feita a divulgação da CPCJ, de um modo geral todos os entrevistados referem que a principal divulgação é feita nas escolas, envolvendo toda a comunidade escolar, nas reuniões gerais dos professores, nos conselhos pedagógicos, nas reuniões dos directores de turma, nos primeiros dias de aulas dos alunos.

Constata-se também que alguns dos entrevistados referem outras formas de divulgação como: distribuição de folhetos, no site da CPCJ e da autarquia local, na comunicação social e nos rádios locais, em dias festivos como o dia Mundial da criança, através de painéis publicitários colocados nas juntas de freguesia e através de acções de

sensibilização. Dependendo muito dos meios que as comissões têm ao seu dispor, da forma como se faz, assim como da capacidade de imaginação e das estratégias implementadas por cada CPCJ.

Quando perguntamos quais eram as principais dificuldades que encontram no desenvolvimento das actividades das CPCJ, existem algumas respostas em comum, mas a maioria das respostas dadas pelos entrevistados divergem de concelho para concelho assim: a falta de cooperação e colaboração das famílias é comum a todos os entrevistados, segue-se a falta de colaboração da comissão alargada, a falta de tempo disponível e a consequente falta de entendimento e colaboração dos próprios elementos da comissão restrita, a falta de técnicos especializados nas comissões, nomeadamente psicólogos e assistentes sociais, a falta de mais elementos que compõem a comissão restrita a meio ou a tempo inteiro, onde estão incluídos os professores, as dificuldades no relacionamento com o ministério público e com a segurança social, de depois vem uma serie do âmbito de condições de trabalho onde se inclui a falta de material informático, a falta de uma simples sala de trabalho, a falta de transportes para as suas deslocações a visitas domiciliárias.

Relativamente ao que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças, as respostas dadas pelos entrevistados foram heterogéneas: alguns referem que a criação de cursos de competências parentais, ou cursos que ajudassem as famílias no que respeita a saber gerir o seu dia-a-dia e aqui inclui-se as questões de ordem monetária; outros entendem que devia existir uma maior colaboração por parte da comissão alargada, que em muitos casos os elementos que a compõem se resumem aos elementos da comissão restritas ou os que só fazem parte da alargada limitam-se a assistir às reuniões.

No entanto há quem refira uma maior disponibilidade dos técnicos, a falta de técnicos a tempo inteiro, a falta de psicólogos e assistentes sociais, a falta de colaboração de outras entidades como a segurança social e as IPSS, são condicionantes que poderiam mudar o comportamento das CPCJ.

O trabalho a nível da prevenção, e da sensibilização para os direitos das crianças, a negligência familiar e o hábito de consumo de álcool e drogas, assim como a oferta de mais emprego são condicionantes que podem contribuir para melhorar as condições familiares, segundo a opinião de alguns dos entrevistados.

Finalmente quisemos analisar a importância da presença dos professores nas CPCJ uma vez mais a totalidade das respostas é unânime, pois todos os entrevistados realçam a importância fundamental da presença dos professores nas CPCJ como meio de veículo de comunicação entre as escolas, a comissão e as famílias, e que têm tido um papel importantíssimo na diminuição do absentismo e abandono escolar.

5.1. Considerações finais

O estudo que agora se encerra interroga os conceitos da responsabilidade e da participação de um grupo de profissionais, num contexto em que a primazia é atribuída á soberania individual. A promoção da condição da pessoa envolve também a criança e o jovem, considerado como nunca antes o fora como sujeito de direitos, activo, responsável e a quem devem ser garantidas as condições necessárias para participar nas decisões que afectam a sua vida.

Nesse domínio há muito que fazer. Na família e no desempenho parental, que continua a basear-se no autoritarismo ou na ausência de autoridade, como sucede de forma crescente. Por outro lado, as crianças e os jovens não são ouvidos devidamente no espaço escolar e raramente associados às decisões sobre a vida da instituição.

A investigação realizada permite-nos verificar que os professores entrevistados definem a importância da sua presença e da forma como é essencial, para o cumprimento dos objectivos que se pretende alcançar no combate ao absentismo e abandono escolar. O seu exercício é entendido pela maioria como resposta a uma vocação, e a um gosto pessoal. Por isso, têm manifestado um comportamento modelar, uma atitude e um sentir social próprio. Ser professor representante numa CPCJ ultrapassa a mera técnica que esta actividade reclama, mas sim pôr em prática qualidades pessoais ao serviço da CPCJ na defesa dos direitos das crianças e jovens e é se define um bom professor. Sendo que para alguns o trabalho desenvolvido nas CPCJ se tornou numa paixão.

Resulta ainda da investigação, o interesse dos participantes na qualidade do serviço prestado e do profissionalismo de quem o desempenha, A constituição de um corpo de deveres e procedimentos é apontado como meio para salvaguardar os jovens de comportamentos inadequados e lesivos da sua formação como alunos e como cidadãos.

REFERÊNCIAS

Afonso, A. (1999). Educação básica, democracia e cidadania. Dilemas e perspectivas. Porto: Afrontamento.

Afonso, N. (2005). Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico. Porto: Asa Editores.

Alarcão, M. (2000). (Des) Equilíbrios familiares. Coimbra: Quarteto Editora.

Almeida, A. (2000). Olhares sobre a infância: pistas para a mudança. In Vários, Actas do Congresso Internacional os mundos sociais e culturais de infância, II vol, pp 7-17. Braga Universidade do Minho.

Almeida, J. (2009). Perdidos e Achados. Experiência de Exclusão dos Jovens do PIEF, na sua Relação com o Saber: Escola e Trabalho. Um Estudo de Caso no Vale do Sousa. Tese de Doutoramento. Porto: ICBS/UP.

Bardin, Lourence (1994): Análise de conteúdos. Lisboa: Edições 70.

Berns, R. (1997). Child, family, school, community, socialization and support. New York: Hartcourt Brace College Publishers.

Bogdan, R. e Bikilen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

Canha, J. (2000). Criança maltratada – o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Um estudo prospectivo de 5 anos. Coimbra: Quarteto Editora.

Caria, T.(2007). Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto saber. Etnográfica, vol.11, no.1, pp.215-250.

Carneiro, R. (1990). Ideias e Histórias. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Casa-Nova, M. (2007). A relação dos ciganos com a escola pública: Contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. In Pedro Silva (Org.), Escola, famílias e lares: Um caleidoscópio de olhares. Porto: Profedições, pp. 153-178.

Charlot, B. (1982). Je serai ouvrier comme papa, alors à quoi ça me sert d'apprendre ?», Échec scolaire, démarche pédagogique et rapport social au savoir. In GFEN. Quelles pratiques pour une autre école ?». Paris: Casterman.

CNPCJR (2007). Relatórios de Actividades das CPCJ. Lisboa: CNPCJR/IIS,I.P.

CNPCJR (2008). Relatórios de Actividades das CPCJ. Lisboa: CNPCJR/IIS,I.P.

Costa, M. & Duarte, C. (2000). Violência familiar. Porto: Âmbar.

Cury, A. (2004). Pais Brilhantes, professores fascinantes. Lisboa: Editora Pergaminho.

Cury, A. (2006). Filhos brilhantes, alunos fascinantes. Lisboa: Editora Pergaminho.

D'unrug, M. (1994). *Analyse de contenu et acte de parole*. Paris: Delarg, Éditions Universitaires.

Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança, da participação à responsabilidade*. Porto: Editora Profedições.

Dubet, F. (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris: Éditions Seuil.

Farmer, E. (1997). *Protection and child welfare. Striking the balance*. In N. Parton (Ed.), *Child Protection and Family Support: Tensions, contradictions and possibilities*. London: Routledge, pp. 146-164

Fernandes, D. (2008). *Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas*. Lisboa: Texto Editores.

Ferreira, M. (2000). *Salvar corpos, forjar a razão. Contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal*: Porto: Instituto de Inovação Educacional.

Figueiredo, B. (1998). *Maus tratos à criança e ao adolescente (I): situação e enquadramento da problemática*. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, 3, pp. 5-20.

Fonseca, G. & Pedroso, J. (1998). *As comissões de protecção: caminhos a percorrer na promoção da cidadania das crianças e dos jovens*. *Intervenção Social*, 17,18, pp.27-52.

Gavarini, L. (1998). *Nouvelle scène de la tragédie familiale*. In Laurence Gavarini e Françoise Petitot (orgs.), *La fabrique de l'enfant maltraité: un nouveau regard sur l'enfant et la famille*. Ramonville Saint-Agne: Érès, pp. 117-160.

Giddens, A. (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Guerra, M. (2003) *Tornar visível o quotidiano*. Porto: Edições ASA.

Hammarberg, T. (1990), *The UN convention on the rights of the child - and how to make it work*. *Human Rights Quarterly*, 12, pp. 97-100.

Lessard H. Goyett & Boutin (2005). *Investigação qualitativa: Fundamentos e Prática*. Lisboa. Instituto Piaget.

Machado, C. (1996). *Maus-tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise*. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, 1, pp. 133-148.

Magalhães, T. (2002). *Maus tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.

Marchi, R. & Sarmiento, M. (2008). *A radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica*. Brasil: Configurações.

Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho, IEC.

Meneghel, S. Giugliani, E. & Falceto, O. (1998). *Relação entre violência doméstica e agressividade na adolescência*. *Caderno de Saúde Pública*, pp.327-335.

Nelken, D. (1998). Afterword: choosing rights for children. In Leslie S. e Gillian D., children's rights and traditional values. Hants: Dartmouth Publishing Company, pp.315-335.

Quivy, R, e Campenhoudt, L. (2003). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva.

Renaut, A. (2005). Libertação das crianças – a era da criança cidadã: contribuição filosófica para uma história da infância. Lisboa: Instituto Piaget.

Rodrigues, A. (1997). Repensar o direito de menores em Portugal - Utopia ou realidade?. Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Julho - Setembro, Fasc. 3.º, pp. 355-386.

Salgueiro, E. (1999). A criança e o futuro – a criança e os seus riscos. In Gomes-Pedro (Ed.). Stress e violência na criança e no jovem. Lisboa: Faculdade de Medicina, pp. 249-263.

Sampaio, D. (1993) (14ª ed.,2003). Vozes e ruídos – Diálogos com adolescentes. Lisboa: Editorial Caminho.

Sampaio, D. (1994). Inventem-se novos pais. Lisboa: Editorial Caminho.

Sampaio, D. (1998). Vivemos livres numa prisão. Lisboa: Editorial Caminho.

Sampaio, D. (2006). Lavrar o mar – Um novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos. Lisboa: Editorial Caminho.

Santos, B. S. (1995). Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. New York: Routledge.

Santos, B. S. (org.) (2001). Os processos de globalização. In Boaventura de Sousa Santos (org.), Globalização, fatalidade ou utopia?. Porto: Edições Afrontamento, pp. 33-106.

Sarmiento, M. (1999). Introdução. In M. Pinto & M. Sarmiento (coords.). Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998). Braga; Centro de Estudos da Criança/ UM, pp-9-22.

Sarmiento, M. (2000). Os Ofícios da Criança. In AAVV, Os Mundos Sociais e Culturais da Infância. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, II, pp.125-145.

Sarmiento, M. (2001). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade”. Braga. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho.

Sarmiento, M. (2002). O que cabe na mão...Proposições sobre políticas integradas para a infância. In David Rodrigues (org.), Perspectivas sobre a Inclusão: da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora, pp. 73-85.

Sarmiento, M. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. Crianças e miúdos - perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA.

Soares, N. (2001). Outras infâncias. A situação social das crianças atendidas numa Comissão de Protecção de Menores. Braga: UM-CESC.

Soares, N. (2005). (2005), Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida – Representações, práticas e poderes. Tese de Doutoramento. Braga: Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho.

Stoer, S. e Magalhães, A. (2001). A Incomensurabilidade da diferença e o anti-anti-etnocentrismo. In David Rodrigues (org.) Educação e Diferença, Porto: Porto Editora.

Stoer, S. e Magalhães, A. (2002). Novas cidadanias, reconfiguração do contrato social e educação. Comunicação proferida nas jornadas sobre globalização, Leiria, Abril.

Tomás, C. (2000). Ter e não deter o direito de audição. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, FEUC.

Tomás, C. (2007). Há muitos mundos no mundo...direitos da crianças, cosmopolitismo infantil movimentos sociais de crianças: diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. Tese de Doutoramento. Braga: Instituto de Estudos da Criança área de especialização em Sociologia da Infância/Universidade do Minho.

Tomás, C. (2008). Childhood and rights: reflections on the UN Convention on the Rights of the Child. Childhood's Today. Vol 2 (2), pp. 1-14.

Torres, A. (coord.) (2008). Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Lisboa: CIES/ISCTE.

Torres, A. (coord.) (2008). Estudo de diagnóstico e avaliação das comissões de protecção de crianças e jovens. Lisboa: CIES-ISCTE.

Vidal, J. (coord.). 1998. O Direito de menores. Reforma ou revolução. Lisboa: Edições Cosmos.

LEGISLAÇÃO

Assembleia da República. Dec. Lei nº 10767 de 15 de Maio de 1925

Assembleia da República. Dec. Lei nº 44288 de 20 de Abril de 1962

Assembleia da República Dec. Lei nº 314/78 de 27 de Outubro

Assembleia da República. Dec. Lei nº 189/1991 de 17 de Maio

Assembleia da República. Dec. Lei nº 190/91 de 17 de Maio de 1991

Assembleia da República. Lei nº 147/1999, de 1 de Setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens.

Assembleia da República. Dec. Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro

Assembleia da República. Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro

Assembleia da República. Portaria nº 1226-CZ2000 de 30 de Dezembro

Assembleia da República. Parecer nº 7/2004 de 25 de Agosto
Assembleia da República. Parecer n 7/2005, de 9 de Novembro
Despacho nº 50/2005, de 9 de Novembro
Despacho conjunto nº 882/1999
Despacho Conjunto nº 453/2004, (2ª série) de 27 de Julho
Concelho de Ministros. Resolução nº 4/2001, de 9 de Janeiro
Despacho Conjunto nº 948/2003 (2ª série), de 26 de Setembro
Resolução nº 20/1990 de 12 de Setembro
Resolução n ° 80/2006 de Junho

Links

Benedito, A. (2008). Jornal Expresso de 22 de Dezembro de 2008 - WWW
aeiou.expresso.pt a-escola-actual. Visto em 22 de Julho de 2009.

Education at a Glance 2007: OECD- www - oecd.org/data oecd/25/7/39316322.pdf.
Visto em 22 de Julho de 2009.

ANEXOS

Anexo I

Solicitação de colaboração aos professores

Ex.mo/a Senhor/a

O meu nome é António Manuel da Silva e encontro-me a frequentar o curso de Mestrado em Supervisão Pedagógica, no Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior, estando a desenvolver um projecto de investigação intitulado «O Papel dos Professores nas CPCJ», orientado pela Professora Doutora Catarina Tomás.

Venho por este meio solicitar a sua colaboração na recolha de dados que pretendo efectuar. Como refere o título, este trabalho de investigação destina-se a conhecer a importância do professor nas CPCJ. A recolha de dados será feita através de uma entrevista, a realizar durante o segundo período do corrente ano lectivo. Desde já, asseguro que em circunstância alguma será mencionada a identidade dos professores entrevistados, bem como a total confidencialidade das informações prestadas, servindo as mesmas apenas para análise de conteúdo das mesmas.

Realço a importância da participação do(a) colega enquanto entrevistado, sendo esta decisiva para a realização do meu trabalho de investigação.

Agradecendo desde já a sua colaboração para o solicitado, apresento os meus cumprimentos.

Covilhã, 10 de Janeiro de 2009

(António Manuel F. da Silva)

Anexo II

Guião de Entrevista

Entrevista Nº _____

LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA

Este trabalho de investigação destina-se a caracterizar o papel dos professores representantes do Ministério da Educação nas CPCJ, conforme expliquei na carta que dirigi a cada entrevistado, quando solicitei a sua colaboração para a realização da entrevista.

A colaboração dos professores é muito relevante para a concretização deste estudo, o que me leva desde já a agradecer a sua disponibilidade.

Atesto que em caso algum será mencionada a identificação dos professores entrevistados, assim como garanto a total confidencialidade das informações prestadas, sendo feita apenas uma análise do conteúdo das mesmas.

Solicito a autorização para gravar a entrevista em áudio, de modo a permitir que a recolha de toda a informação seja o mais completa possível. Atesto também que, depois da transcrição, facultarei a entrevista para que analise a consonância das suas respostas.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Género: Feminino Masculino Idade _____

Habilitações Académicas:

Licenciatura Mestrado Outra: _____

Situação Profissional: PT PQND PQZP PC

Grupo Disciplinar _____ Tempo de Serviço _____

I – Nomeação para representante da Educação na CPCJ, face ao protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

1. Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?
2. Há quanto tempo foi nomeado(a) para a CPCJ?

II – Formação para o desempenho na CPCJ.

1. Na sua qualidade de professor(a), qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?
2. Depois de nomeado(a) para este cargo, qual a alguma formação específica que realizou?

III – Desempenho na realização das actividades na CPCJ.

1. Diga por ordem decrescente, quais as instituições que mais sinalizações fazem.
2. No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?
3. Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ, para combater o absentismo e o abandono escolar?
4. Que colaboração tem existido entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e a CPCJ?
5. Diga por ordem decrescente, quais as medidas mais aplicadas por essa Comissão.
6. Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ.

IV – Realização Pessoal e Profissional.

1. Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?
2. O que poderia ou devia mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens do seu concelho.
3. Em que medida se torna importante a presença do professor na CPCJ.

Anexo III

Quadro 1
Caracterização dos sujeitos

Sujeitos	Sexo	Idade	Habilitações	Categoria	Tempo de serviço	Tempo de serviço na cpcj	Cargo na cpcj
S 1	M	39	Mest.	PQND	15	3	Rep.
S 2	F	46	Lic.	QE	19	3	Rep.
S 3	F	44	C. Básico*	QE	18	2	Rep.
S 4	M	53	Lic.	Titular	29	3	Rep.
S 5	M	54	Pós-grad.	QE	34	3	Rep.
S 6	F	41	Lic.	PQND	17	1	Rep.
S 7	F	57	Pós-grad.	Titular	34	6	Rep.
S 8	F	52	Lic.	Titular	30	6	Pres.
S 9	F	58	Lic.	Titular	34	1	Rep.
S 10	F	48	Mest.	Titular	26	3	Pres.
S 11	F	57	Bach.	PQND	32	4	Rep.
S 12	M	52	Lic.	QE	25	4	Pres.
S 13	F	41	Pós-grad.	PQND	19	5	Sec.
S 14	F	45	Bach.	PQND	16	5	Rep.

Legenda:

*curso básico em ciências religiosas

Anexo IV
Entrevistas

ENTREVISTA 1

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Masculino

Idade: 39 anos

Grupo Disciplinar: 420 - Geografia

Tempo de serviço: 15 anos

Habilitações Académicas: Mestrado

Situação Profissional: PQND

Tempo de serviço na CPCJ: 3 anos

Entrevista: Sujeito 1 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer o facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no contexto de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou professor representante do Ministério da Educação/professor tutor.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: A minha nomeação foi feita por proposta do presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas João Roriz de Castelo Branco e, posteriormente, aprovado pela Direcção Regional de Educação do Centro.

E: Há quanto tempo foi nomeado para este cargo?

P: Fui nomeado para este cargo há três anos.

E: Na qualidade de professor, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Não possuía nenhuma, só a parte pedagógica inerente à profissão de professor.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Frequentei o Curso de Formação Profissional CPCJ – Conhecer a Aplicação (*e-learning*) e o Curso de Formação Inicial dos Membros das CPCJ – O Sistema de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens; participei na acção de formação Segurança nas Escolas: interacções e desafios;

S1/p1

no Primeiro Encontro de Boas Práticas no Funcionamento das CPCJ e no Encontro: Educação: um direito, uma responsabilidade.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Geralmente são: **as escolas**, a **segurança social**, as **forças policiais** e a **saúde**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Todas as decisões são tomadas pelos membros da comissão, em modalidade restrita, e por maioria de votos. Estas mesmas decisões ficam registadas na acta semanal da comissão.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Temos feito a promoção de “Encontros” nas escolas, onde, com toda a comunidade escolar, se esclarecem as actividades da Comissão em parceria com as escolas.

E: Que colaboração tem existido entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e a CPCJ?

P: Tem existido uma boa colaboração, na ligação entre as escolas e a comissão.

E: Diga por ordem decrescente, quais são as medidas mais aplicadas por essa Comissão?

P: Normalmente é o **apoio junto dos pais**, o **apoio junto de outro familiar**, e só em último recurso se recorre à **institucionalização**.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ.

P: Geralmente são: a **negligência**, a **exposição a modelos de comportamentos desviantes** e o **abandono escolar**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente a divulgação é feita nos encontros realizados nas escolas, onde, com toda a comunidade escolar, se esclarecem as actividades da comissão em parceria com as escolas.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A falta de técnicos, principalmente a tempo inteiro, nomeadamente psicólogos e assistentes sociais; a falta de viatura própria e as demoras da justiça portuguesa.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: O comportamento da segurança social de Castelo Branco e a falta de IPSS para acolhimento de jovens adolescentes do sexo masculino.

E: No seu entender acha importante a presença dos professores nas CPCJ?

P: Acho que é muito importante a nossa presença nas comissões, pelo facto de estarmos sempre a lidar com jovens, estamos mais atentos e mais sensíveis para lidar com crianças e jovens em risco, fazendo muitas vezes a ligação escola/família.

E: Bom dia e obrigado pela colaboração que prestou para o meu estudo.

P: Espero que tenha ajudado. Bom dia!

ENTREVISTA 2

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 46 anos

Grupo Disciplinar: 250 -

Tempo de serviço: 19 anos

Habilitações Académicas: Licenciatura

Situação Profissional: QE

Tempo de serviço na CPCJ: 3 anos

Entrevista: Sujeito 2 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer o facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no contexto de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou representante do Ministério da Educação/professora tutora.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: A minha nomeação foi feita por convite do presidente do Conselho Executivo da Escola, por intermédio da Direcção Regional de Educação do Centro.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Foi há três anos

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Já tinha participado em algumas acções de formação, mas não específicas para trabalhar com crianças e jovens em perigo.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Particpei na **Formação Inicial para Elementos da CPCJ**; nas Jornadas de Formação “**As Crianças e os Seus Direitos**”; no III Encontro da CPCJ de Coimbra “**Boas Práticas na Intervenção Protectiva**”; na Acção de Sensibilização Situações de Perigo em Crianças e Jovens – “**Sinalização e Encaminhamento**”; nos Encontros Construir e Jovens

S2/p1

–“ **Sinalização e Encaminhamento**”; nos Encontros Construir Juntos – **“Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças**”; no Encontro Anual – **“Um Direito, uma Responsabilidade**”; na Reunião de trabalho DREC/Escolas –**“Promoção do Sucesso e da Prevenção do Insucesso e do Abandono Escolar**”; na Acção de Formação – **“Intervenção das CPCJ – Gestão da Qualidade da Intervenção e Informatização do Processo de Promoção e Protecção**” e na Acção de Sensibilização – **“Medição de Conflitos Escolares**”.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Normalmente são as **escolas** que mais sinalizam, depois o **centro de saúde**, em seguida a **autarquia através da acção social** e depois as **forças policiais – GNR**.

E: No âmbito das suas funções como representante do ministério da educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: As decisões são tomadas maioritariamente em grupo, no entanto, em muitos aspectos que estejam relacionados com problemas nas escolas, tento resolvê-los ou encaminhá-los individualmente.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Oi! ...são muitas as nossas actividades e estratégias tais como:

- a realização de entrevistas individuais com os alunos sinalizados, informativas, orientadoras, sempre que necessário;
- a implementação de medidas de apoio a alunos sinalizados, designadamente de integração na turma e na escola e de acompanhamento e orientação no estudo e nas tarefas escolares;
- a promoção e a articulação das actividades escolares dos alunos com outras actividades formativas;
- a articulação quer com a família, quer com os serviços especializados de apoio educativo, designadamente os serviços de psicologia e orientação e com outras estruturas de orientação educativa;
- o acompanhamento/integração de diversos alunos e respectivas famílias, sempre em estreita colaboração com o Programa Escolha Viva*, que permite a realização de mediação familiar, acompanhamento psicológico e apoio escolar;

- a identificação dos alunos com um percurso académico de insucesso, assim como os casos de abandono escolar;
-
- a sensibilização para um maior envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar e no acompanhamento escolar dos seus educandos;
- reuniões e contactos telefónicos com os professores interlocutores em matéria de absentismo e abandono escolar dos Agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho;
- reuniões com o Núcleo da Escola Segura;
- reuniões periódicas com os Directores de Turma/Professor Titular dos alunos sinalizados ou considerados em risco;
- o controlo da assiduidade dos alunos, garantindo a informação imediata dos Encarregados de Educação;
- a implementação do PLANO TUTORIAL nas escolas do Concelho;
- a selecção e encaminhamento dos alunos do 3º ciclo, em risco de abandono escolar ou saída antecipada e que reúnam condições para frequentar cursos de educação e formação.

E: Que colaboração tem existido entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e a CPCJ?

P: Tem existido uma estreita colaboração com todos os interlocutores e um trabalho efectivo de articulação e cooperação na sinalização e acompanhamento de casos. Temos realizado reuniões semanais ou quinzenais com os interlocutores em matéria de abandono e insucesso escolares.

E: Diga por ordem decrescente, quais são as medidas mais aplicadas por essa Comissão?

P: A principal medida é o **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outro familiar** e só depois o **acolhimento em instituição**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ.

P: A **negligência** é a principal, sendo em seguida os **maus-tratos**, o **absentismo/abandono escolar** e o **risco económico**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente fazemos a divulgação através de folhetos, no site da CPCJ, em acções de formação e nos meios de comunicação social.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: Geralmente é na gestão de processos que sinto mais dificuldades.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Uma maior intervenção da comissão, alargada através da realização de acções de sensibilização junto da comunidade. Agora com a criação da escola de pais no Fundão, que irá ter um papel fundamental e interventivo no acompanhamento de crianças e jovens e famílias consideradas em risco, visando promover um ambiente familiar, que facilite a aquisição ou desenvolvimento de comportamentos de vida saudáveis, através do treino de competências pessoais e sociais.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: O facto de estarmos mais preparados pedagogicamente para lidar com crianças e jovens, pelo facto de lidarmos diariamente com eles, para além de podermos fazer a ponte entre a escola/família e a comissão. Tem toda a importância a nossa presença nas CPCJ.

E: Obrigado, resta-me agradecer-lhe uma vez mais a sua colaboração e a disponibilidade para esta entrevista.

P: De nada, foi um prazer colaborar para o trabalho de um colega.

ENTREVISTA 3

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 44 anos

Grupo Disciplinar: 290 – EMRC

Tempo de serviço: 18 anos

Habilitações Académicas: Curso Básico**

Situação Profissional: QE

Tempo de Serviço na CPCJ – 2 anos

**** Curso Básico em Ciências Religiosas**

Entrevista: Sujeito 3 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer o facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no contexto do meu trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Boa tarde! Sou a representante do Ministério da Educação/professora tutora.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: A minha nomeação foi feita por proposta do presidente do Conselho Executivo da Escola e, posteriormente, foi aceite e aprovada pela Direcção Regional de Educação do Centro.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Fui nomeada há dois anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Só possuía a parte pedagógica inerente à profissão e a experiência dos vários anos de ensino, específica, nenhuma.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Depois sim, realizei alguma formação como: “ **O Sistema de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens**” e “ **Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade da intervenção e Informatização do Processo de Promoção e Protecção**”.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Por esta ordem são: as **escolas**, as **forças policiais (GNR)**, **segurança social** e **centro de saúde**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Qualquer decisão é sempre tomada em grupo, individualmente posso sugerir, mas as decisões são em grupo.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Começamos sempre pela sensibilização dos alunos para a importância da escola; contactos com os Encarregados de Educação, quer via correio, quer por visita domiciliária; bem como comunicar à Segurança Social quando se trata de famílias que beneficiam de RSI.

E: Que colaboração tem existido entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e a CPCJ?

P: Tem existido uma óptima colaboração, dado tratar-se de um meio pequeno em que praticamente todos nos conhecemos. É fácil a colaboração de todos os intervenientes.

E: Diga por ordem decrescente, quais as medidas mais aplicadas por essa Comissão?

P: A primeira é sempre o **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outro familiar** e depois a **institucionalização**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ.

P: **Negligência nos cuidados básicos; consumo de substâncias lícitas (álcool) e ilícitas e maus-tratos.**

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Como a nossa Comissão ainda é recente (Janeiro de 2007), a divulgação tem passado por no primeiro ano ter efectuado um encontro aberto a toda a comunidade local. Este ano foi um colóquio alusivo às dependências, ao nível da escola no início de cada ano lectivo realiza-se uma reunião com a colaboração dos coordenadores e respectivos directores de turma, onde se fala o que somos, onde estamos e o que fazemos.

S3/p2

E quando necessário vamos junto da escola e falamos do problema tentando esclarecê-lo.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: As maiores dificuldades são as famílias, que por vezes são pouco cooperantes e pouco cumpridoras das medidas aplicadas. Por vezes, quem sinaliza gostaria de saber como se desenvolve todo o processo, não entendendo o dever do sigilo.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Uma vez que a maioria das famílias com sinalizações são aquelas que já se encontram sinalizadas na segurança social ou na acção social ou são famílias com um nível de escolaridade muito reduzido, poder-se-ia melhorar talvez com a criação de cursos sobre normas, ao nível comportamental, económico, social, pessoal afim de reterem o essencial/básico do supérfluo, para saberem gerir melhor a economia familiar.

Devíamos sensibilizar toda a população do concelho para se inscreverem como famílias de acolhimento, pois não temos uma única família inscrita.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: No meu entender acho que a importância maior se deve ao facto das crianças e jovens passarem muito do seu tempo nas escolas e, claro, com os professores, por isso nós conhecemos muito bem o seu dia a dia e, por ser um meio pequeno, conhecemos também o seu meio familiar.

E: Resta-me, uma vez mais agradecer-lhe a colaboração neste estudo e desejar-lhe uma boa tarde.

P: De nada, boa tarde e bom trabalho.

ENTREVISTA 4

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Masculino

Idade: 53 anos

Grupo Disciplinar: 530 - Mecanotecnia

Tempo de serviço: 29 anos

Habilitações Académicas: Licenciatura

Situação Profissional: Prof. Titular

Tempo de Serviço na Comissão: - 3 anos

Entrevista: Sujeito 4 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Gostaria de lhe agradecer pelo facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou o representante do Ministério da Educação/professor tutor.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Acho que foi por proposta do presidente do Conselho Executivo da Escola e depois por aprovação da Direcção Regional de Educação do Centro – DREC

E: Há quanto tempo foi nomeado para este cargo?

P: Foi no ano lectivo de 2006/2007, por isso há três anos.

E: Na qualidade de professor, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Nenhuma, para além das pedagogias exigidas para leccionar.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Também nenhuma e acho que só irei frequentar se for obrigado.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: A maioria das sinalizações são feitas pelas **escolas**, depois pelas **forças policiais**, e depois por **particulares** incluindo os professores.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Todas as decisões são tomadas em grupo, por maioria e sempre nas reuniões da Comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Começa sempre com por uma forte ligação com os professores interlocutores e semanalmente reunimos com todas as escolas agrupadas ou não.

E: Que colaboração tem existido entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e a CPCJ?

P: Como disse anteriormente existe uma grande ligação e colaboração com os três professores interlocutores, com os quais reunimos todas as semanas.

E: Diga por ordem decrescente, quais as medidas mais aplicadas por essa Comissão?

P: A primeira medida é sempre o **apoio junto dos Pais**, depois o **apoio junto de outros familiares**, sendo a seguir a **institucionalização**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: **O absentismo e o abandono escolar** é a principal, depois vem a **negligência** dos pais e muito próximo a **violência doméstica**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente fazemos a divulgação no meio da comunidade escolar logo nos primeiros dias de aulas de cada ano lectivo, através dos Directores de Turma e na comunidade local através dos diversos elementos da Comissão Alargada.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A principal dificuldade tem a ver com a parte logística, nomeadamente, a dificuldade de transporte, a falta de material informático, assim como a falta de uma simples sala para podermos trabalhar.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Se tivéssemos condições para podermos trabalhar como referi na questão anterior, se calhar tínhamos condições para uma maior ajuda e uma maior capacidade de intervenção, logicamente quem iria beneficiar com isso eram as crianças.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Pela minha experiência pessoal, acho que é fundamental a presença dos professores neste tipo de comissões, no caso concreto quer a intervenção dos professores interlocutores quer a minha intervenção junto das escolas e famílias tem contribuído para a diminuição do absentismo e abandono escolar.

E: Resta-me agradecer-lhe o tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração neste trabalho. Bom dia e obrigado!

P: Não tem que agradecer, porque participei com gosto e só espero ter contribuído positivamente para o seu trabalho.

ENTREVISTA 5

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Masculino

Idade: 54 anos

Grupo Disciplinar: 240

Tempo de serviço: 34 anos

Habilitações Académicas: Pós-graduação

Situação Profissional: QE

Tempo de Serviço na Comissão: - 3 anos

Entrevista: Sujeito 5 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pelo facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Boa tarde! Sou representante do Ministério da Educação/professor tutor.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Foi por proposta do CAE da Guarda, que depois foi aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro – DREC.

E: Há quanto tempo foi nomeado para este cargo?

P: Fui nomeado em 2006/2007, por isso há três anos.

E: Na qualidade de professor, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Nenhuma, só mesmo as pedagogias exigidas para dar aulas e as que adquiri com o tempo de serviço.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Depois, realizei duas acções, uma sobre legislação e enquadramento jurídico e outra sobre a gestão dos processos através de processo informático e-learning.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: A grande maioria das sinalizações são feitas pelas **escolas**, depois pela **família** e só depois pelos **vizinhos**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Sempre que é necessário tomar alguma decisão, é sempre feita na reunião da comissão restrita e sempre decidida por maioria.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Partindo de um plano de actividades é feito um périplo pelas escolas, dando a por diante. É distribuído um desdobrável à comunidade escolar com o que se propõem levar por diante, havendo uma interacção com as outras escolas. As conhecer as competências da Comissão e o que a comissão se propõem levar escolas comunicam à CPCJ sempre que verificam casos que justifiquem essa intervenção. Este ano foi feito o levantamento de casos de absentismo e abandono escolar, que é residual e está praticamente consignado à etnia cigana, e proposta ao PETI a constituição de uma turma Pief que foi aprovada para iniciar em 2009/2010.

E: Que colaboração tem existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Tem existido, mas não necessariamente com os professores interlocutores, mas antes com os directores de turma ou com outros professores através das comissões executivas dos agrupamentos.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas, por essa CPCJ.

P: Inicialmente, são aplicadas as medidas de Acordos de Promoção e Protecção, junto dos familiares (Pais), após a realização de entrevistas com os menores e as famílias e só depois são efectuadas visitas domiciliárias. A maioria das situações resolvem-se com a superação da situação de carência económica com o apoio da Acção Social, nos casos de incumprimento sistemático dos acordos, remetemos para tribunal.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas, por essa CPCJ?

P: **O abandono escolar**, a **incompetência parental**, os problemas adjacentes a famílias desestruturadas, o alcoolismo, a toxicodpendência e o abuso sexual.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Como já anteriormente referi é feita, no início do ano escolar, uma acção de esclarecimento na comunidade escolar e distribuídos desdobráveis facilitadores da denuncia de eventuais casos, que devem ser comunicados a estes órgãos.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A articulação dos elementos pluridisciplinares pertencentes às equipas e os serviços de origem de onde dependem esses elementos. Uma solução, talvez fosse a possibilidade de mais elementos funcionando a meio-tempo como agora acontece com a Educação.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Deveriam existir mais e melhores meios para otimizar o futuro tratamento informático dos processos individuais das crianças e jovens, para que no futuro passam ficar ligados a uma base de dados nacional e, talvez, mais formação para obviar esse mesmo tratamento informático.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Como já referi acho que é fundamental a presença dos professores neste tipo de comissões, assim como a presença dos restantes elementos a meio-tempo, no caso concreto a minha intervenção junto das escolas e famílias, tem contribuído para a diminuição do absentismo e abandono escolar.

E: Resta-me agradecer-lhe o tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração neste trabalho, boa tarde e muito obrigado pela sua disponibilidade.

P: Não tem nada que agradecer, só espero ter contribuído em algo para a realização do seu trabalho. Boa tarde e boa viagem.

ENTREVISTA 6

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 41 anos

Grupo Disciplinar: 300 - Línguas

Tempo de serviço: 17 anos

Habilitações Académicas: Licenciatura

Situação Profissional: PQND

Tempo de Serviço na Comissão: - 1 ano

Entrevista: Sujeito 6 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Começo por lhe agradecer o facto de se ter disponibilizado para esta entrevista bem como ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ.

Professor (P): Boa tarde! No que eu poder ajudar e contribuir para a realização do seu trabalho, faça favor de perguntar.

E: Qual o cargo que exerce na CPCJ?

P: Representante do Ministério da Educação.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: A minha nomeação partiu de um convite do Conselho Executivo, que, depois de ter aceite, foi enviado o meu nome para a DREC.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Há um ano, por isso ainda sou novata nestas andanças.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Para além das pedagogias e da experiência dos anos de serviço, não possuo nenhuma formação específica.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Como ainda sou estou na Comissão há um ano, ainda não frequentei nenhuma formação específica, porque no último ano não existiu nenhuma, apenas estive no encontro das CPCJ da zona centro, que se realizou em Leiria.

S6/p1

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Geralmente quem mais sinaliza são as **escolas**, as **forças policiais**, a própria **família** e os **vizinhos**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: As decisões são sempre tomadas em grupo e sempre em reunião da comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Primeiramente temos tomado as diligências necessárias junto dos professores interlocutores, dos Directores de Turma, dos Conselhos Executivos, procurando envolver sempre a Comissão Alargada e as associações de estudantes.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Como já disse anteriormente existe uma grande ligação e colaboração dos professores interlocutores, pois é a eles que inicialmente recorremos.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas, por essa CPCJ.

P: Normalmente começamos sempre pelo **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outros familiares**, em seguida pela **confiança a pessoa idónea** e só em último recurso a **institucionalização**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: **O absentismo e o abandono escolar** são as principais, depois, vem a **negligência** dos pais e muito próximo os **maus-tratos**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente fazemos a divulgação no meio da comunidade escolar, mas sobretudo através dos professores interlocutores, que por sua vez fazem a divulgação através dos directores de turma.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A principal dificuldade prende-se com a falta de colaboração por parte das famílias.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Se alguns dos elementos que compõem a comissão restrita estivessem a tempo inteiro na comissão, teríamos uma maior capacidade de intervenção, e, logicamente, quem iria beneficiar com isso eram as crianças.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Pelos resultados que se têm obtido nos últimos tempos, é de uma enorme importância. É pena, como já disse anteriormente, que não estejam a tempo inteiro, com a falta de psicólogos nas comissões muitas vezes são os professores a desempenhar esse papel.

E: Resta-me agradecer-lhe o tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração neste trabalho. Bom dia e obrigado!

P: Não tem que agradecer, porque participei com gosto e espero ter contribuído positivamente para o seu trabalho.

ENTREVISTA 7

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 57 anos

Grupo Disciplinar: 240 - línguas

Tempo de serviço: 34 anos

Habilitações Académicas: Pós-graduação

Situação Profissional: Prof. Titular

Tempo de Serviço na Comissão: - 6 anos

Entrevista: Sujeito 7 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pelo facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou representante do Ministério da Educação/professora tutora.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: A minha nomeação foi feita por proposta do Presidente do Conselho Executivo e, posteriormente, homologada pela Direcção Regional de Educação do Centro – DREC.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Já fui nomeada para este cargo há seis anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Possuía a formação de professora do Ensino Especial, por isso possuía alguma formação para lidar com crianças e jovens em situações difíceis.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Realizei várias acções de formação ministradas e propostas pela Comissão Nacional e pela CPCJ local. Para além disso, realizei ainda um Curso de pós-graduação em ensino especial.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: A grande maioria das sinalizações são feitas pelo Agrupamento **de escolas** do Concelho, pela **segurança social** em seguida e pelos Serviços Sociais do **município**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Todas as decisões são sempre decididas em grupo e sempre pelos elementos da comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Geralmente procuramos encaminhar estes jovens em situação de abandono escolar para cursos de profissionalização, no âmbito da medida 6.1 – Formação para a inclusão – POPH. São normalmente efectuados contactos com os encarregados de educação e com as instituições relacionadas com a problemática em referência, por exemplo o PETI.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Tem existido uma forte colaboração entre os diversos professores interlocutores formando-se uma rede de comunicação, que permite a sinalização imediata e o mais rápido encaminhamento para o representante da educação na CPCJ.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas por essa CPCJ.

P: Geralmente a medida mais utilizada é o **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outro familiar**, em seguida pela **confiança a pessoa idónea** e só em último recurso a integração numa **instituição**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: **A Negligência e o abandono escolar** são as principais e depois os **maus-tratos psicológicos**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente, fazemos a divulgação no meio da comunidade escolar, através da fixação de panfletos em vários locais do recinto escolar e outros e, também, através de spot publicitário na rádio local.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: As principais dificuldades são a fraca rede de respostas sociais direccionadas para a infância e juventude.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Há muita coisa que poderia ou deveria mudar, nomeadamente ao nível da formação da educação parental, da cidadania e da formação para a vida activa.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: A importância da presença dos professores na CPCJ é algo de relevante, pois trata-se de alguém que possui formação e capacidades para lidar com crianças e jovens e, ao mesmo tempo, estão de uma forma geral habituados a lidar com as famílias destas crianças, o que torna muitas vezes mais fácil a resolução de problemas, algo complicados.

E: Agradeço-lhe todo o tempo que dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração neste trabalho. Bom dia e obrigado!

P: Nada tem a agradecer, porque colaborei com todo o gosto e espero ter contribuído satisfatoriamente para o seu trabalho. Boa viagem e sucesso no trabalho.

ENTREVISTA 8

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 52 anos

Grupo Disciplinar: 1º Ciclo

Tempo de serviço: 30 anos

Habilitações Académicas: Licenciatura

Profissional: Prof. Titular

Tempo de Serviço na Comissão: - 6 anos

Entrevista: Sujeito 8 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Começaria por lhe agradecer por se ter disponibilizado para me receber e para realizar esta entrevista assim como ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou a Presidente da Comissão.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Como vereadora da Câmara Municipal fui proposta pela autarquia local e aceite pelos restantes membros da Comissão Alargada.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Fui nomeada no início de 2003, por isso há seis anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Alguma, principalmente, a que adquiri durante a licenciatura em Especialização em Educação do Ensino Especial.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Formação específica não realizei, no entanto, tenho estado presente em alguns encontros promovidos pela Comissão Nacional.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Quem faz mais sinalizações é sempre o **agrupamento escolar** e depois é a **GNR (forças policiais)**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Todas as decisões são sempre tomadas em grupo e sempre em reunião da comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: A principal actividade é quase sempre o recurso ao psicólogo para acompanhamento dos alunos e muitas vezes dos pais dos menores.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Tem existido uma grande ligação e colaboração por parte dos professores interlocutores, pois são eles que, estando nas escolas, mais contactam com os menores e com os Directores de Turma.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas por essa CPCJ.

P: Quase sempre a principal medida é o **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outros familiares**, em seguida pela **confiança a pessoa idónea** e só em último recurso a **institucionalização**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: O **abandono escolar** é sempre um problema nos meios rurais e depois a **negligência**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Quase sempre é feita no início de cada ano lectivo nas escolas e pelos directores de turma.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: As principais dificuldades encontradas são, muitas vezes, as dificuldades em contactar as famílias e fazer-lhes entender que os seus filhos se encontram em risco ou perigo.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Nos meios pequenos há sempre algo que se pode ou deve mudar. No nosso caso, bastava-nos podermos contar com profissionais a tempo inteiro, principalmente psicólogos.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: A minha experiência leva-me a dizer que, a presença dos professores na CPCJ, é fundamental. Acho que, também, deveria haver um profissional a tempo inteiro na comissão.

E: Agradeço-lhe o tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração e o contributo para o meu trabalho. Bom dia e obrigado!

P: Nada tem que agradecer, participei com todo o gosto e espero ter contribuído para o sucesso do seu trabalho.

ENTREVISTA 9

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 58 anos

Grupo Disciplinar: 220 - Línguas

Tempo de serviço: 34 anos

Habilitações Académicas: Licenciatura

Situação Profissional: Prof. Titular

Tempo de Serviço na Comissão: - 1 ano

Entrevista: Sujeito 9 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Em primeiro lugar gostaria de lhe agradecer pelo facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na cpcj?

Professor (P): Boa tarde! Sou a representante do Ministério da Educação na CPCJ.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do ministério da educação na cpcj?

P: A minha nomeação foi por nomeação do órgão de gestão da escola, e depois aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro – DREC

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Fui nomeado apenas há um ano.

E: Na qualidade de professora, Qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: A experiência acumulada ao longo de todos estes anos, nomeadamente como directora de turma! E nada mais.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Realizei algumas reuniões com a Dr.^a Idália Moniz e com o Dr. Armando Leandro da Comissão Nacional, e participei no encontro nacional das CPCJ em Leiria.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Normalmente a maioria das sinalizações são efectuadas pelas **escolas**, depois, pela **autarquia** e depois pela **comunidade**.

E: No âmbito das suas funções como representante do ministério da educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: As decisões são sempre efectuadas em grupo, no entanto, quando a situação requer carácter de urgência, pode ser decidida individualmente, sendo o mais rapidamente possível comunicado aos elementos da comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Primeiramente temos tido um diálogo aberto e franco com todos os directores de turma, com os jovens e com as famílias quando estas vão à escola.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Sempre que um caso é sinalizado, todos se empenham em acompanhar a criança ou jovem, comunicando de imediato ao professor interlocutor, para este o acompanhar na respectiva escola.

E: Diga por ordem decrescente quais as principais medidas aplicadas, por essa CPCJ.

P: Primeiramente começamos pelo **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outros familiares**, **apoio psicológico**, apoio de outros níveis e **institucionalização**.

E: Diga por ordem decrescente quais as principais situações de perigo identificadas, por essa CPCJ?

P: Principalmente o **abandono escolar**, que é resultante de **famílias desestruturadas**, o **desinteresse pelo presente e pelo futuro**, o **álcool** e a **droga**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: No início de cada ano lectivo, todos os professores ficam a saber da sua existência e a quem se devem dirigir, caso haja suspeita de perigo. Posteriormente, promove-se o diálogo entre todos os intervenientes.

S9/p2

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: Nem sempre existe a melhor coordenação entre as diversas instituições e, muitas vezes, as famílias recusam-se admitir a necessidade de ajuda.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Um melhor acompanhamento por parte de toda a comunidade, uma maior responsabilização por toda a comunidade civil. E principalmente com a criação de centros de interesse.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Pessoalmente acho fundamental e imprescindível a presença dos professores nas comissões, no caso concreto a intervenção da comissão restrita através da minha pessoa e dos professores interlocutores junto das escolas e famílias, tem contribuído para a diminuição do absentismo e abandono escolar.

E: Agradeço-lhe o tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração para este meu trabalho, boa tarde e obrigado.

P: Boa tarde! Espero ter contribuído de forma positiva para a realização do seu trabalho.

ENTREVISTA 10

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 48 anos

Grupo Disciplinar: 240

Tempo de serviço: 26 anos

Habilitações Académicas: Mestrado

Situação Profissional: Prof. Titular

Tempo de Serviço na Comissão: - 3 anos

Entrevista: Sujeito 10 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Começo por lhe agradecer pelo facto de se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Boa tarde! Sou a Presidente da Comissão.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Foi por proposta da DREC, a pedido da CPCJ.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Fui nomeada em Fevereiro de 2007, por isso há 2 anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Possuía alguma que adquiri ao realizar o mestrado em “Família e Sistemas Sociais”.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Realizei a acção “Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade, da Intervenção e da Informatização do Processo de Promoção e Protecção”.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Geralmente é o **agrupamento de escolas** que mais sinaliza, depois os **serviços de saúde**, a **câmara municipal**, a **GNR** e as **associações desportivas**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Sempre em grupo, por maioria e em reunião da Comissão Restrita.

S10/p1

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Tem existido uma estreita articulação com o agrupamento de escolas e com a associação desportiva local na implementação/dinamização de cursos profissionalizantes, nomeadamente os EFA. Têm sido feitas acções de sensibilização nas escolas, em conjunto com a associação de estudantes, a qual participa activamente em reuniões de trabalho e na execução das medidas de promoção e protecção, formalizando os seus compromissos em acordo de promoção e protecção.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Tem existido uma forte ligação e uma grande colaboração dos professores interlocutores, sobretudo ao nível da troca de informação/comunicação.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas, por essa CPCJ.

P: Quase sempre a principal medida que aplicamos é o **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outros familiares** e, só em último recurso, o **acolhimento em instituição**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: As principais situações são o **abandono escolar**, a **negligência**, o **abuso/assédio sexual**, os **comportamentos desviantes das crianças e jovens** e os **maus-tratos**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: A divulgação é feita através de folhetos informativos, no site da Câmara Municipal, em acções pontuais e em datas festivas como o dia da criança ou em acções de informação nas escolas.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: As maiores dificuldades, na minha perspectiva, são a não prioridade do trabalho na CPCJ e o não reconhecimento da sua importância por parte dos serviços envolvidos. Outra dificuldade é também a insuficiência de apoio jurídico.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: A nível concelhio, seria importante que os técnicos que compõem a comissão restrita tivessem mais disponibilidade e capacidade de execução e os elementos que compõem a comissão alargada demonstrassem mais interesse e mais capacidade de iniciativa. Atendendo ao reduzido volume processual actual, seria uma boa ocasião para se desenvolver um bom trabalho a nível da prevenção e da sensibilização, para os direitos das crianças, ou intervir a nível da principal problemática: a negligência familiar.

O ideal seria que todas as comissões funcionassem com técnicos especializados, inteiramente disponíveis para intervir ao nível da protecção das crianças e jovens.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Pelo que disse anteriormente, acho que é fundamental a presença dos professores neste tipo de comissões. Um dos técnicos deveria ter mais tempo para estar ao serviço da comissão.

E: Agradeço-lhe a colaboração e o tempo que dispensou para a realização desta entrevista. Boa tarde e obrigado!

P: Boa tarde! Boa viagem e sucesso para o seu trabalho.

ENTREVISTA 11

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 57 anos

Grupo Disciplinar: EVT

Tempo de serviço: 32 anos

Habilitações Académicas: Bacharel

Situação Profissional: PQND

Tempo de Serviço na Comissão: 4 anos

Entrevista: Sujeito 11 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Em primeiro lugar, queria-lhe agradecer o facto de se ter disponibilizado para me receber e ceder-me esta entrevista e ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou a representante do Ministério da Educação.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Através da DREC - Direcção Regional de Educação do Centro.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Foi há quatro anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Não possuía nenhuma, só mesmo a parte pedagógica.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Não frequentei nenhuma acção específica.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Quase todas as sinalizações são feitas pelas **escolas** e pelas **forças policiais**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: São sempre tomadas em grupo e na reunião da comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: A principal estratégia é mantermos sempre o contacto com os professores interlocutores e estes, por sua vez, contactam de imediato com os Directores de Turma ou os familiares.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Como disse anteriormente, existe uma grande ligação e colaboração dos professores interlocutores, pois é a eles que recorremos sempre que é necessário.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas por essa CPCJ.

P: Começamos pelo **apoio junto dos pais**, depois o **apoio junto de outros familiares** e, em último recurso, a **institucionalização**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: Principalmente o **abandono escolar**, a **negligência** e o **abuso sexual**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: A divulgação é feita com a distribuição de material publicitário nas juntas de freguesia e no agrupamento de escolas.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A não participação da maioria dos elementos da comissão alargada, diria mesmo a inactividade de alguns elementos.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Deveria, principalmente, diminuir o consumo de álcool no seio familiar e aumentar a oferta de emprego, talvez assim contribuísse para melhorar as condições familiares.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Entendo que, a presença dos professores neste tipo de comissões, é de uma importância primordial, pois a sua intervenção junto das escolas e famílias, tem contribuído para a diminuição do absentismo e abandono escolar.

E: Para concluir quero-lhe agradecer o tempo que dispensou para a realização desta entrevista e a colaboração para este trabalho. Bom dia e obrigado!

P: Espero ter ajudado e ter contribuído positivamente para a realização do seu trabalho.

ENTREVISTA 12

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Masculino

Idade: 52 anos

Grupo Disciplinar: 430

Tempo de serviço: 25 anos

Habilitações Académicas: Licenciatura

Situação Profissional: QE

Tempo de Serviço na Comissão: 4 anos

Entrevista: Sujeito 12 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Começo por lhe agradecer o facto de se ter disponibilizado para a realização desta entrevista e de me ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Boa tarde! Sou o presidente e o representante do Ministério da Educação/professor tutor.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Por proposta do CAE da Guarda e aceite pela Direcção Regional de Educação do Centro – DREC

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Estou na Comissão há quatro anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Nenhuma, só a parte pedagógica exigida para o exercício de docente e a experiência que adquiri com os anos de serviço.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Realizei acções no âmbito da formação desenvolvida pela CNPCJ: Formação para os Membros das CPCJ e Gestão dos Processos através de processo informático.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: Quem mais sinaliza são as **escolas**, os **familiares**, o **ministério público**, as **forças policiais** e as instituições **de acolhimento**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: É obrigatório todas as decisões serem tomadas em grupo e sempre em reunião da comissão restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Um bom relacionamento e entendimento com a equipa de PETI e com a equipa de apoio às escolas.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Nem sempre tem existido uma boa colaboração, entendo que os professores interlocutores também deviam ter mais sensibilidade para trabalhar com estas crianças e jovens.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas por essa CPCJ.

P: O **apoio junto dos pais** é sempre a primeira que tomamos, depois o **apoio junto de familiares** e por fim o **acolhimento institucional**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: O **absentismo e o abandono escolar** são as principais, depois vem a **negligência** e os **maus-tratos**

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: É feita através de acções de sensibilização e projectos de parceria com o município, na escola junto dos professores dos agrupamentos e dos alunos e também com a distribuição de panfletos porta a porta.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A falta de disponibilidade dos técnicos e membros da restrita e o pouco envolvimento de alguns elementos da comissão.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Uma maior disponibilidade dos membros da comissão restrita (o que nem sempre é a melhor), para um maior acompanhamento nas acções de envolvimento, no âmbito da prevenção primária, secundária e terciária.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Acabei de referir uma maior disponibilidade dos técnicos, isto quer dizer que a presença neste caso concreto dos professores é importantíssima.

E: Bom! Chegamos ao fim! Obrigado pela colaboração neste trabalho e pelo tempo que me dispensou para a realização desta entrevista. Tenha um resto de uma boa tarde.

P: Foi um prazer colaborar consigo. Boa tarde e bom trabalho!

ENTREVISTA 13

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 41 anos

Grupo Disciplinar: 520 - Biologia

Tempo de serviço: 19 anos

Habilitações Académicas: Pós-graduação

Situação Profissional: PQND

Tempo de Serviço na Comissão: 5 anos

Entrevista: **Sujeito 13** (transcrição literal)

Entrevistador (E): Bom dia! Em primeiro lugar, quero-lhe agradecer por se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Bom dia! Sou a representante do Ministério da Educação/professor tutor e Secretaria.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Fui nomeada pela DREC, após indicação do agrupamento escolar.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Fui nomeada há cinco anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Específica nenhuma, só mesmo as pedagogias exigidas para leccionar.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Realizei duas acções: “ Curso de Formação de Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade e Informatização do PPP.” e “ O Sistema de Promoção e Protecção dos direitos das Crianças e Jovens”.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: A maioria das sinalizações são feitas pelas **escolas**, depois pelo **ministério público**, e pelas **instituições de solidariedades**.

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: Todas as decisões são tomadas em grupo e sempre em reunião da Comissão Restrita.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Geralmente convocamos os pais e os menores em situação de abandono ou absentismo e, muitas vezes, encaminhamo-los para cursos de novas oportunidades.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Tem existido pouca colaboração. Apenas existe a comunicação à CPCJ dos casos de absentismo e abandono escolar.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas por essa CPCJ.

P: A principal medida aplicada é sempre o **apoio junto dos pais**, depois a **Institucionalização** e por fim o **apoio junto de outros familiares**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: A **negligência** é a principal, depois a falta de **competências parentais** e só depois o **abandono escolar** (principalmente na comunidade cigana).

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente fazemos a divulgação, no meio da comunidade escolar, através do contacto directo com a própria comunidade escolar nas próprias escolas, através da distribuição de panfletos e desdobráveis e de acções de sensibilização.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: As maiores dificuldades são a falta de respostas sociais para jovens com mais de doze anos, dificuldades de alterar comportamentos dos progenitores, fraca colaboração por parte da segurança social e falta de habitações sociais.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: A realização de cursos de competências parentais, um maior acompanhamento dos beneficiários do RSI e tutoria para pais com dificuldades na gestão da dinâmica familiar.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: É fundamental a presença dos professores nas comissões, já que eles têm tido um papel importantíssimo na diminuição do absentismo e do abandono escolar.

E: Resta-me dizer obrigado pelo tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e obrigado pela colaboração neste trabalho. Bom dia!

P: Não é necessário agradecer, colaborei com todo o gosto e, já agora, gostava de conhecer os resultados finais.

ENTREVISTA 14

DADOS DEMOGRÁFICOS

Género: Feminino

Idade: 45 anos

Grupo Disciplinar: 1º Ciclo

Tempo de serviço: 16 anos

Habilitações Académicas: Bacharel

Situação Profissional: PQND

Tempo de Serviço na Comissão: 5 anos

Entrevista: Sujeito 14 (transcrição literal)

Entrevistador (E): Boa tarde! Começo por lhe agradecer por se ter disponibilizado para esta entrevista e de ter autorizado a sua gravação em áudio. Esta entrevista vem no seguimento de um trabalho de investigação, que se destina a conhecer o papel dos professores nas CPCJ. Começaria por lhe perguntar qual o cargo que exerce na CPCJ?

Professor (P): Boa tarde! Sou a presidente e a representante do Ministério da Educação.

E: Como foi feita a sua nomeação para representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: Foi através da indicação do meu nome pelo presidente do Conselho Executivo, para a DREC, que posteriormente me nomeou.

E: Há quanto tempo foi nomeada para este cargo?

P: Fui nomeada em Setembro de 2005, portanto quase há quatro anos.

E: Na qualidade de professora, qual a formação específica que possuía para trabalhar com crianças e jovens em perigo?

P: Específica nenhuma, só mesmo as pedagogias e a experiência destes anos como professora.

E: Depois da sua nomeação para este cargo, qual a formação específica que realizou?

P: Realizei duas acções: “ Curso de Formação de Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade e Informatização do PPP.” e “ Formação sobre Processos de Promoção e Protecção “.

E: Diga-me por ordem decrescente, quais são as instituições que mais sinalizações fazem?

P: A grande maioria é feita pelas **escolas**, pela **segurança social**, pela **câmara municipal**, pela **santa casa da misericórdia** e pelo **centro de saúde**.

S14/p1

E: No âmbito das suas funções como representante do Ministério da Educação, quando tem que tomar uma decisão, esta é tomada em grupo ou individualmente?

P: As decisões são tomadas em grupo.

E: Quais as actividades ou estratégias que têm sido implementadas nessa CPCJ para combater o absentismo e o abandono escolar?

P: Felizmente que o absentismo e o abandono escolar têm sido irrelevantes, mesmo assim, logo que seja detectado algum caso, agimos de imediato com a convocatória aos progenitores e ao menor.

E: Qual a colaboração que existe entre os diversos professores interlocutores dos agrupamentos escolares e o representante do Ministério da Educação na CPCJ?

P: O papel do professor interlocutor tem sido exercido por mim e tenho contado com a ajuda dos directores de turma.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais medidas aplicadas por essa CPCJ.

P: A medida mais aplicada é a prevista no artigo 35^a, alínea n^o1, que é o **apoio junto dos pais**.

E: Diga por ordem decrescente, quais as principais situações de perigo identificadas por essa CPCJ?

P: A **negligência** ao nível da higiene e alimentação relacionados com problemas de alcoolismo por parte dos progenitores, assim como os **maus-tratos físico e psicológicos**.

E: Diga-me como é feita a divulgação da vossa CPCJ na comunidade local e em especial no meio escolar?

P: Normalmente a divulgação é feita no Conselho Pedagógico e na reunião geral de professores, aquando da informação do professor representante do Ministério da Educação na CPCJ. São realizadas, também, acções de formação/sensibilização por parte dos membros da comissão sobre os direitos da criança, dando ao mesmo tempo a conhecer a CPCJ e a sua função aos alunos. Estas acções são desenvolvidas na área de formação cívica.

E: Quais as principais dificuldades que encontra no desenvolvimento das actividades da CPCJ a que pertence?

P: A fraca participação e o pouco dinamismo da comissão alargada.

E: O que poderia ou deveria mudar para melhorar a protecção das crianças e jovens deste concelho?

P: Uma maior sensibilização, protecção e apoio por parte dos pais aos seus filhos, principalmente a nível efectivo, criando cursos para lhes ensinar a serem uns verdadeiros pais.

E: Qual a importância da presença dos professores nas CPCJ?

P: Entendo que é fundamental a presença dos professores nas comissões, até pela sua formação e capacidade de diálogo com os menores e suas famílias.

E: Agradeço-lhe o tempo que me dispensou para a realização desta entrevista e obrigado pela colaboração no meu trabalho. Boa tarde!

P: Boa tarde! E sucesso para o seu trabalho.

Anexo V

Análise de conteúdo das entrevistas

ANÁLISE DE CONTEUDO DAS ENTREVISTAS

Categorias	Subcategorias	Unidades de Sentido
1.Integração na CPCJ	- Nomeação	<ul style="list-style-type: none"> - (...) foi feita pró proposta do presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas e, posteriormente, aprovado pela DREC (S1,p.1). - (...) foi feita por convite do presidente do Conselho Executivo da Escola, por intermédio da DREC (S2, p.1). -(...) foi feita por proposta do Conselho Executivo da Escola e, posteriormente, foi aceite e aprovada pela DREC (S3, p.1) - (...) foi por proposta do presidente do Conselho Executivo da Escola e depois por aprovação da DREC (S4, p.1). - (...) foi por proposta da CAE, que depois foi aceite pela DREC (S5, p.1). - (...) partiu de um convite do Conselho Executivo, que, depois de ter aceite, foi enviado o meu nome para a DREC (S6, p.1) - (...) foi feita por proposta do presidente do Conselho Executivo e, posteriormente, homologada pela DREC (S7,p.1) - (...) fui proposta pela autarquia local e aceite

		<p>pelos restantes membros da Comissão Alargada (S8, p.1)</p> <ul style="list-style-type: none"> - (...) foi por nomeação do órgão de gestão da Escola, e depois aceite pela DREC (S9, p.1). - (...) foi por proposta da DREC, a pedido da CPCJ (S10, p.1). - (...) através da DREC (S11, p.1). - (...) proposta da CAE e aceite pela DREC (S12, p.1). - (...) nomeada pela DREC, após indicação da Agrupamento Escolar (S13, p.1). - (...) indicação do meu nome pelo presidente do Conselho Executivo, para a DREC, que posteriormente me nomeou (S14, p.1).
	<p>- Cargo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - (...) representante do Ministério da Educação/professor tutor (S1, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação/Professora tutora (S2, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação/professora tutora (S3, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação/professor tutor (S4, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação/professor tutor (S5, p.1).

		<ul style="list-style-type: none"> - (...) representante do Ministério da Educação (S6, p.). - (...) representante do Ministério da Educação/professora tutora (S7, p.1) - (...) presidente da CPCJ (S8, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação na CPCJ (S9, p.1). - (...) presidente da Comissão (S10, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação (S11, p.1). - (...) presidente e representante do Ministério da Educação/professor tutor (S12, p.1). - (...) representante do Ministério da Educação/professora tutora e Secretária (S13,p.1). - (...) presidente e representante do Ministério da Educação (S14,p.1).
--	--	--

<p>2. Formação</p>	<p>- Anterior</p>	<ul style="list-style-type: none"> - (...) nenhuma, só a parte pedagógica inerente à profissão de professor (S1, p.1). - (...) tinha participado em algumas acções de formação, mas não específicas para trabalhar com crianças e jovens em perigo (S2,p.1). - (...) possuía a parte pedagógica inerente à profissão e a experiência dos vários anos de ensino, específica, nenhuma (S3,p.1). - (...) nenhuma, para além das pedagogias exigidas para leccionar (S4, p.1). - (...) nenhuma, só mesmo as pedagogias exigidas para dar aulas e as que adquiri com o tempo de serviço (S5, p.1). - (...) pedagogias e da experiência dos anos de serviço, não possuo nenhuma formação específica (S6, p.1). - (...) formação de professora do ensino especial, por isso possuía alguma formação para lidar com crianças e jovens em situações difíceis (S7, p.1). - (...) alguma, a que adquiri durante a licenciatura em especialização em Educação do Ensino Especial (S8, p.1). - (...) experiência acumulada ao longo de todos estes anos, nomeadamente como directora de turma! e nada mais (S9, p.1). - (...) alguma que adquiri ao realizar o mestrado em
---------------------------	--------------------------	---

		<p>“ Família e Sistemas Sociais” (S10, p. 1).</p> <p>- (...) nenhuma, só mesmo a parte pedagógica (S11, p.1).</p> <p>- (...) nenhuma, só a parte pedagógica exigida para o exercício de docente e a experiencia que adquiri com os anos de serviço (S12, p.1).</p> <p>- (...) nenhuma, só mesmo as pedagogias exigidas para leccionar (S13, p.1).</p> <p>- (...) nenhuma, só mesmo as pedagogias e a experiencia destes anos como professora (S14, p.1).</p>
	<p>- Adquirida</p>	<p>- (...) Curso de Formação Profissional CPCJ – Conhecer a Aplicação (e-learning) ...Curso de Formação Inicial dos Membros das CPCJ – Sistemas de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens; Participei na Acção de Formação Segurança nas Escolas: interacções e desafios; ...Encontro de boas Práticas no Funcionamento das CPCJ, e Encontro: Educação: um direito, uma responsabilidade (S1, p.2).</p> <p>- (...) Formação Inicial para Elementos da CPCJ; jornadas de Formação “As Crianças e os Seus Direitos”; Encontros “Boas práticas na Intervenção Protectiva; acção “Sinalização e Encaminhamento”, Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças”, “ Um direito, uma Responsabilidade”, reunião de trabalho ”Promoção do Sucesso e da</p>

		<p>Prevenção do Insucesso e do Abandono Escolar” Acção de Formação “ intervenção e Informatização do Processo de Promoção e Protecção” e “Medição de Conflitos Escolares” (S2, p.2).</p> <p>- (...) realizei alguma como: “ O Sistema de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens” e “Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade da Intervenção e Informatização do Processo de Promoção e Protecção” (S3, p.2).</p> <p>- (...) nenhuma e acho que só irei frequentar se for obrigado (S4, p.1).</p> <p>- (...) duas acções, uma sobre legislação e enquadramento jurídico e outra sobre gestão dos processos através de processo informático e-learning (S5, p.1).</p> <p>- (...) estive presente no encontro das CPCJ da Zona Centro (S6, p.2).</p> <p>- (...) varias acções ministradas e propostas pela Comissão Nacional e pela CPCJ local, ... um Curso de pós-graduação em Ensino Especial (S7, p.1).</p> <p>- (...) tenho estado presente em alguns encontros promovidos pela Comissão Nacional (S8, p.1).</p> <p>- (...) reuniões com a Dr^a Idalia Moniz e Dr^o Armando Leandro da comissão Nacional, participei no encontro das CPCJ em Leiria (S9, p.1).</p> <p>- (...) acção: Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade, da Intervenção e da Informatização do</p>
--	--	---

		<p>Processo de Promoção e Protecção (S10, p.1).</p> <ul style="list-style-type: none"> - (...) nenhuma acção específica (S11, p.1). - (...) acção da Comissão Nacional: formação para os membros das CPCJ e Gestão dos Processos através de processo informático (S12, p.1). - (...) duas acções: “curso de formação de Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade e Informatização do PPP” e “ O Sistema de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens” (S13, p.1). - (...) duas acções : “ Curso de Formação de Intervenção das CPCJ: Gestão da Qualidade e Informatização do PPP”. E formação sobre Processos de Promoção e protecção” (S14,p.1).
--	--	--

Categorias	Subcategorias	Unidades de Sentido
3. Actividades	- Sinalização	<p>- (...) escolas, segurança social, forças policiais e saúde (S1, p.2).</p> <p>- (...) escolas, centro de saúde, autarquia através da acção social e forças policiais (S2, p.2).</p> <p>- (...) escolas, forças policiais, segurança social e centro de saúde (S3, p.2).</p> <p>-(...) escolas, forças policiais e particulares (S4, p.2).</p> <p>- (...) escolas, família e vizinhos (S5, p.2).</p> <p>- (...) escolas, forças policiais e família (S6,p.2).</p> <p>- (...) escolas, Segurança social serviços sociais do município (S7, p.2).</p> <p>- (...) agrupamento de escolas, forças policiais (S8, p.2).</p> <p>- (...) escolas, autarquia e comunidade (S 9, p.2).</p> <p>- (...) agrupamento de escolas, serviços de saúde, câmara municipal, forças policiais e associações desportivas (S10, p.2).</p> <p>- (...) escolas e forças policiais (S11, p.2).</p> <p>- (...) escolas, familiares, ministério público, forças</p>

		<p>policiais e instituições de acolhimento (S12, p.2).</p> <p>- (...) escolas, ministério publico, instituições de solidariedade social (S13, p.2).</p> <p>- (...) escolas, segurança social, câmara municipal, santa casa da misericórdia e centro de saúde (S14, p.2).</p>
	<p>- Estratégias</p>	<p>-(...) pelos membros, em comissão restrita, e por maioria de votos. ...registadas em acta semanal da comissão (S1, p.2).</p> <p>- (...) maioritariamente em grupo, no entanto, em muitos aspectos que estejam relacionadas com problemas nas escolas, tento resolvê-los ou encaminhá-los individualmente (S2, p.2).</p> <p>- (...) em grupo, individualmente posso sugerir, mas ... são em grupo (S3, p.2).</p> <p>- (...) em grupo, por maioria e sempre nas reuniões da comissão restrita (S4, p.2).</p> <p>- (...) sempre em reunião da comissão restrita e sempre decidida por maioria (S5, p.2).</p> <p>- (...) em grupo e sempre em reunião da comissão restrita (S6, p.2)</p> <p>- (...) em grupo e sempre pelos elementos da comissão restrita (S7, p.2).</p> <p>- (...) em grupo e sempre em reunião da comissão restrita (S8, p.2).</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - (...) em grupo, no entanto, quando a situação requer carácter de urgência, pode ser decidida individualmente, sendo o mais rapidamente possível comunicado aos elementos da comissão restrita (), p.2). - (...) em grupo, por maioria e em reunião da comissão restrita (S10, p.2). - (...) em grupo e na reunião da comissão restrita (S11, p.2). - (...) em grupo e sempre em reunião da comissão restrita (S12, p.2). - (...) em grupo e sempre em reunião da comissão restrita (S13, p.2). - (...) em grupo (S14, p.2).
	<p>- Medidas aplicadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - (...) apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar ...último recurso se recorre à institucionalização (S1, p.2). - (...) apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e só depois o acolhimento em instituições. (S2, p.4). - (...) apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar e depois a institucionalização (S3, p.2). - (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de

	<p>outro familiar, sendo a seguir a institucionalização (S4, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto do pais ...Tribunais (S5, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de outro familiar, em seguida pela confiança a pessoa idónea e só em último recurso a institucionalização (S6, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de outro familiar, em seguida pela confiança a pessoa idónea e só em ultimo recurso a integração numa instituição(S7, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de outros familiares, em seguida pela confiança a pessoa idónea e só em ultimo recurso a institucionalização (S8, P.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de outros familiares , apoio psicológico, apoio de outros níveis e institucionalização (S9, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de outros familiares e, só em ultimo recurso, o acolhimento em instituição (S10, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais, depois o apoio junto de outros familiares e, em último recurso, a institucionalização (S11, p.2).</p> <p>- (...) apoio junto dos pais ... depois o apoio junto de familiares e por fim o acolhimento institucional</p>
--	---

		<p>(S12, p.2).</p> <ul style="list-style-type: none"> - (...) apoio junto dos pais, depois a institucionalização e por fim o apoio junto de outros familiares (S13, p.2). - (...) apoio junto dos pais (S14, p.2).
	<p>- Situações de perigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - (...) negligência, a exposição a modelos de comportamentos desviantes e o abandono escolar (S1, p.3) - (...) negligência, ... maus-tratos, o absentismo/abandono escolar e o risco económico (S2, p.4). - (...) negligência nos cuidados básicos, consumo de substancias licitas (álcool) e ilícitas e maus-tratos (S3, p. 3). - (...) absentismo e abandono escolar ... negligencia dos pais ... violência doméstica (S 4, p.2). - (...) abandono escolar, a incompetência parental, famílias desestruturadas, o alcoolismo, a toxicodependência e o abuso sexual (S 5, p.3). - (...) absentismo e abandono escolar ... negligencia dos pais e ...maus-tratos (S6, p.3). - (...) negligencia e o abandono escolar ... maus-tratos psicológicas (S7, p.2). - (...) abandono escolar ... negligência(S 8, p.2).

		<ul style="list-style-type: none"> - (...) abandono escolar, que é de famílias desestruturadas, o desinteresse pelo presente e pelo futuro, o álcool e a droga (S9, p.2). - (...) abandono escolar, a negligência, o abuso/assédio sexual, os comportamentos desviantes das crianças e jovens e os maus-tratos (S10, p.2). -(...) abandono escolar, a negligência e o abuso sexual (S11, p.2). -(...) absentismo e o abandono escolar ... negligência e os maus-tratos (S12, p.2). - (...) negligência ... falta de competências parentais ...abandono escolar (S13, p. 2). - (...) negligência ao nível da higiene e alimentação...problemas de alcoolismo dos progenitores ... maus-tratos físico e psicológicos (S14, p.2).
	<p>- Divulgação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - (...) nos encontros realizados nas escolas, onde, com toda a comunidade escolar, se esclarecem as actividades da comissão em parceria com as escolas (S1, p. 3). - (...) através de folhetos, no site da CPCJ, em acções de formação e nos meios de comunicação social (S2, p.4).

		<p>_ (...) no primeiro ano ter efectuado um encontro aberto a toda a comunidade local. Este ano foi um colóquio alusivo às dependências...realiza-se uma reunião com a colaboração dos coordenadores e respectivos directores de turma (S3, p.3).</p> <p>- (...) no meio da comunidade escolar logo nos primeiros dias de aulas de cada ano lectivo, através dos directores de turma e na comunidade local através dos diversos elementos da comissão alargada (S4, p.2).</p> <p>- (...) inicio do ano escolar, uma acção de esclarecimento na comunidade escolar e distribuídos desdobráveis facilitadores da denuncia de eventuais casos (S5, p.3).</p> <p>- (...) no meio da comunidade escolar, mas sobretudo através dos professores interlocutores, ...através dos directores de turma (S6, p.3).</p> <p>- (...) no meio da comunidade escolar, através da fixação de panfletos em vários locais do recinto escolar e outros e, também, através de spot publicitário na rádio local (S7, p.3).</p> <p>- (...) no inicio de cada ano lectivo nas escolas e pelos directores de turma (S8, p.3).</p> <p>- (...) inicio do ano lectivo, todos os professores ...posteriormente, promove-se o dialogo entre todos os intervenientes (S9, p.3).</p> <p>- (...) através de folhetos informativos, no site da</p>
--	--	---

		<p>Câmara Municipal, em acções pontuais e em datas festivas como o dia da criança e em acções de informação nas escolas (S10, p.3).</p> <p>- (...) distribuição de material publicitário nas juntas de freguesia e no agrupamento de escolas (S11, p.2).</p> <p>- (...) acções de sensibilização e projectos de parceria com o município, na escola junto dos professores dos agrupamentos ...com distribuição de panfletos porta a porta (S12, p.3).</p> <p>- (...) contacto directo com a comunidade escolar ...através da distribuição de panfletos e desdobráveis e de acções de sensibilização (S13, p.2).</p> <p>- (...) no conselho pedagógico e na reunião geral de professores ... acções de formação/sensibilização ... na área da formação cívica (S14, p.3).</p>
--	--	--

4. Categorias	Subcategorias	Unidades de Sentido
	-Colaboração	<p>- (...) boa... na ligação entre as escolas e a comissão (S1, p.2).</p> <p>- (...) tem existido ... com todos os interlocutores e um trabalho efectivo de articulação e cooperação na sinalização e acompanhamento (S2, p.3).</p> <p>- (...) tem existido ... dado tratar-se de um meio pequeno... é fácil (S3, p.2).</p> <p>- (...) existe uma grande ligação ...com os três professores interlocutores (S4, p.2).</p> <p>- (...) tem existido, mas não necessariamente com os professores interlocutores, mas antes com os directores de turma ou outros professores (S5, P.2).</p> <p>- (...) existe uma grande ligação... dos professores interlocutores, pois é a eles que inicialmente recorreremos (S6, p.2).</p> <p>- (...) forte ...entre os diversos professores interlocutores formando-se uma rede de comunicação (S7, p.2).</p> <p>- (...) grande ligação, por parte dos professores interlocutores, pois são eles que estando nas escolas, mais contactam com os menores e com os directores de turma (S8, p.2).</p> <p>- (...) todos se empenham em acompanhar a</p>

		<p>criança ou jovem, comunicando de imediato ao professor interlocutor (S9, p.2).</p> <p>- (...) uma forte ligação ... dos professores interlocutores, sobretudo ao nível da troca de informação/comunicação (S10, p.2).</p> <p>- (...) grande ligação ...dos professores interlocutores, pois é a eles que recorremos sempre que é necessário (S11, p.2).</p> <p>- (...) nem sempre ... entendo que os professores interlocutores também deviam ter mais sensibilidade para trabalhar com estas crianças e jovens (S12, p.2).</p> <p>- (...) pouca ...apenas existe a comunicação à CPCJ dos casos de absentismo e abandono escolar (S13, p.2).</p> <p>- (...) tem sido exercido por mim e tenho contado com a ajuda dos directores de turma (S14, p.2).</p>
	<p>- Dificuldades</p>	<p>- (...) falta de técnicos ... a tempo inteiro, nomeadamente psicólogos, assistentes sociais, viatura própria e as demoras da justiça portuguesa (S1, p.3).</p> <p>- (...) gestão de processos (S2,p.4).</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - (...) a família, que por vezes são pouco cooperantes e pouco cumpridoras das medidas aplicadas (S3, p.3) - (...) parte logística, nomeadamente, a dificuldade de transporte, a falta de material informático, assim como uma simples sala para trabalhar (S4, p.3). - (...) articulação dos elementos pertencentes às equipas e os serviços de onde dependem esses elementos ... mais elementos a meio tempo (S5, p.3). - (...) falta de colaboração por parte das famílias (S6, p.3). - (...) fraca rede de respostas sociais direccionadas para a infância e juventude (S7, p.3). - (...) contactar as famílias e fazer-lhes entender que os seus filhos se encontram em risco ou perigo (S8, p.3). - (...) nem sempre existe coordenação entre as diversas instituições e, muitas vezes as famílias recusam-se a admitir a necessidade de ajuda (S9, p.3). - (...) a não prioridade do trabalho na CPCJ, e o não reconhecimento da sua importância por parte dos serviços envolvidos ... a insuficiência de apoio jurídico (S10,p.3). - (...) não participação dos elementos da comissão
--	--	---

		<p>alargada ... a inactividade de alguns elementos (S11, p. 3).</p> <ul style="list-style-type: none"> - (...) disponibilidade dos técnicos da comissão restrita, e o pouco envolvimento de alguns elementos (S12, p.3). - (...) falta de respostas sociais para jovens com mais de doze anos, dificuldades em alterar comportamentos dos progenitores, fraca colaboração ...da segurança social e falta de habitações sociais (S13, p.3). - (...) fraca participação e o pouco dinamismo da comissão alargada (S14, p. 3).
	<p>- Mudança</p>	<ul style="list-style-type: none"> - (...) comportamento da segurança social ... existência de uma IPSS para acolhimento de jovens do sexo masculino (S1, p.3). - (...) maior intervenção da comissão alargada na realização de acções de sensibilização junto da comunidade (S2, p.4). - (...) criação de cursos sobre normas, ao nível comportamental, económico, social ...para saberem gerir melhor a economia familiar ... mais famílias de acolhimento (S3, p.3). - (...) mais condições de trabalho (S4, p.3). - (...) meios para otimizar o futuro tratamento informático dos processos individuais ... mais formação (S5, p.3).

		<ul style="list-style-type: none"> - (...) elementos que compõem a comissão restrita a tempo inteiro (S6, p.3). - (...) formação da educação parental, da cidadania e da formação para a vida activa (S7, p.3). - (...) contar com profissionais a tempo inteiro, principalmente psicólogos (S8, p.3). - (...) maior responsabilidade por parte da sociedade civil ... criação de centros de interesse(S9, p.3). - (...) os técnicos da comissão restrita tivessem mais disponibilidade e capacidade de execução ...os elementos da comissão alargada demonstrassem mais interesse e mais capacidade de iniciativa ...que todas as comissões funcionassem com técnicos especializados (S10, p. 3). - (...) diminuir o consumo de álcool no seio familiar e aumentar a oferta de emprego (S11, p.3). - (...) maior disponibilidade dos membros da comissão restrita (S12, p.3). - (...) cursos de competências parentais, um maior acompanhamento dos beneficiários do RSI e tutoria dos pais com dificuldades na gestão da dinâmica familiar (S13, p.3). - (...) maior sensibilização, protecção e apoio por parte dos pais aos seus filhos, principalmente a
--	--	--

		nível efectivo, criando cursos para lhes ensinar a serem uns verdadeiros pais (S14, p.3).
	- Importância	<p>- (...) muito...a nossa presença nas comissões, pelo facto de estarmos sempre a lidar com jovens, estamos mais atentos e mais sensíveis ... fazemos muitas vezes a ligação escola/família (S1, p.3).</p> <p>- (...) estamos mais preparados pedagogicamente para lidar com crianças e jovens ... lidamos diariamente com eles ... ponte entre a escola/família e a comissão (S2, p.5).</p> <p>- (...) crianças e jovens passem muito do seu tempo nas escolas ...com os professores ... nós conhecemos muito bem o seu dia a dia ... e o seu meio familiar (S3, p.3).</p> <p>- (...) fundamental a presença dos professores ... quer a intervenção dos professores interlocutores quer a minha intervenção junto das escolas e famílias (S4, p.3).</p> <p>- (...) fundamental ...a minha intervenção junto das escolas e famílias, tem contribuído para a diminuição do absentismo e abandono escolar (S5, p. 3).</p> <p>- (...) enorme importância ... é pena ... não estejam a tempo inteiro, com a falta de psicólogos nas comissões muitas vezes são os professores a desempenhar esse papel (S6, p.3).</p>

		<p>- (...) relevante, pois trata-se de alguém que possui formação e capacidades para lidar com crianças e jovens ...de uma forma geral habituados a lidar com famílias destas crianças, o que torna mais fácil a resolução de problemas (S7, p.3).</p> <p>- (...) fundamental, ... deveria haver um profissional a tempo inteiro na comissão (S8, p. 3).</p> <p>- (...) fundamental e imprescindível ... a intervenção da comissão restrita através da minha pessoa e dos professores interlocutores junto das escolas e famílias, tem contribuído para a diminuição do absentismo e abandono escolar (S9, p.3).</p> <p>- (...) fundamental a presença de professores neste tipo de comissões ... deveria ter mais tempo para estar ao serviço (S10, p.3).</p> <p>- (...) importância primordial, pois a intervenção junto das escolas e famílias (S11, p.3).</p> <p>- (...) a presença neste caso concreto dos professores é importantíssima (S12, p.3).</p> <p>- (...) fundamental ... têm tido um papel importantíssimo na diminuição do absentismo e do abandono escolar (S13, p.3).</p> <p>- (...) fundamental a presença dos professores nas comissões, até pela sua formação e capacidade de diálogo com os menores e suas famílias (S14, p.3).</p>
--	--	--